

FACULDADE CÁSPER LÍBERO
Mestrado em Comunicação

A SEDUÇÃO DA MENTIRA

A ressonância do discurso de Jair Bolsonaro sobre a pandemia de covid-19 em cartas de leitores ao jornal *O Estado de S. Paulo*

ITAMAR THAMI MONTALVÃO

São Paulo
2023

ITAMAR THAMI MONTALVÃO

A SEDUÇÃO DA MENTIRA

A ressonância do discurso de Jair Bolsonaro sobre a pandemia de covid-19 em cartas de leitores ao jornal *O Estado de S. Paulo*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero como requisito para a obtenção do título de Mestre em Comunicação.

Linha de Pesquisa: Tecnologia, Organizações e Poder (Linha A).

Orientador: Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martino

São Paulo
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Prof. José Geraldo Vieira

Montalvão, Itamar Thami

A sedução da mentira : a ressonância do discurso de Jair Bolsonaro sobre a pandemia de covid-19 em cartas de leitores ao jornal O Estado de S. Paulo. / Itamar Thami Montalvão. -- São Paulo, 2023.

84 f. : il. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Faculdade Cásper Líbero, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Luis Mauro Sá Martinho

1. Análise de enquadramento 2. Carta do leitor 3. Comunicação jornalística 4. Pandemia de Covid-19 5. Teorias da conspiração I. Martino, Luiz Mauro Sá. II. Faculdade Cásper Líbero, Mestrado em Comunicação.

CDD 070.4

Bibliotecária responsável: Cláudia Luísa Siqueira - CRB 8/10260

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

AUTOR: ITAMAR THAMI MONTALVÃO

**“A SEDUÇÃO DA MENTIRA - A RESSONÂNCIA DO DISCURSO DE JAIR
BOLSONARO SOBRE A PANDEMIA DE COVID-19 EM CARTAS DE
LEITORES AO JORNAL O ESTADO DE S. PAULO”**

Documento assinado digitalmente
 MARA ROVIDA MARTINI
Data: 24/05/2023 11:20:30-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Mara Rovida Martini
Universidade de Sorocaba – UNISO

Documento assinado digitalmente
 MARLI DOS SANTOS
Data: 23/05/2023 14:10:49-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Marli dos Santos
Faculdade Cásper Líbero - FCL

Documento assinado digitalmente
 LUIS MAURO SA MARTINI
Data: 22/05/2023 10:59:16-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martini
Faculdade Cásper Líbero - FCL

Data da Defesa: 4 de maio de 2023

Este trabalho é dedicado à memória dos mais de 695 mil brasileiros mortos durante a pandemia de covid-19, a todos os profissionais da área da saúde que trabalharam incansavelmente para evitar um desfecho ainda mais trágico e, por fim, a todos os jornalistas que honraram a profissão, erguendo-se como a ermida da verdade factual em meio à sedução da mentira.

Agradecimentos

Ao jornal *O Estado de S. Paulo*, na pessoa de seu Diretor de Opinião, Marcos Guterman, que franqueou a este pesquisador o acesso irrestrito ao acervo de cartas dos leitores, do qual foi extraído o *corpus* objeto desta pesquisa.

À Patrícia Franco Vilas Boas, também da Diretoria de Opinião do *Estadão*, que, com diligência, paciência e gentileza, fez a primeira seleção, entre muitas centenas de cartas, daquelas missivas que interessavam aos propósitos acadêmicos e atendiam aos critérios de análise definidos pelo autor.

Aos leitores d'*O Estado de S. Paulo* que se dispuseram a escrever para o jornal a fim de manifestar suas percepções sobre a pandemia de covid-19 e, desse modo, contribuíram para uma melhor compreensão de um período dramático da história brasileira.

Aos meus professores do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da Faculdade Cásper Líbero – Prof.^a Dr.^a Simonetta Persichetti, Prof.^a Dr.^a Marli dos Santos, Prof.^a Dr.^a Michelle Prazeres Cunha, Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martino e Prof. Dr. Liráucio Girardi Júnior –, que em sala de aula tanto contribuíram, com sua atenção, conhecimento e generosidade, não apenas para o desenvolvimento desta pesquisa em particular, mas para transformar um jornalista profissional em um pesquisador acadêmico.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Luís Mauro Sá Martino, por sua direção a um só tempo rigorosa e afetiva, que em muitos momentos de atribulação ao longo do desenvolvimento desta pesquisa serviu como bússola em mares revoltos. Agradeço ainda por sua escuta generosa e acolhedora, sempre respeitando meus pontos de vista. Os eventuais acertos deste trabalho, em boa medida, devem ser creditados à sua orientação. As falhas são só minhas.

À minha mulher, Mariana, meu Sol particular, meu porto seguro, para onde volto meus olhos, meus pensamentos e meu coração em todos os momentos da vida.

Por último, mas não menos importante, meu eterno agradecimento à minha saudosa mãe, Rosane, e aos meus saudosos avós maternos, Alba e Rached, que, ao me darem educação, deram-me tudo.

Que você sinta haver algo certo pode se dever ao fato de jamais ter pensado muito a respeito de si mesmo e ter aceitado cegamente os rótulos que recebeu desde a infância.

– Friedrich Nietzsche

Resumo:

Desde o início da pandemia de covid-19, em março de 2020, o então presidente Jair Bolsonaro adotou um discurso de minimização da gravidade da emergência sanitária por objetivos político-eleitorais. Contrárias à realidade factual, suas falas e postagens nas mídias sociais digitais influenciaram a percepção de milhões de brasileiros sobre a ameaça do novo coronavírus e as formas de prevenção da covid-19, como o distanciamento social e, principalmente, a vacinação. No Brasil, a crise sanitária se descortinou também como uma crise informacional. Bolsonaro maquinou uma abordagem da pandemia contrária ao conhecimento científico a fim de explorá-la politicamente em seu benefício. Abriu espaço, ainda, para a circulação de teorias conspiratórias. Com o objetivo de avaliar como a palavra do ex-chefe de Estado e de governo ressonou em parcela da população, pesquisou-se o conteúdo de um grupo de cartas de leitores enviadas ao jornal *O Estado de S. Paulo* entre abril de 2020 e abril de 2022. A leitura dessa correspondência permitiu, primeiro, revelar que a carta do leitor, como subgênero do jornalismo opinativo, ainda subsiste; e, segundo, concluir que o enquadramento da pandemia de covid-19 feito pelo então presidente da República, tratando o novo coronavírus como um patógeno de menor potencial ofensivo, à luz do conceito formulado pelo sociólogo canadense Erving Goffman, foi seguido por aquele grupo de missivistas. Foi possível chegar a essa conclusão pelo próprio conteúdo das cartas e pela comparação entre as datas das manifestações de Jair Bolsonaro com as do envio das cartas ao jornal.

Palavras-chave: Comunicação Jornalística; Carta do Leitor; Pandemia de Covid-19; Análise de Enquadramento; Teorias da Conspiração

Abstract:

Since the beginning of covid-19 pandemic, in March 2020, the Brazilian president Jair Bolsonaro has adopted a speech to minimize the seriousness of the health emergency on behalf of his political-electoral purposes. In contradiction with the factual reality, his speeches and posts on digital social media influenced the perception of millions of Brazilians about the threat of the new coronavirus and the ways to prevent covid-19, such as social distancing and, above all, vaccination. In Brazil, the health crisis also revealed itself as an informational crisis. Bolsonaro devised an approach to the pandemic contrary to scientific knowledge in order to exploit it politically to his benefit. He also opened space for the circulation of conspiracy theories. In order to assess how the words of the former head of State and government resonated in a portion of the population, the research approached the content of a pack of letters to the editor sent to the Brazilian newspaper *O Estado de S. Paulo* between April 2020 and April 2022. The reading of this correspondence allowed, first, to reveal that the letter to the editor, as a subgenre of the opinion journalism, still has its force; and, second, to conclude that the framing of the covid-19 pandemic adopted by the then President of the Republic of Brazil, treating the new coronavirus as a pathogen with a less offensive potential, according to the concept of “frame analysis” established by the Canadian sociologist Erving Goffman, was followed by that group of readers. It was possible to reach this conclusion analysing the content of the letters itself and by comparing the dates of Jair Bolsonaro's speeches and posts on social media with those of the letters sent to the newspaper.

Key words: Journalistic Communication; Letter to the Editor; Covid-19 Pandemic; Frame Analysis; Conspiracy Theories

Sumário

Introdução	11
Capítulo 1 - <i>A carta do leitor</i> como subgênero do jornalismo opinativo	23
Capítulo 2 - <i>O poder destruidor desse vírus está superdimensionado</i> : uma crise sanitária e informacional.....	30
2.1. Enquadramento: o sentido atribuído à pandemia a partir do discurso de Bolsonaro e a leitura das cartas de um grupo de leitores do <i>Estadão</i>	38
2.2. “O tratamento precoce salva vidas” (Jair Bolsonaro)	41
2.3. “Vai comprar vacina na casa da tua mãe” (Jair Bolsonaro)	47
2.4. Declarações de Jair Bolsonaro sobre as vacinas (em ordem cronológica).....	51
2.5. As cartas dos leitores sobre vacinação, “passaporte vacinal” e o chamado distanciamento social	52
Capítulo 3 - <i>A pandemia virou uma guerra contra o presidente, pô</i> : a exploração política da pandemia de covid-19	56
Capítulo 4 - Pandemia e o discurso teórico-conspiratório	65
4.1 A covid-19 como uma doença fabricada, vacinação e distanciamento social	69
4.2 A pandemia como fruto de articulação política contra o governo Bolsonaro	70
4.3 A ação insidiosa da imprensa	72
4.4 Vacinação e a abordagem de cunho religioso.....	73
Considerações finais	81
Referências	84

Introdução

O Brasil é reconhecido pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS), escritório regional da Organização Mundial da Saúde (OMS) para as Américas, como referência internacional em campanhas públicas de vacinação em massa¹. Regularmente, são aplicadas por ano, em todo o país, cerca de 300 milhões de doses de vacinas contra dezenove tipos de doenças imunopreveníveis, como hepatites A e B, varíola, poliomielite, meningite, sarampo e rubéola, entre outras enfermidades.

Desde o dia 17 de janeiro de 2021, mais de 547 milhões de doses de vacinas contra a covid-19 foram aplicadas em 85,05% da população brasileira, de acordo com dados das Secretarias Estaduais de Saúde, base dos relatórios elaborados pelo consórcio de veículos de imprensa – *O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, UOL, O Globo, G1, Extra e Valor* – criado para publicar informações relativas à pandemia do novo coronavírus em face da recalcitrância do governo federal em divulgar oficialmente essas informações de interesse público sobre os desdobramentos da peste no país².

Embora tenha demorado a começar, por razões que motivaram, inclusive, a instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado Federal, que funcionou entre 13 de abril e 26 de outubro de 2021, em pouco mais de um ano, a Campanha Nacional de Vacinação Contra a Covid-19 se tornou a maior campanha de vacinação pública da história do Brasil sob quaisquer indicadores que se a avalie: quantidade de doses aplicadas, prazo de aplicação e público-alvo.

Essa indisputável capacidade do país para imunizar gratuitamente um contingente tão grande de pessoas contra tantos tipos de enfermidades, sobretudo em prazos relativamente curtos – o Sistema Único de Saúde (SUS) dispõe de quase 30 mil salas de vacinação espalhadas por todo o território nacional e equipes de agentes de saúde altamente treinadas e experientes – levou o Brasil a ser convidado pela OMS a organizar campanhas de vacinação em outros países e territórios, como Timor Leste, Cisjordânia, Palestina e Faixa de Gaza, além de firmar cooperações técnicas em programas de imunização massiva com Estados Unidos, México, Guiana Francesa, Argentina, Paraguai, Peru, Israel, Angola, Filipinas, Uruguai, Bolívia,

¹ *Programa Nacional de Imunizações (PNI): 30 anos*. Ministério da Saúde, Brasília, DF (2003). Disponível em https://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/livro_30_anos_pni.pdf Acesso em 31.jan.23

² <http://www.g1.globo.com/coronavirus> Acesso em 31.jan.23

Colômbia e Haiti, entre outros países. A experiência do Brasil em campanhas de vacinação, como se vê, é uma extraordinária conquista da sociedade brasileira.

Mas esse histórico de sucesso em campanhas de vacinação não foi construído da noite para o dia. A reputação do país nessa seara decorreu de dois fatores, basicamente: a disposição político-governamental para dotar o Brasil de um programa robusto de imunização coletiva e a adesão dos cidadãos às campanhas institucionais de vacinação.

No início da década de 1970, o governo federal, após pressões de entidades médicas e outras organizações da sociedade civil, decidiu que era hora de sistematizar as campanhas de vacinação no país, até então esporádicas e descentralizadas. A decisão, contudo, não foi imotivada. Um severo surto de meningite meningocócica entre 1971 e 1974, com taxas de letalidade oscilando entre 12% e 14% ao ano, obrigou o governo militar a reagir com rapidez. A ditadura tentou esconder o quanto pôde a epidemia³, mas, diante da pressão da imprensa profissional, de entidades médicas e de famílias que perderam suas crianças para a doença, o governo federal mudou de posição e passou a estimular a vacinação infantil contra a *Neisseria meningitidis*, bactéria causadora da meningite meningocócica.

Dessa confluência de interesses entre entidades públicas, ainda que forçadas, e privadas adveio o Plano Nacional de Imunizações (PNI), concebido em 1973. Institucionalizado dois anos depois, por meio da Lei nº 6.259 de 30 de outubro de 1975, o PNI garantiu coordenação, periodicidade e abrangência aos programas de vacinação pública no Brasil. Entretanto, foi só na década seguinte que o PNI se consolidaria de fato na sociedade com a criação dos “Dias Nacionais de Vacinação” – ocasiões em que dois milhões de indivíduos podiam ser vacinados em apenas um domingo – e de uma bem-sucedida campanha de comunicação, materializada na figura do “Zé Gotinha”, simpático personagem que ajudou a tornar o comparecimento periódico aos postos de vacinação um ato corriqueiro na vida de milhões de brasileiros, crianças, adultos e idosos.

Assim foi durante quase 50 anos.

No início de 2020, um curto-circuito político abalou aquela rara convergência de propósitos entre a sociedade civil e sucessivos governos – dos mais variados matizes político-ideológicos – no que concerne à saúde pública. A partir de meados daquele ano, a confiança

³ A epidemia de meningite que a ditadura militar tentou esconder. Reportagem publicada pelo jornal O Globo em 8 de junho de 2020. Disponível em <https://blogs.oglobo.globo.com/blog-do-acervo/post/epidemia-de-meningite-que-ditadura-militar-no-brasil-tentou-esconder-da-populacao.html> Acesso em 31.jan.23

que muitos cidadãos aprenderam a ter na segurança e na eficácia das vacinas, pela própria experiência, passou por um teste de estresse inédito no país desde pelo menos a chamada “Revolta da Vacina”, motim popular que irrompeu no Rio de Janeiro após a publicação do “Plano de Regulamentação da Aplicação da Vacina Obrigatória contra a Variola”, em 9 de novembro de 1904.

Atualmente, resta sobejamente sabido que aquela revolta, ainda no alvorecer da República, foi muito mais do que a mera insurreição contra a aplicação obrigatória da vacina antivariólica; foi, no dizer de SEVCENKO (2018), “um grito, uma convulsão de dor, uma vertigem de horror e indignação” de uma massa segregada, espezinhada, desprezada e assustada diante da implementação de políticas públicas no governo do então presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906), que tornavam alguns brasileiros menos brasileiros do que seus concidadãos. Deve-se registrar que já havia naquele movimento, de fato, um receio em relação à inoculação da vacina propriamente dita. Porém, é indesejável o fato de que, àquela época, o avanço científico e, sobretudo, a comunicação da ciência ainda claudicavam, o que estimulava o receio da população.

No curso da pandemia de covid-19, a maior tragédia sanitária que se abateu sobre os brasileiros desde a gripe espanhola (1918-1919), o interesse público foi deliberadamente sobreposto pelos interesses particulares do ex-presidente Jair Bolsonaro. Vale dizer, em um dos momentos mais dramáticos de sua história, o Brasil foi conduzido por um governante que, explicitamente, opôs-se às medidas protetivas preconizadas pelas autoridades sanitárias e adiou tanto quanto foi possível a compra de vacinas contra o Sars-Cov-2. Como se isso não bastasse, do alto do cargo que ocupava, o ex-presidente Jair Bolsonaro se converteu em uma das principais fontes de desinformação, se não a principal, sobre a segurança e a eficácia das vacinas contra a covid-19, chegando a associar a sua administração ao aumento da probabilidade de contágio pelo vírus HIV, causador da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS, na sigla em inglês). Essa falsa associação entre a imunização contra a covid-19 e o suposto aumento do risco de contaminação pelo vírus HIV levou o Supremo Tribunal Federal a autorizar a abertura de inquérito policial contra Bolsonaro para apurar a prática de crimes comuns, como o de epidemia com resultado morte, entre outros⁴.

⁴ Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/blog-do-fausto-macedo/alexandre-abre-quinto-inquerito-contrabolsonaro-para-investigar-fake-news-sobre-vacina-e-o-virus-da-aids/> Acesso em 31.jan.23

Decerto o ex-presidente Bolsonaro não inaugurou a cisma de uma parte dos brasileiros em relação às vacinas, mas reforçou em muitos de seus governados, por meio de atos e palavras, dúvidas preexistentes em relação à segurança e à eficácia dos imunizantes, dando-lhes tração por meio da voz do chefe de Estado e de governo, que é legitimada por uma credibilidade institucional que paira acima da confiança que os cidadãos podem ou não ter no governante de turno. Em outras palavras: o chefe do Poder Executivo federal agiu como uma espécie de correia de transmissão dos movimentos antivacina no Brasil, agravando um quadro que já era muito ruim antes de sua ascensão à Presidência da República.

A bem da verdade, as taxas de cobertura vacinal para doenças como sarampo e poliomielite vêm caindo há cerca de dez anos no Brasil. Em 2022, a taxa de crianças imunizadas contra o sarampo, por exemplo, foi de 47,08%, ou seja, menos da metade da meta de cobertura vacinal estabelecida pelo Ministério da Saúde (95%)⁵. Um dos principais imunizantes do PNI, a vacina tríplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola) registra queda consistente de cobertura desde 2017. Naquele ano, 82,6% do público-alvo foi imunizado; em 2021, apenas 71,4%.

Os motivos para essa baixa procura por imunizantes são variados. Vão desde percepções equivocadas dos cidadãos – como, por exemplo, achar que não é necessário imunizar as crianças contra vírus que deixaram de circular – até problemas de ordem prática, como falhas logísticas na distribuição das doses, comunicação institucional malfeita ou erros nos sistemas de registro do Ministério da Saúde e das secretarias estaduais e municipais de Saúde.

É nesse contexto de aumento do descrédito nas vacinas no seio de uma parcela significativa da sociedade brasileira que Jair Bolsonaro ascendeu ao poder federal e veio a ser o líder máximo da nação em uma de suas horas mais dramáticas no que concerne à saúde pública.

Afinal, em que medida o discurso anticientífico do ex-presidente da República, cuja voz se confunde com a “voz” oficial do Estado brasileiro, teve ressonância na percepção dos cidadãos sobre a gravidade da pandemia de covid-19 e, conseqüentemente, comprometeu a adesão de segmentos populacionais às medidas de proteção contra o novo coronavírus – individuais, como o uso de máscara e a guarda do distanciamento social, ou coletivas, como a vacinação – recomendadas pelas autoridades sanitárias?

⁵ DATASUS, Ministério da Saúde.

No Brasil, mas não só, a pandemia de covid-19 se descortinou como uma crise a um só tempo sanitária e informacional. Há vários meios de observação desse fenômeno na sociedade. No curso da emergência sanitária, pulularam vídeos em plataformas como o YouTube e TikTok disseminando mentiras ou distorções da realidade a respeito da evolução da doença e dos métodos de prevenção e tratamento. No Twitter e no Facebook, igualmente, não faltou espaço para a desinformação – nem sempre combatida na velocidade necessária pelas empresas de tecnologia.

Para os fins desta pesquisa, optou-se por observar o fenômeno da desinformação na pandemia de covid-19 a partir da leitura de um bloco de cartas dos leitores enviadas para o Fórum dos Leitores do jornal *O Estado de S. Paulo* entre abril de 2020 e abril de 2022, ou seja, durante o período mais dramático da crise sanitária no país. Procurou-se analisar a ressonância do enquadramento (GOFFMAN, 2012) da crise sanitária dado por Bolsonaro e como ele transparece nas linhas de argumentação dos leitores em suas manifestações escritas ao matutino paulista.

No campo da comunicação, os estudos de Goffman sobre enquadramento passaram a ter particular relevância a partir dos estudos de Robert Entman (1989) e Gaye Tuchman (1993), este citado por Carvalho (2009), sobre os quadros privilegiados pelos veículos de comunicação, em especial na publicação de conteúdos noticiosos.

Os “quadros da experiência social” dos quais tratou o sociólogo canadense Erving Goffman em sua obra seminal são formados por um conjunto de referências (as “molduras”, ou *frames*) a partir das quais um indivíduo percebe a realidade que o cerca e, a partir dessa compreensão muitíssimo particular, molda o seu comportamento em dadas situações. O enquadramento de uma mensagem, portanto, depende de um conjunto de elementos que permitem o entendimento do teor dessa mensagem. Goffman ordenou esses elementos como “esquema primário” de reconhecimento de um determinado fato ou acontecimento, porque

a aplicação desse esquema ou perspectiva é considerada, por aqueles que a aplicam, como não dependendo de – nem retornando a – alguma interpretação anterior ou “original”; de fato, um esquema primário é aquele que se pensa que converte em algo significativo aquilo que de outro modo seria um aspecto da cena desprovido de significação. (GOFFMAN, 2012, pág. 45).

Na prática, isso quer dizer que, emoldurados pelo indivíduo por um conjunto de referenciais acumulados ao longo de toda a vida, sua percepção de um fato, acontecimento ou mensagem é tida como natural, óbvia ou mesmo a única apreensão possível da realidade, ainda

que os fatos se contraponham a essa percepção. No caso específico da compreensão da gravidade da pandemia de covid-19, a construção de sentido observada por meio das cartas dos leitores ao *Estadão* não dependeu da mensagem das autoridades científicas, mas do enquadramento desta mensagem que foi compartilhado entre o então presidente Jair Bolsonaro e o grupo de missivistas selecionados para compor o objeto desta pesquisa.

Não se pode ignorar ainda que a abordagem da emergência sanitária feita por Jair Bolsonaro configura o que Goffman chamou de maquinação (*fabrication*) puramente estratégica, neste caso do tipo exploratório. A maquinação, conceituou o sociólogo canadense, é um desdobramento do que ele chamou de “esquema primário”, o ato de dar significado a algo que, de outra forma, seria desprovido de significação, e implica um

esforço intencional de um ou mais indivíduos, destinado a manobrar uma atividade de modo que uma ou mais pessoas sejam induzidas a ter uma falsa convicção a respeito daquilo que está ocorrendo. Trata-se de um plano perverso, de uma trama ou projeto traiçoeiro que – quando concretizados – levam à falsificação de alguma parte do mundo. (GOFFMAN, 2012, pág. 118).

Como objeto de pesquisa, foram selecionadas 75 (setenta e cinco) cartas⁶, de um universo de 123 (cento e vinte e três) cartas, que não foram publicadas pelo *Estadão* porque feriam princípios editoriais do jornal – como, por exemplo, não publicar textos que atentem contra o conhecimento científico – e não preenchiam requisitos mínimos de análise, por se restringirem a xingamentos e críticas sucintas à linha editorial do veículo, entre outras razões. A correspondência selecionada, no entanto, mesmo não tendo sido publicada, é bastante útil como objeto de observação da ressonância do discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro, comprovadamente fraudulento à luz da verdade uma vez definida por Hannah Arendt como “a verdade dos fatos”, no texto de indivíduos que compõem um segmento privilegiado da população brasileira: os que têm acesso a informações apuradas por um periódico que se dedica ao jornalismo profissional e cuja reputação de credibilidade tem sido construída ao longo de quase 150 anos.

De antemão, é fundamental registrar que este trabalho não se propõe a estabelecer um liame direto entre o discurso do ex-presidente da República e os discursos dos leitores missivistas em sua correspondência com o *Estadão* no que concerne ao eventual apoio político-partidário ao então presidente, nem tampouco a explicar as razões dessa suposta confluência

⁶ O material analisado, a rigor, é um conjunto de e-mails. Optou-se por denominar essa forma de comunicação simplesmente como “carta” neste trabalho porque é assim que o jornal *O Estado de S. Paulo* se refere à correspondência de seus leitores, além de ser um termo de compreensão geral.

entre a afinidade política e a defesa de postulados flagrantemente contrários à verdade factual. O aprofundamento dessa pesquisa decerto será feito *a posteriori*, como linha de programa de doutorado. Pretende-se aqui apenas observar a correspondência selecionada como evidência de um determinado enquadramento da crise sanitária que, em dado momento da história do país, foi compartilhado entre Jair Bolsonaro e alguns leitores do *Estadão*.

A pesquisa aborda a carta do leitor como um dos subgêneros do jornalismo opinativo (MARQUES DE MELO, 2003), que, ao contrário do que pode supor o senso comum, resiste ao tempo e aos avanços da tecnologia. Evidentemente, não se trata de cartas manuscritas e remetidas ao jornal por via postal; todas as 75 cartas que compõe o objeto desta pesquisa, na verdade, são *e-mails*. O ponto que nos parece digno de nota é que, à distância de uns poucos cliques, qualquer indivíduo com perfil nas redes sociais digitais pode publicar uma mensagem que, em fração de segundo, literalmente, pode chegar a milhões de receptores nos mais remotos cantos do mundo com acesso à internet. Não obstante, é curioso notar que há pessoas, em plena segunda década do século 21, que ainda buscam veículos da chamada mídia tradicional, ou grande mídia, como é o caso do *Estadão*, como plataformas de lançamento de sua opinião para a sociedade da qual fazem parte, o que leva à inferência de que por trás desse movimento pode estar a procura por uma espécie de chancela, de validação de um conteúdo que só um veículo jornalístico de reputação quase sesquicentenária pode oferecer.

O jornal *O Estado de S. Paulo* nasceu *A Província de São Paulo* em 4 de janeiro de 1875 com uma declaração de princípios muito bem delineada. Já na edição inaugural, os leitores do matutino paulista foram informados que aquela seria uma folha partidária, condição indispensável para deixar o jornal, conforme descrito em seu primeiro editorial, “em posição de escapar às interposições do governo, às paixões partidárias e às seduções inerentes aos que aspiram ao poder”. Ainda naquela primeira edição, o jornal afirmara que sua imparcialidade não haveria de ser a “imparcialidade do silêncio”, declarando que a defesa de seus princípios editoriais e valores republicanos diante do governo e da sociedade seria pautada, primordialmente, pela “independência da opinião séria” – pilar sobre o qual, nas décadas seguintes, a seção *Notas & Informações*, onde são publicados os editoriais do jornal, seria alçada à condição de espinha dorsal da opinião pública brasileira. Durante muitas décadas, para assentir ou discordar, os editoriais do *Estadão* serviram – e ainda servem – como balizador da opinião de muitos de seus leitores.

Não sem razão, a eclosão da pandemia de covid-19, em março de 2020, foi um dos assuntos que mais mobilizaram esses leitores do jornal *O Estado de S. Paulo* nos últimos anos.

Por meio de mensagens diárias enviadas ao periódico (entre 100 e 150 por dia, de acordo com a Diretoria de Opinião do *Estadão*), muitos cidadãos se manifestaram sobre os desdobramentos da doença em suas múltiplas dimensões – saúde pública, economia, política, trabalho e relações sociais. Ora em manifestações de apreensão, ora de descrédito em relação a eles, os riscos sanitários da doença, pessoais e coletivos, bem como as formas de mitigá-los, não passaram ao largo da comunicação dos leitores com o *Estadão*.

Foram particularmente mobilizadoras as políticas públicas implementadas pelo Poder Executivo, nas três esferas da administração pública, para combater a ameaça do novo coronavírus. Em menor grau, mas bastante notável, também suscitaram a necessidade de expressão dos missivistas, em forma de repúdio ou endosso, as decisões do Poder Judiciário, em especial as prolatadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), para assegurar a validade daquelas políticas públicas implementadas pelos entes subnacionais. Não só as ações do ex-presidente Jair Bolsonaro, de governadores e prefeitos foram escrutinadas por alguns leitores do *Estadão*. As omissões dos administradores públicos também foram objeto de críticas, para uns, e de anuência, para outros.

O objetivo desta pesquisa é registrar o grau de aproximação entre o enquadramento dado à pandemia de covid-19 pelo ex-presidente Bolsonaro e por uma seleção de leitores do *Estadão* em sua correspondência com o jornal, por meio de uma análise estritamente temporal entre a argumentação desses leitores para sustentar as suas opiniões nas cartas, notadamente as críticas em relação às políticas sanitárias de combate ao coronavírus reconhecidamente eficazes por especialistas em saúde pública, e as manifestações públicas do então chefe de Estado e de governo em veículos de imprensa, entrevistas, pronunciamentos e postagens nas redes sociais digitais, entre outros canais de comunicação, oficiais ou não.

A partir da leitura daquele bloco de 75 cartas selecionadas como objeto desta pesquisa, foi possível observar que os discursos dos leitores críticos às ações preconizadas pelas autoridades sanitárias emularam, em maior ou menor grau, o discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro contra essas medidas, contra as instâncias do Poder Judiciário e contra a ação de governadores e prefeitos. Também foi possível observar na leitura desses e-mails enviados ao Fórum dos Leitores do *Estadão* o apelo que tiveram as teorias da conspiração no contexto da pandemia de covid-19. Houve leitores que demonstraram adesão à narrativa teórico-conspiratória, em especial a que envolveria um suposto complô entre as grandes indústrias farmacêuticas para vender vacinas e lucrar às custas dos eventuais danos à saúde dos indivíduos.

Curiosamente, em alguns casos, sobretudo no que concerne à vacinação, observou-se um evidente descompasso entre esse discurso, que ora emula conspiração, ora reflete desinformação, e a prática, haja vista que a grande maioria dos brasileiros, como já foi dito, aderiu à campanha de vacinação contra a covid-19 tão logo os imunizantes foram disponibilizados. O ex-presidente da República se notabilizou, entre outras razões, por ser frontalmente contrário à vacinação da população. No entanto, a pesquisa não encontrou dados que permitam perscrutar o que estaria por trás dessa discrepância, e nem tampouco se propunha a esse objetivo.

Os leitores do *Estadão*, assinantes ou casuais (a pesquisa não faz essa distinção), manifestaram suas opiniões por meios diversos. Houve aqueles que se engajaram nas publicações do jornal nas contas oficiais do *Estadão* nas mídias sociais digitais – Twitter, Facebook e Instagram, principalmente. Houve ainda os que repercutiram as notícias veiculadas pelo jornal por meio de transmissão por aplicativos de mensagens instantâneas, como o WhatsApp e o Telegram. No entanto, para os fins a que se destina esta pesquisa, foram considerados apenas os e-mails enviados pelos leitores para o Fórum dos Leitores do *Estadão* (forum@estadao.com), hoje o principal canal de comunicação direta dos leitores com a Redação do jornal.

Fundado em 4 de janeiro de 1875 então como *A Província de São Paulo*, o jornal *O Estado de S. Paulo* passou a ter uma seção dedicada à publicação das cartas de seus leitores somente em 25 de setembro de 1977, nomeada como “Dos leitores”, na página A2. Em 7 de novembro de 1990, a seção passou a ser conhecida como “Fórum dos Leitores”, e assim é tratada até hoje. Decerto houve publicação de cartas dos leitores ao longo da história secular do jornal, além das queixas e reclamações do público sobre prestação de serviços públicos e privados. Mas, até 1977, isso ocorria de forma pontual, sem qualquer regularidade ou critério.

A seleção da correspondência objeto desta pesquisa passou por um crivo metodológico. O primeiro passo consultar a secretaria da Diretoria de Opinião do jornal, responsável pela curadoria dessas cartas, acerca da acessibilidade do material para outros pesquisadores. Pretendeu-se, assim, eliminar um problema de ordem ética: o pesquisador é funcionário do jornal *O Estado de S. Paulo* e não poderia trabalhar com um objeto de pesquisa cujo acesso fosse vedado a alguém de fora da organização. Não é o caso. O material está à disposição de qualquer interessado pelo tempo em que estiver armazenado pela Diretoria de Opinião, prazo este definido pela própria instituição.

Vencida essa primeira etapa, foi feito, então, um recorte temporal para abranger a correspondência entre os anos de 2020 e 2022, principalmente, quando foram observados os picos da pandemia no Brasil. Os e-mails selecionados – aqui chamados simplesmente de “cartas” – não foram publicados no Fórum dos Leitores, como foi dito, por ferirem uma política interna do jornal de não publicar manifestações de leitores que atentem contra a ciência e a verdade factual, e nem tampouco agridam quem quer que seja em termos desairosos. A escolha por este material, e não pelo que foi publicado, foi motivada pela própria natureza da pesquisa. Pretende-se observar em que medida o discurso anticientífico e teórico-conspiratório do ex-presidente Jair Bolsonaro ressoa nas cartas dos leitores do *Estadão*, assinantes ou casuais, público composto por indivíduos, em tese, bem-informados – ou ao menos com acesso a informações devidamente apuradas. Não faria sentido, para o objetivo da pesquisa, analisar um material que não se coaduna com o discurso negacionista do ex-presidente – e exatamente por isso foi publicado pelo jornal, a seu critério.

Também foi feito um recorte demográfico mínimo a partir das informações que, obrigatoriamente, os leitores precisam prestar ao jornal para que suas cartas sejam consideradas para publicação, como nome completo, endereço e CPF. Visando manter o sigilo dos dados pessoais informados, para os fins a que se destina essa pesquisa foram tabulados apenas as informações relativas a gênero e origem geográfica. Sabe-se, assim, que a imensa maioria dos 75 missivistas selecionados para esta pesquisa é formada por homens (69 indivíduos, o que representa 92% do total) que vivem na Região Sudeste (60 indivíduos, o que corresponde a 87% do total), assim distribuídos: 42 indivíduos em São Paulo, 12 indivíduos no Rio de Janeiro, 3 indivíduos em Minas Gerais e 3 indivíduos no Espírito Santo. Cinco leitores provêm da Região Nordeste (4 na Bahia e 1 no Maranhão). Da Região Sul, dois indivíduos compõem a base selecionada: um do Rio Grande do Sul e um de Santa Catarina. Da Região Centro-Oeste, há apenas um missivista, do Distrito Federal.

A cinco mulheres que enviaram cartas ao *Estadão* selecionadas para esta pesquisa também provêm, em sua totalidade, da Região Sudeste, todas em São Paulo.

Outra linha de corte foi a frequência com que alguns dos leitores enviaram cartas ao jornal. Preferencialmente, optou-se por registrar uma carta por leitor, com o objetivo de dar alguma dimensão quantitativa à observação do objeto. Há casos de leitores que escrevem ao *Estadão* duas ou três vezes por dia, todos os dias, não raro tratando do mesmo assunto, em termos repetitivos. Essa correspondência excedente foi desconsiderada para os fins desta pesquisa.

A partir dessa seleção macro, a correspondência foi subdividida em três blocos principais: (i) cartas que apresentavam temas muito frequentes – vacinação, “passaporte da vacina” e “tratamento precoce”; (ii) cartas que versaram sobre temas de média relevância, não pelo tema em si, mas pela frequência em que apareceram na correspondência – políticas públicas de governadores e prefeitos e críticas às instituições de Estado; e (iii) cartas que traziam menções a teorias da conspiração – um suposto complô entre as grandes indústrias farmacêuticas, atuação enviesada da imprensa profissional, interesses escusos do Supremo Tribunal Federal para minar o poder do chefe do Executivo, entre outras.

Essa divisão norteou a organização dos capítulos do presente trabalho. O primeiro capítulo aborda a saúde pública como o tema principal. Nesta seção, é apresentada uma memória da pandemia de covid-19 e a evolução da doença no Brasil com base em dados de instituições como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Pretendeu-se, por meio dessa breve recapitulação, evitar que a passagem do tempo arrefecesse a magnitude da crise sanitária e seus desdobramentos inauditos no país. Ainda no primeiro capítulo, trata-se das razões que levaram à quebra de um consenso mínimo na sociedade brasileira: a confiança na segurança e na eficácia das vacinas contra a covid-19.

O segundo capítulo aborda a dimensão política do gerenciamento da emergência sanitária pelo governo federal e o impacto da abordagem do ex-presidente Jair Bolsonaro – frontalmente contrária à ciência – no engajamento de uma parcela dos cidadãos nas medidas de proteção individual e coletiva recomendadas por médicos, epidemiologistas e pesquisadores. Neste segmento do trabalho são tratadas questões como a desinformação como política do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro; o negacionismo científico e a distorção da realidade; a necessidade de formação do consórcio de veículos de imprensa como contraposição ao discurso oficial do governo federal; a campanha do governo federal contra as vacinas; o estímulo do presidente Bolsonaro ao “tratamento precoce; o confronto entre o governo federal e os entes federativos, em especial o governo de São Paulo durante a gestão de João Doria (PSDB); e, por fim, as razões que levaram o ex-presidente Bolsonaro a alçar o Supremo Tribunal Federal à condição de “inimigo público número um” do país – o anteparo às suas investidas anticientíficas.

O terceiro e último capítulo apresenta as principais teorias da conspiração que circularam nos momentos mais críticos da pandemia de covid-19 e as razões que levam muitos indivíduos a se sentirem seduzidos por esse tipo de discurso, tendo como suporte teórico a pesquisa de Michael Butter, professor de Estudos Americanos na Universidade de Tübingen,

na Alemanha, e diretor do projeto sobre populismo e teorias da conspiração do Conselho Superior Europeu. Entre essas teorias, no caso brasileiro, as mais notadas na correspondência dos leitores com o *Estadão* foram a suposta ação do governo de Pequim para expandir a dominação política, econômica e cultural da China pelo Ocidente, um suposto complô entre as grandes indústrias farmacêuticas para vender vacinas para uma doença que teria sido fabricada em laboratório e as artimanhas políticas para desestabilizar o governo do presidente Jair Bolsonaro – a ação do chamado “sistema”.

Por fim, ainda acerca dos procedimentos metodológicos, deve-se registrar que a análise do enquadramento da pandemia de covid-19 compartilhado entre o ex-presidente Jair Bolsonaro e o grupo de leitores do *Estadão* selecionado para este trabalho se deu a partir de uma perspectiva temporal. Foi realizada uma ampla pesquisa das manifestações públicas de Bolsonaro nas redes sociais, YouTube, portais de notícias, entrevistas a emissoras de rádio e blogs e pronunciamentos oficiais veiculados em cadeia nacional de rádio e televisão e uma contraposição de datas entre estes eventos e a chegada das correspondências dos leitores ao jornal. Além dessas fontes, observou-se também a manifestação pública de outras personalidades ligadas ao movimento de afiliação política que se convencionou chamar de bolsonarismo, como Carla Zambelli, à época da pesquisa uma das mais proeminentes parlamentares ligadas ao ex-presidente. A partir dessa aproximação temporal, observou-se a repetição de termos e argumentos empregados pelo ex-mandatário para sustentar o enquadramento dado por ele aos temas relacionados à pandemia de covid-19 ressoava na linha argumentativa dos leitores do periódico paulista, demonstrando a plausibilidade da hipótese desta pesquisa.

Capítulo 1 - A carta do leitor como subgênero do jornalismo opinativo

Diariamente, a vida cotidiana nos apresenta um sem-número de situações que requerem a manifestação de nossas opiniões e vontades, a afirmação de valores e crenças, tanto no espaço público como no ambiente privado. Em sociedade, a depender do contexto, vemo-nos compelidos a convencer uns aos outros de que nossas posições acerca de determinado assunto são as melhores possíveis; em alguns casos mais extremados, as únicas concebíveis. Nesse incessante jogo de poder retórico-argumentativo entre concidadãos, toda sorte de instrumentos narrativos são empregados para registro das opiniões individuais. As cartas e e-mails aos jornais de grande circulação do país, em que pesem o desenvolvimento tecnológico e a democratização do acesso às redes sociais digitais por meio dos *smartphones*, ainda figuram como um recurso de prestígio nessa batalha pela prevalência de certos posicionamentos no debate público.

Os grandes jornais do país, como *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Folha de S. Paulo*, *Valor Econômico* e *Correio Braziliense*, entre outros, mantêm espaços regulares de participação de seus leitores no debate público há muitas décadas. Normalmente situados nas seções de Opinião, próximos aos espaços dedicados aos editoriais e aos artigos opinativos assinados, esses fóruns dos leitores costumam refletir, em alguma medida, as opiniões correntes dos cidadãos sobre os principais fatos e acontecimentos, no Brasil e no mundo, noticiados todos os dias pela imprensa profissional. Esse espaço de interação dos leitores com os veículos de comunicação, que dá azo a múltiplos posicionamentos sobre um mesmo assunto, constitui um “cenário de democracia” (SILVA, 2012), ainda que, evidentemente, não se possa desconsiderar que as cartas dos leitores que são publicadas passam pelo crivo da empresa jornalística, que, retém a prerrogativa de, ao fim e ao cabo, selecionar e editar os textos originais, o que não deixa de ser uma interferência, em maior ou menor grau, na manifestação originária do leitor.

De qualquer modo, as cartas dos leitores servem como um importante ponto de observação da percepção geral da sociedade sobre temas de interesse noticioso. Seja pela multiplicidade de critérios objetivos e subjetivos de seleção e edição, a depender da discricionariedade de cada empresa jornalística, seja pela variedade de temas cobertos e de missivistas, até mesmo do ponto de vista social, econômico e etnográfico (o qual esta pesquisa não teve o intuito de perscrutar), os fóruns dos leitores dos jornais podem despertar grande interesse acadêmico em vários campos do conhecimento, como psicologia, letras, filosofia, sociologia, ciências políticas e, é claro, comunicação, razão pela qual o *corpus* analisado nesta

pesquisa é um conjunto de 75 (setenta e cinco) cartas enviadas por leitores à redação do jornal *O Estado de S. Paulo* entre abril de 2020 e abril de 2022, período que compreende alguns dos momentos mais dramáticos da pandemia de covid-19 no Brasil e quando foram debatidas publicamente questões como vacinação, “passaporte vacinal” e fechamento de escolas e estabelecimentos comerciais. Como temas que geraram forte mobilização do governo e da sociedade, não escaparam ao escrutínio dos leitores do matutino paulista, que, por meio de cartas, decidiram manifestar suas opiniões sobre aquelas questões de interesse público.

Não foi possível, no entanto, precisar o porcentual de representação estatística dessa correspondência no universo de cartas recebidas pelo *Estadão* nesses quase três anos de pandemia. A secretaria da Diretoria de Opinião do jornal, responsável pelo recebimento e curadoria dessa correspondência, informou ao autor que chegavam à redação, no período selecionado, em média, cerca de 60 cartas por dia. Nem todas, porém, tratavam apenas da pandemia de covid-19.

Algumas dessas cartas foram descartadas de pronto no processo de triagem a cargo da Diretoria de Opinião do veículo jornalístico, pois não preenchiam o requisito mínimo de identificação do remetente por nome completo, endereço e Registro Geral (RG), uma exigência inegociável de quase todas as empresas jornalísticas para publicar manifestações de seus leitores, ouvintes e espectadores. Outras tantas cartas enviadas ao periódico não foram publicadas porque provinham de um mesmo autor – e o *Estadão*, em particular, por uma política interna, privilegia a variedade de missivistas no seu Fórum dos Leitores – ou porque, devido à limitação de espaço físico da diagramação do jornal, já tinham seu conteúdo contemplado por outras cartas selecionadas para publicação.

Por fim, um terceiro grupo de cartas, do qual foi extraído o conjunto que compõe o objeto desta pesquisa, não foi publicado porque as mensagens nelas contidas contrariavam critérios subjetivos de seleção estabelecidos pela direção da empresa jornalística, entre os quais o de não publicar cartas dos leitores que contenham discurso ofensivo, mentiroso ou atentatório ao conhecimento científico.

É importante destacar que essa triagem feita pelo *Estadão*, e o fato de as cartas que formam o objeto deste trabalho não terem sido publicadas, não comprometeram o andamento da pesquisa. Ao contrário: não faria sentido, haja vista o propósito deste trabalho, analisar uma correspondência que se coadunava com a verdade factual, alinhava-se à produção científica relativa à covid-19 e que, exatamente por isso, foi publicada a critério do veículo jornalístico.

O valor do conteúdo das cartas para fins acadêmicos era um; para a eventual publicação pelo *Estadão*, naturalmente, era outro. A esse respeito, ESPÍRITO SANTO (2012) observa que o fato de a grande maioria das sugestões, críticas e comentários enviados pelos leitores aos jornais ser descartada, em especial pela questão da limitação de espaço físico, impede que “uma enorme gama de informações sobre a forma como os leitores e leitoras veem o mundo, seus pontos de vista e como interpretam o que é discutido nas páginas de seus jornais favoritos” seja conhecida. É uma lacuna que esta pesquisa, muito modestamente, pretende ajudar a preencher.

Para os fins desta pesquisa, pretendeu-se observar, como foi dito na introdução, as similaridades entre o discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro sobre a pandemia de covid-19, no sentido de minimizar sua gravidade e produzir, de forma arbitrária, o que se convencionou chamar de “imunidade de rebanho”, e os argumentos dos quais se valeram aquele grupo de leitores que não tiveram suas cartas aprovadas para publicação por violação da política editorial do *Estadão* (conteúdo contrário ao conhecimento científico), procurando evidenciar, assim, a ressonância do enquadramento dado pelo então chefe de Estado e de governo à crise sanitária sobre uma determinada parcela da população – um grupo de pessoas com acesso a informações apuradas de acordo com os padrões técnicos e éticos do jornalismo profissional.

A escolha desse público, portanto, não foi aleatória. Partiu-se de uma premissa de análise segundo a qual esses indivíduos que se dispuseram a escrever para o jornal tinham acesso às reportagens, editoriais e artigos de opinião publicados pelo *Estadão* sobre o tema, vale dizer, tinham à disposição um cabedal de informações apuradas de acordo com os padrões técnicos e éticos do jornalismo profissional que, em grande medida, contrapunham-se às mentiras e distorções da realidade factual difundidas pelo ex-presidente da República sobre a pandemia de covid-19, sobretudo em relação às vacinas, ao distanciamento social e aos supostos “tratamentos” para a doença. Malgrado esse amplo acesso a dados confiáveis para auxiliar na formação de opinião, alguns leitores optaram por expressar opiniões coadunadas com as de Jair Bolsonaro, o que se evidenciou por meio das cartas que enviaram ao *Estadão*, possivelmente estimulados pela ideia segundo a qual a eventual publicação das missivas poderia não ter o mesmo alcance de uma publicação nas mídias sociais digitais, que, em alguns casos, pode atingir milhões de pessoas em questão de minutos, mas decerto contaria com a chancela de credibilidade que um grande e respeitado veículo de comunicação pode oferecer.

Evidentemente, nos dias que correm, a carta do leitor é apenas uma entre outras formas de interação entre o público e uma empresa jornalística. O *Estadão* mantém perfis institucionais nas principais mídias sociais digitais, como Facebook, Twitter, Instagram e YouTube. Em todas

elas, há espaço para livre manifestação da audiência. Nenhum desses espaços abertos à livre manifestação de opinião pelos leitores, contudo, conta com o mesmo prestígio que tem a eventual publicação de uma carta no Fórum dos Leitores. Ao menos não para o próprio veículo. A experiência pessoal deste pesquisador, como editorialista do jornal *O Estado de S. Paulo*, permite afirmar que há casos em que manifestações de leitores na seção de cartas do *Estadão* chegam a ensejar a escrita de um editorial do jornal, como foi o caso, por exemplo, do editorial “O respeito dos militares pela democracia”, publicado em 29 de janeiro de 2023. No referido editorial, o *Estadão* fez referência à carta enviada por uma leitora que, poucos dias antes, lembrou a história da criação, em 1946, do Conselho Nacional de Pesquisa, o atual CNPq, por inspiração do vice-almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva (1889-1976).

Como a primeira forma de interação entre o público e os veículos jornalísticos no Brasil, antes do telégrafo, do telefone, do e-mail e das mensagens nas redes sociais digitais, a carta do leitor tem uma longa história de construção reputacional que outras mídias mais recentes ainda não possuem, ao menos não no campo das empresas que ainda investem no jornalismo impresso. Por isso, sem prejuízo da interação por outros meios, a carta do leitor resiste ao passar do tempo e ao avanço tecnológico.

Neste trabalho, a carta do leitor é abordada como um subgênero do gênero opinativo do jornalismo, de acordo com a classificação originalmente proposta por Marques de Melo (2003). Nesse sentido, a carta do leitor é tratada como uma possibilidade de o cidadão intervir no debate público, pois escrever para um jornal

representa o último alento de muitos cidadãos que querem dizer alguma coisa a seus contemporâneos, que querem influir nas decisões dos governantes, que querem participar dos destinos de sua sociedade (MARQUES DE MELO, 2003, pág. 177).

A carta do leitor pode ser vista, ainda, no contexto de uma cultura participativa (SODRÉ, 1977), que, malgrado ainda não ter se consolidado entre nós a ponto de ressignificar o espaço dos leitores no processo jornalístico, dando-lhes maior representatividade e estabelecendo uma nova dinâmica nas relações de poder sobre o controle do diálogo entre as partes do processo comunicacional, inegavelmente, tem avançado nas últimas décadas.

Em artigo sobre a participação do público nos processos jornalísticos, Matheus (2013) argumenta, com razão, que “o consumo nunca foi a etapa final do processo de comunicação”. Porém, sustenta a pesquisadora, o *feedback* do público

podia ser observado de forma restrita, por cartas, telefonemas, mas, hoje, o retorno é imediato nos comentários e na redistribuição daquela informação (compartilhamentos, envios por e-mail, retwittagens). A audiência/leitor é certamente apenas uma das etapas do consumo, que hoje se confunde com a própria participação. Na maior parte das vezes, entretanto, a participação não se reflete numa maior autonomia do público ou em verdadeiro diálogo. (MATHEUS, 2013, pág. 4).

É necessário refletir como essas partes se relacionam e em que medida há, de fato, uma colaboração, mormente nesse subgênero carta do leitor. No caso do *Estadão*, analisado nesta pesquisa, há uma interação, como vimos, que, em raros casos, pode até transpor os limites do Fórum dos Leitores e chegar aos editoriais do veículo jornalístico. Alguns colunistas fixos do jornal, como é o caso do ex-secretário de Fazenda do Estado de São Paulo, Felipe Salto, começaram a escrever regularmente para o *Estadão* ainda na adolescência, por meio das cartas dos leitores.

Parece-nos relevante entender como o público leitor colabora com um jornal – seja por cartas, comentários, tuítes, retuítes, telefonemas, e-mails etc. – para destacar a importância dessa relação para a ampliação do sentido das notícias por meio do que Matheus (2013) classifica como um “jogo intertextual”. O resultado desse “jogo” será determinante para o futuro do jornalismo impresso, especificamente, haja vista que a prevalência de um conteúdo noticioso, sobretudo no ambiente *online*, que privilegia a resposta imediata do público, o chamado engajamento, sobre a profundidade da apuração e da análise pode, ao fim e ao cabo, levar o jornalismo profissional, se não a abandonar, ao menos a relativizar a importância de algumas de suas atividades-fim, como a apuração criteriosa e contextualização dos fatos em nome da rapidez no fluxo informativo, perdendo, em alguma medida, a credibilidade como um dos mais relevantes mediadores do debate público.

Como textos destinados a espaços de manifestação de opinião, as cartas do leitor não dizem respeito apenas à relação entre os leitores e o veículo jornalístico, mas entre os leitores e seus concidadãos. Como reflexos diretos do modo como os que as assinam veem o mundo e pensam sobre temas de interesse público, as cartas “contribuem também para revelar o *mise-en-scène* que tanto o público leitor quanto os próprios jornais realizam enquanto atores de um mundo discursivo inseridos no processo de produção, organização e transmissão da informação” (ESPÍRITO SANTO, 2012).

O Fórum dos Leitores do *Estadão* está submetido aos mesmos critérios de edição aplicáveis às demais seções de Opinião do periódico, como “Notas & Informações”, onde tradicionalmente são publicados os editoriais do jornal, e “Espaço Aberto”, seção de artigos

opinativos assinados por colaboradores fixos e ocasionais. A eventual publicação das cartas dos leitores, portanto, está sujeita a uma triagem para verificação de sua adequação à linha editorial do veículo e análise de preenchimento de requisitos objetivos e subjetivos que formam a política interna da empresa jornalística para publicação dessa correspondência.

Parece-nos evidente que, mesmo em meio à democratização dos recursos tecnológicos e à massificação do uso das mídias sociais digitais e dos aplicativos de mensagens instantâneas, como WhatsApp e Telegram, principalmente, a carta do leitor não parece figurar, como mostrou a análise empírica para esta pesquisa, como uma forma de comunicação ultrapassada. Vê-se o exato oposto. Diante da miríade de possibilidades de expressão e interação, a carta do leitor enviada a um jornal de grande circulação, com reputação estabelecida perante a sociedade, serve como um meio de distinção e credibilidade. Não surpreende, nesse sentido, que muitos leitores sejam missivistas recorrentes. Uma parte do público leitor sente-se compelida a participar do processo jornalístico, por meio da livre manifestação da opinião, como forma de influenciar o debate público, como sustenta Marques de Melo (2003) e validar determinadas posições sobre temas de relevância. Beltrão (1980) já sustentava que a carta do leitor é uma das formas mais significativas de colaboração do público com o veículo jornalístico. Contudo, citando J. Folliet, alertou que, entre os leitores que as enviam às redações,

há bastante maníacos, eternos amargurados, e, geralmente, os protestos são mais abundantes do que as aprovações expressas. Por outro lado, alguns clãs políticos e grupos de interesse podem organizar campanhas de correspondência – e efetivamente não se privam disso. É uma amostra de bom senso estudar, às vezes, detidamente, essas cartas. O que, de resto, é uma obrigação básica do trabalho do noticiarista. (BELTRÃO, 1980, pág. 87).

Deve-se registrar ainda que, como subgênero do gênero opinativo do jornalismo, as cartas dos leitores fazem parte de uma tríade de categorias de opinião que são veiculadas pelos jornais: a da empresa jornalística (editor/a), as dos próprios repórteres e, por fim, as dos leitores. “Juntas, irão oferecer à comunidade a manifestação da opinião pública” (BELTRÃO, 1980).

As cartas dos leitores, por fim, devem ser vistas em um contexto de disputas discursivas que têm por objetivo, ao fim e ao cabo, influenciar a percepção da sociedade sobre temas de interesse público, como a pandemia de covid-19.

A análise das cartas dos leitores não pretendeu, para os fins desta pesquisa, estabelecer um vínculo direto entre os missivistas e o bolsonarismo, mormente no que concerne à uma defesa inequívoca do ex-presidente Bolsonaro ou de sua agenda. Não se trata aqui de perscrutar a “posição ideológica” dos missivistas, mas apenas evidenciar, por meio da leitura de seus

argumentos, a correspondência entre estes e os de Bolsonaro em um momento crítico da história nacional. A análise das cartas dos leitores como meios de ressonância do discurso de Jair Bolsonaro sobre a pandemia de covid-19 se sustenta como objeto de uma pesquisa acadêmica que tem como principal referencial teórico o trabalho do sociólogo canadense Erving Goffman – no que concerne ao enquadramento e à maquinação – porque enxerga o leitor como um elemento indispensável ao processo jornalístico, que só se completa, como pontificou Marques de Melo (2003), quando a informação apurada e publicada por uma empresa jornalística chega ao conhecimento do indivíduo e por ele é devidamente processada de acordo com os seus referenciais – ou quadros – comunitários.

Capítulo 2 - O poder destruidor desse vírus está superdimensionado: uma crise sanitária e informacional

A pandemia de covid-19 ultrapassou as barreiras sanitárias às quais, a rigor, uma infecção viral descontrolada estaria circunscrita. No Brasil, mas não só, a pandemia se descortinou, também, como uma crise de natureza informacional. Neste capítulo, pretendemos mostrar como o discurso do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro relativo à pandemia de covid-19 – desdenhoso em relação à gravidade da doença desde o início de 2020 e contrário à “verdade dos fatos”, como tal definida por Hannah Arendt – teve ressonância nos *e-mails*, doravante tratados neste trabalho simplesmente como “cartas”, enviados por um grupo de leitores ao jornal *O Estado de S. Paulo* no curso da emergência sanitária, um público que, em tese, tinha fácil acesso a informações apuradas com rigor jornalístico e, portanto, contava com um acervo de dados apto, *a priori*, a contrapor suas crenças. A leitura dessas cartas revela, no entanto, que esses leitores, em muitos casos, reproduziram em seus argumentos a retórica bolsonarista, que procurou minimizar os efeitos deletérios da pandemia para a saúde da população em nome de uma suposta defesa da “liberdade individual” e da “economia”. Como tratamos no capítulo anterior, as cartas dos leitores foram entendidas nesta pesquisa como um dos subgêneros do jornalismo opinativo (MARQUES DE MELO, 2003).

O olhar sobre essa correspondência selecionada e a comparação entre os argumentos dos leitores do *Estadão* e o discurso do então presidente da República parte dos conceitos de enquadramento (*framing*) e maquinação (*fabrication*) desenvolvidos pelo sociólogo canadense Erving Goffman. Esses conceitos serão novamente abordados adiante, ainda neste capítulo.

A parcela da sociedade brasileira que esperava que, na condição de chefe de Estado e de governo, o então presidente Jair Bolsonaro enfrentasse a pandemia de covid-19 tomando decisões políticas e administrativas no curso da emergência sanitária com base em informações comprovadas e seguindo as orientações de especialistas em saúde pública, como médicos infectologistas e epidemiologistas, não teve muito tempo para acalentar essa esperança. No dia 9 de março de 2020, apenas doze dias após o Ministério da Saúde registrar o primeiro caso de infecção pelo Sars-CoV-2 no Brasil⁷, o ex-presidente afirmou, durante um encontro com a comunidade de brasileiros residentes em Miami, nos Estados Unidos, que “o poder destruidor

⁷ UNA-SUS/Ministério da Saúde. Disponível em <https://www.unasus.gov.br/noticia/coronavirus-brasil-confirma-primeiro-caso-da-doenca> Acesso em 31.jan.23

desse vírus”, no seu entender, estava “superdimensionado”. Bolsonaro fazia menção à queda global do mercado de capitais naquele mesmo dia, o que, no Brasil, fez a Petrobras perder cerca de R\$ 90 bilhões de seu valor de mercado em um único dia e o índice Ibovespa fechar em queda de 12%, ativando o mecanismo de proteção aos acionistas conhecido no mercado financeiro como *circuit breaker* – quando os valores de determinadas ações sofrem quedas abruptas e atípicas, levando à interrupção das negociações desses papéis na Bolsa.

Com apenas um ano e dois meses de mandato, Jair Bolsonaro percebeu que aquele vírus ainda desconhecido que, no final de 2019, paralisou a China e dava sinais de que chegaria rapidamente à Europa e aos Estados Unidos e, de lá, ao resto do mundo, seguramente afetaria o fluxo de trocas globais e provocaria reveses econômicos no Brasil.

Foi esse enquadramento que norteou toda a condução da pandemia de covid-19 no Brasil pelo governo Bolsonaro: uma crise muito menos severa do que autoridades sanitárias e a imprensa profissional e independente faziam crer. Desde o início pandemia de covid-19, com pequeníssimas variações – e sempre motivadas pelo interesse político do ex-presidente em dado momento –, observou-se uma série de falas que buscaram, primordialmente, levar a população brasileira a acreditar que não estava diante da maior emergência em saúde pública a se abater sobre o país desde a pandemia de “gripe espanhola” (1918-1919), que apenas no Brasil matou cerca de 35 mil pessoas⁸.

Apenas 48 horas depois da declaração de Bolsonaro em Miami minimizando os efeitos da disseminação do novo coronavírus, no dia 11 de março de 2020, o diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), o biólogo e acadêmico etíope Tedros Adhanom Ghebreyesus, declarou que a transmissão global daquele patógeno caracterizava uma pandemia. Na sede da OMS, em Genebra, na Suíça, Tedros Adhanom afirmou que

nas últimas duas semanas, o número de casos de COVID-19 fora da China aumentou 13 vezes e o número de países afetados triplicou. Atualmente, existem mais de 118 mil casos em 114 países e 4.291 pessoas perderam a vida. Outras milhares estão lutando por suas vidas em hospitais. Nos próximos dias e semanas, esperamos ver o número de casos, o número de mortes e o número de países afetados aumentar ainda mais. A OMS está avaliando esse surto 24 horas por dia e nós estamos profundamente preocupados com os níveis alarmantes de disseminação e gravidade e com os níveis alarmantes de falta de ação. Portanto, avaliamos que a COVID-19 pode ser caracterizada como uma pandemia. Pandemia não é uma palavra a ser usada de forma leviana ou descuidada. É uma palavra que, se mal utilizada, pode causar medo irracional ou aceitação injustificada de que a luta acabou, levando a sofrimento e morte desnecessários. Descrever a situação como uma pandemia não altera a avaliação da OMS sobre a ameaça representada por esse vírus. Não altera o que a

⁸ Fundação Getúlio Vargas (FGV). Disponível em <https://atlas.fgv.br/verbetes/gripe-espanhola> Acesso em 31.jan.23

OMS está fazendo e nem o que os países devem fazer. Nunca vimos uma pandemia provocada por um coronavírus. Esta é a primeira pandemia causada por um coronavírus. E nunca vimos uma pandemia que, ao mesmo tempo, pode ser controlada. A OMS está em modo de resposta completa desde que fomos notificados dos primeiros casos. E pedimos todos os dias que os países tomem medidas urgentes e agressivas.

Imediatamente, governadores e prefeitos em alguns Estados do país, como São Paulo, começaram a decretar as primeiras medidas restritivas à circulação de pessoas a fim de evitar aglomerações e, assim, conter a disseminação do Sars-CoV-2. O Brasil jamais chegou a adotar propriamente um *lockdown*, um confinamento rigoroso da população, mas decretos do Poder Executivo nas esferas estadual e municipal ordenando o fechamento de estabelecimentos comerciais tidos como “não-essenciais” reduziram drasticamente o número de pessoas nas ruas. Muitas empresas adaptaram seus processos laborais para que seus funcionários, sobretudo os administrativos, pudessem trabalhar em casa. Reuniões profissionais e familiares passaram a ser mediadas por aplicativos de áudio e vídeo, ressignificando, ao menos por um tempo, as relações humanas.

A declaração de Jair Bolsonaro em Miami foi a primeira de uma escalada de manifestações do ex-presidente que revelariam como o seu modelo de gestão da emergência sanitária levaria o Brasil a se tornar o segundo país com o maior número de mortes em decorrência da covid-19 (693.981 óbitos até o dia 3 de janeiro de 2023), atrás apenas dos Estados Unidos (1,09 milhão de óbitos). De acordo com o projeto *Our World in Data*, uma parceria entre a organização não governamental Global Change Data Lab (GCDL) e a Universidade de Oxford, no Reino Unido, embora o Brasil concentre apenas cerca de 3% da população mundial, o país respondeu sozinho por 11% do total de mortes em decorrência da covid-19 no mundo⁹.

Ainda no mês de março de 2020, cerca de duas semanas após o encontro com membros da comunidade de brasileiros na Flórida, Bolsonaro daria mais uma de suas declarações relativas à pandemia de covid-19. Durante uma rápida entrevista concedida a jornalistas que o aguardavam à saída do Palácio da Alvorada, a pretexto de “tranquilizar a população” e estimular os cidadãos a saírem de casa, o então presidente da República lembrou que havia sido vítima de um atentado a faca havia cerca de dois anos e que não seria “uma gripezinha”, em referência

⁹ Fonte: Observatório Covid-19 – Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

à covid-19, que haveria de “derrubá-lo”¹⁰. Àquela altura, o Sars-CoV-2 já havia infectado cerca de 350 pessoas no Brasil e causado a morte de 26 brasileiros¹¹.

A declaração do ex-presidente funcionou como *dog whistle*, uma expressão que vem da política norte-americana que pode ser traduzida literalmente como “apito de cachorro” e que serve para definir frases do líder político que são entendidas por seus seguidores como uma espécie de comando ou linha de ação. De fato, poucos dias depois da declaração de Bolsonaro qualificando a covid-19 como uma “gripezinha” em rede nacional de rádio e televisão foi possível observar nas cartas enviadas por leitores a *O Estado de S. Paulo* um discurso muito semelhante ao do então presidente, no sentido de minimizar os efeitos da doença e criticar as políticas públicas mais restritivas à circulação de pessoas adotadas por governadores e prefeitos em âmbito subnacional, tema que será desenvolvido no capítulo dois deste trabalho, que tratará da politização da pandemia.

As três cartas abaixo, enviadas para o Fórum dos Leitores do *Estadão* no início de abril de 2020, revelam como a fala do ex-presidente Bolsonaro já ressonava na forma de argumentação de alguns leitores do periódico, no sentido de relativizar a gravidade da pandemia de covid-19, reverberando o que pode ser entendido como um discurso oficial, pois emanado da maior autoridade do Poder Executivo federal.

Vamos que vamos. Uma ‘gripezinha’ não vai impedir que lutemos pelo Brasil e por Jair Bolsonaro. Avante!

(L.M.A, homem, São Paulo/SP, em 3/4/2020)

Circuit breaker em 2008: Bancos falindo, desconfiança no sistema financeiro, caos total, operando às cegas, as únicas fontes de notícias são sites meia boca e fórum no Orkut só com amadores. *Circuit breaker* 2020: uma ‘gripezinha midiática’, não vai ter hospital para ‘curar gripe’, você lê a opinião dos melhores gestores do Brasil, do Barsi, do Buffet, do LAPB, *fintwit* recheado de gente boa com opinião embasada. Vocês que viveram esse CB de 2020, vocês ainda são NUTELLA.

(P.R.C, homem, São Paulo/SP, em 3/4/2020)

Só tem coronavírus quem faz exame. Se não fizer exame, não tem coronavírus, é só uma ‘gripezinha’. Tomar um caldo de cana cura tudo.

(J.C.A, homem, Suzano/SP, em 7/4/2020)

¹⁰ *Folha de S.Paulo*, 20/3/2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/03/nao-vai-ser-uma-gripezinha-que-vai-me-derrubar-diz-bolsonaro-sobre-coronavirus.shtml> Acesso em 31.jan.23

¹¹ Fonte: Consórcio de Veículos de Imprensa: *O Globo, Extra, G1, Valor, O Estado de S. Paulo, Folha de S.Paulo* e UOL. Acesso em 31.jan.23

Nos primeiros meses de 2020, pouco se sabia sobre o Sars-CoV-2, um vírus detectado pela primeira vez na província de Wuhan, na China, em novembro de 2019¹². Havia notícias de que um novo vírus alarmava as autoridades chinesas e regiões do país asiático começavam a ser isolados em regime marcial¹³. O rigoroso controle de informações pelo governo de Pequim não permitia ao mundo saber muito mais do que isso àquela altura. Os chineses não compartilhavam todas as informações que tinham sobre a covid-19, nem com outros países nem com a própria OMS – e jamais viriam a fazê-lo de modo totalmente transparente. Havia muitas dúvidas em relação às formas de transmissão do patógeno, qual a extensão dos danos que o vírus poderia causar ao corpo humano, além do comprometimento da capacidade respiratória, e, principalmente, como tratar os infectados. Centenas de milhares de pessoas morreram nos primeiros meses de pandemia no mundo inteiro enquanto a comunidade médica corria contra o tempo para estabelecer um protocolo de tratamento da covid-19.

No início de 2020, portanto, o mundo fora inundado por um grande volume de informações esparsas e desconexas sobre uma nova doença potencialmente mortal. Nessa situação, surgem rumores e desinformação, além da manipulação de informações com intenção duvidosa. Na era da informação, esse fenômeno foi amplificado pelas redes sociais e mentiras e distorções dos fatos concernentes à pandemia se alastrarão tão ou mais rapidamente do que o próprio vírus (GARCIA; DUARTE, 2020).

É nesse contexto de desordem informacional que o ex-presidente Jair Bolsonaro buscou construir e massificar um discurso segundo o qual a pandemia de covid-19 era muito menos grave do que as autoridades políticas e sanitárias, além da imprensa profissional e independente, no mundo inteiro, faziam parecer. Esse foi o enquadramento (GOFFMAN, 2012) dado à emergência sanitária pelo governo federal, uma “gripezinha”, e, em boa medida, Bolsonaro foi bem-sucedido em firmar essa ideia na concepção de muitos brasileiros acerca da crise sanitária. Não foram poucas as manifestações de cidadãos que, em maior ou menor grau, reproduziram esse discurso presidencial, inclusive por meio do emprego dos mesmos vocábulos e expressões utilizados por Bolsonaro para qualificar a pandemia, como revelam algumas cartas que

¹² “Covid: primeiro caso em Wuhan foi de vendedora em mercado de animais, diz estudo”. Viva Bem/UOL, 19/11/2021. Disponível em <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/rfi/2021/11/19/covid-1-caso-em-wuhan-foi-de-vendedora-de-mercado-de-animais-diz-estudo.htm> Acesso em 31.jan.23

¹³ Algumas dessas notícias podem ser lidas nos seguintes endereços: BBC Brasil:

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-51157487>; *Valor Econômico*:

<https://valorinveste.globo.com/mercados/internacional-e-commodities/noticia/2021/02/19/evidencias-mostram-que-coronavirus-ja-se-espalhava-na-china-desde-novembro-de-2019-diz-oms.ghtml>; e *O Estado de S. Paulo*:

<https://saude.estadao.com.br/noticias/geral,oms-declara-emergencia-de-saude-publica-global-por-surto-de-coronavirus.70003178909> Acesso em 31.jan.23

compõem o objeto desta pesquisa. Indivíduos com acesso à informação confiável, rigorosamente apurada de acordo com a prática e a ética jornalísticas, haja vista que os signatários das cartas são leitores de *O Estado de S. Paulo*, assinantes ou casuais, reproduziram em suas correspondências para o veículo termos largamente empregados pelo então presidente.

No final de 2021, por exemplo, o ex-presidente Bolsonaro declarou à imprensa que não vacinaria sua filha menor de idade, Laura, então com 11 anos, contra a covid-19¹⁴. Embora a Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIM), a Sociedade Brasileira de Infectologia (SBI) e a Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) tenham sido taxativas ao afirmar que “os benefícios da vacinação na população de crianças de 5 a 11 anos, com a vacina Comirnaty¹⁵, superam os eventuais riscos associados à vacinação no contexto atual da pandemia”¹⁶, Bolsonaro lançava dúvidas sobre a segurança e a eficácia da vacina para o público infantil. O ex-presidente deu dois argumentos para não vacinar a filha pré-adolescente. Durante uma *live*, transmissão ao vivo por meio das redes sociais durante as quais o então presidente se dirigia diretamente à audiência, uma marca de seu governo, Bolsonaro argumentou que “a questão da vacina para crianças ainda é muito incipiente, o mundo inteiro ainda tem dúvidas”. Não havia essa dúvida. Outra razão pela qual os pais não deveriam ser obrigados a vacinar seus filhos de 5 a 11 anos contra a covid-19, ainda segundo Bolsonaro, era o fato de não haver um número de mortes de crianças nessa faixa etária que “justificasse a vacina emergencial”. Que número, afinal, seria esse, o ex-presidente não informou durante o seu pronunciamento¹⁷.

No mesmo dia 23 de dezembro de 2021, uma quinta-feira, dia da semana em que Bolsonaro normalmente se dirigia diretamente ao público em transmissões ao vivo por meio das redes sociais, chegou ao Fórum dos Leitores de *O Estado de S. Paulo* uma carta que ressoava a mesma linha argumentativa do então presidente da República.

No início da pandemia morriam mais de 1000, mas todos eram adultos e nenhuma criança, lembram? Quantas crianças foram intubadas até agora, alguém sabe? Quantas morreram de covid, alguém sabe? Existe uma estatística? Não ouvi falar nada a respeito. Então por que vão vacinar crianças agora?

(F.A.M, homem, cidade e Estado não informados, 23/12/2021)

¹⁴ “Minha filha não vai se vacinar contra a Covid-19, afirma Bolsonaro”. CNN Brasil. Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/minha-filha-nao-vai-se-vacinar-contr-a-covid-19-afirma-bolsonaro> Acesso em 31.jan.23

¹⁵ Nome comercial da vacina produzida pelos laboratórios Pfizer e BioNTech (nota do autor).

¹⁶ Íntegra da nota conjunta disponível em https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/carta-divulgacao-sbim-sbi-sbp-anvisa.pdf Acesso em 31.jan.23

¹⁷ Ver nota 8.

Cerca de duas semanas depois da live de 23/12/2021, outro leitor se manifestou por meio de carta a *O Estado de S. Paulo* sobre a vacinação de crianças de 5 a 11 anos sustentando seu discurso com base no enquadramento dado por Bolsonaro à questão.

Penso que não estão juntando informações para conclusões definitivas, mas tratando de deformar o que se sabe. Discutiui-se a vacinação de crianças, o governo tentou evitar a imposição, buscou levar ao comprometimento dos médicos que deveriam receitá-las e estes tiraram o corpo fora: se houver problema a responsabilidade será difusa! “Consulta pública atrasa a vacinação”, este é o resumo da ópera, diz a imprensa. Ora, o governo pode ter tentado de tudo para fazer valer a sua posição de não obrigatoriedade, mas o fato é que as vacinas em doses especiais, embora compradas, ainda não foram recebidas no Brasil. Estão vendendo uma fake news conscientemente.

(P.M.S., homem, Salvador/BA, em 8/1/2022)

A leitura das cartas objeto desta pesquisa permitiu observar que o enquadramento dado pelo então presidente Jair Bolsonaro à pandemia de covid-19 teve forte ressonância no discurso de um grupo de leitores do jornal *O Estado de S. Paulo*. À luz da linha de argumentação empregada por esses leitores em suas cartas para o Fórum dos Leitores do periódico, o desdém pela gravidade da covid-19 e as críticas a medidas restritivas à circulação de pessoas e, conseqüentemente, à atividade econômica vinham sempre acompanhadas do apoio, declarado ou sugerido, a Bolsonaro. Em algumas delas, como nos exemplos citados abaixo, o ex-presidente figura expressamente como vítima de um complô para desestabilizar seu governo, sendo a pandemia de covid-19 uma espécie de instrumento a serviço do suposto ardil.

Não foi o Senado que apurou (*referência à CPI da Covid*), e sim um grupo de sete senadores. Alguns, que respondem a diversos processos em andamento na Justiça, conduziram os trabalhos com viés político. Julgamentos para vingança política contra o presidente da República. E nesses “julgamentos” indiciaram e humilharam pessoas honestas sobre um assunto de saúde pública completamente desconhecido. Humilharam e indiciaram pessoas que vivem estritamente de seus ganhos oficiais, e declarados ao contrário de alguns dos seus “julgadores”.

(A.S. homem, São Paulo/SP, em 11/2/2022)

Para quem disse que o “Supremo” não tirou poderes do presidente Bolsonaro para lidar com a pandemia, segue a confissão do próprio: “Nós já temos um semipresidencialismo com um controle de poder moderador, que hoje é exercido pelo Supremo Tribunal Federal. Basta verificar a atuação da Corte durante a pandemia”. Quem disse isso? O ministro Dias Toffoli, ministro da Suprema Corte do Brasil! Forças Armadas, até quando os senhores irão permitir essas afrontas à nossa Constituição?

(C.R.Q., homem, Rio de Janeiro/RJ, em 18/12/2021)

À medida que o número de casos e mortes decorrentes da covid-19 crescia no Brasil e muitos indivíduos começaram a ser diretamente afetados pela pandemia, inclusive,

evidentemente, apoiadores de Bolsonaro, tornava-se mais difícil para o então presidente ignorar a existência de uma crise sanitária. Entretanto, Bolsonaro seguiu firme em sua campanha para dificultar a compreensão da realidade por uma ampla parcela da sociedade brasileira. Se já não era possível, àquela altura, negar que o mundo era assolado pela mais grave emergência sanitária em mais de um século, havia “tratamentos” contra o novo coronavírus que permitiriam que as pessoas continuassem a seguir suas vidas de forma relativamente “normal”.

O então presidente da República passou, então, a defender o uso massivo de alguns medicamentos, como a hidroxicloroquina e a ivermectina, como forma de “prevenção” ao contágio pelo Sars-CoV-2 ou, no pior dos casos, como forma de mitigar as formas mais graves da covid-19, que levavam à internação em Unidades de Terapia Intensiva (UTI) e à morte. Um levantamento feito pelo jornal *O Globo*, em maio de 2021, revelou que até aquele momento, Jair Bolsonaro já havia defendido o uso de cloroquina e hidroxicloroquina como “tratamento profilático” da covid-19 em pelo menos 23 ocasiões¹⁸. A primeira vez que o então presidente defendera o medicamento contra a malária, extraoficialmente, foi em 21 de março de 2021, dois meses antes da reportagem. Na ocasião, Bolsonaro mencionou que o laboratório farmacêutico do Exército aumentaria a produção da cloroquina. Tal foi a mobilização dos farmacêuticos da Força Terrestre para a produção de cloroquina – remédio que Bolsonaro defendia ser eficaz contra a covid-19 – que pacientes que passaram por transplantes de órgãos foram submetidos à risco de morte pela queda da produção, também pelo Exército, do medicamento micofenolato de sódio, um dos imunossuppressores primordiais para a manutenção da saúde desses pacientes¹⁹.

Era o chamado “tratamento precoce”, ou “kit covid”, que, ao lado da recusa do ex-presidente em engajar sua administração para a aquisição de vacinas contra a covid-19, marcaria a condução da crise sanitária no âmbito do governo federal e organizaria a argumentação, em sua defesa, exposta pelos leitores do *Estadão* em cartas enviadas para o Fórum dos Leitores, vale dizer, o enquadramento dado à pandemia por esses leitores, como veremos a seguir.

¹⁸ “Bolsonaro defendeu uso de cloroquina em 23 discursos oficiais. Leia as frases”. *O Globo*, 20/05/2021. Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/bolsonaro-defendeu-uso-de-cloroquina-em-23-discursos-oficiais-leia-as-frases-25025384>

¹⁹ “Transplantados correm perigo com a interrupção de produção de medicamento por laboratório do Exército”. *O Globo*, 11/02/2021. Disponível em <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2021/02/11/transplantados-correm-perigo-com-a-interruptao-da-producao-de-remedio-pelo-laboratorio-do-exercito.ghtml>

2.1. Enquadramento: o sentido atribuído à pandemia a partir do discurso de Bolsonaro e a leitura das cartas de um grupo de leitores do *Estadão*

Afinal, por que acreditamos no que acreditamos, a despeito de evidências factuais que contradizem as nossas crenças? Em outras palavras: o que é a realidade? Erving Goffman, um dos mais referenciados sociólogos do século 20, sofisticava esse questionamento: em que circunstâncias pensamos que as coisas são *reais*? O autor, um dos intelectuais que, ainda hoje, nos ajuda a entender a pertinência dessas perguntas, muito mais do que oferecer respostas prontas, segue a tradição do pensamento do filósofo norte-americano William James (1842-1910) para desenvolver o seu conceito de enquadramento. Em *As percepções da realidade* (1869), James argumenta que a definição do que é real para nossos sentidos passa pelo filtro das relações e dos contextos sociais. A percepção do que seja real para nossos sentidos, portanto, é resultado de um complexo sistema de crenças sobre o mundo, permeadas por nossas reações emocionais aos estímulos que recebemos ao longo de toda a vida. Essa é a ideia central que orienta o pensamento de Goffman em sua obra mais orgânica, *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*, originalmente publicada em 1974 e editada em português no Brasil pela Editora Vozes em 2012.

Corolário do interacionismo simbólico, corrente de pensamento desenvolvida na Universidade de Chicago na década de 1920, a análise dos quadros proposta por Goffman revolucionou o pensamento sociológico a partir da segunda metade do século 20, influenciando pesquisas nos mais variados campos do conhecimento, das artes à psicologia social, passando, naturalmente, pelo campo da comunicação.

O sociólogo canadense propõe, em linhas gerais, que a realidade é assimilada pelo indivíduo a partir de um conjunto de significados que ele emprega para compreender o mundo ao redor. Por meio desses quadros (*frames*), o indivíduo atribui significado a acontecimentos e a fatos naturais ou abstratos para deles extrair sentido que seja crível à luz de suas referências e, com base nessa acomodação, lançar-se à experiência, à ação.

Para Goffman, as aparências importam, os pequenos gestos importam. Esta é a originalidade de seu trabalho, a introdução de uma “microsociologia” do cotidiano. “Ao observar atitudes aparentemente insignificantes, como a troca de olhares em um ônibus, o comportamento em uma fila ou as gafes, Goffman mostrou como os detalhes do dia a dia revelam as regras e as normas implícitas de uma sociedade” (MARTINO, 2021). O caso

específico da vacinação contra a covid-19 no Brasil ajuda na compreensão dessa dinâmica social.

Certamente, há indivíduos que apenas endossam o discurso do ex-presidente Jair Bolsonaro contra as vacinas para delimitar seu campo de posicionamento político-ideológico, angariar apoios e obter a aprovação dos grupos dos quais fazem parte (ou desejam fazer). Trata-se de um discurso (posicionar-se contra as vacinas e lançar dúvidas sobre sua segurança) que não se traduz em ação (não se vacinar). O percentual de cidadãos totalmente imunizados no Brasil é bastante superior ao percentual de eleitores que classificavam o governo de Jair Bolsonaro como “bom ou ótimo” ou que aprovavam a forma pela qual o presidente governava o país, de acordo com a média das pesquisas de opinião publicadas entre junho de 2020 e julho de 2021 por institutos como Datafolha e Ipec.

A apuração de dados sobre a vacinação realizada pelo consórcio de veículos da imprensa²⁰ no dia 19 de janeiro de 2021 indicava que havia 147.754.119 brasileiros totalmente imunizados contra a covid-19, o equivalente a 68,78% da população. Decerto não há tantos bolsonaristas no país. Vale dizer, ainda que endossem e disseminem o discurso antivacina, milhões de brasileiros procuraram se proteger contra as formas graves da covid-19. Não se pode subestimar o impacto do medo da morte nesses casos. O cientista político Carlos Pereira, da Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE-FGV), conduziu um estudo²¹ em que demonstrou, junto com seus coautores Amanda Medeiros e Frederico Bertholini, como o medo da morte influenciou o posicionamento dos cidadãos no curso da emergência sanitária, em especial diante da adoção de medidas restritivas, e a avaliação que a sociedade faz dos governantes nos três níveis da administração. Os autores concluíram que o medo da morte “flexibiliza perdas e aproxima os polos” de dissensões político-ideológicas, mesmo entre os próprios apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro. Os autores dividiram essa base de apoio social a Bolsonaro em dois grupos: os “identitários” e os “pragmáticos”. Os primeiros se afiguram como um grupo orgânico, fiel à agenda política de Bolsonaro. A fim de mantê-los de prontidão durante todo o mandato, o ex-presidente precisou comunicá-los constantemente de narrativas populistas de natureza eminentemente polarizante. São apoiadores fiéis a Bolsonaro, sob quaisquer circunstâncias. Por sua vez, a porção pragmática dos apoiadores do ex-presidente

²⁰ Formado por O Globo, G1, Extra, O Estado de S. Paulo, Folha de S.Paulo e UOL.

²¹ Disponível em <https://www.scielo.br/j/rap/a/wnnq8HZZPkscGB69yV6FN9M/abstract/?lang=pt> Acesso em 31.jan.23

já vinha se afastando por uma série de atitudes belicosas do mandatário, que não parecia se propor ao cumprimento do que esse segmento do eleitorado desejava. Enquanto ele radicalizava em assuntos relacionados, por exemplo, a meio ambiente, gênero, minorias, política externa, educação e cultura, seus eleitores de direita estavam dispostos a continuar a apoiá-lo por provavelmente acreditarem que seus riscos individuais de perda no curto prazo eram baixos. Entretanto, quando o presidente se posicionou contra a política de isolamento social, com o objetivo de mitigar suas consequências econômicas, os respondentes interpretaram que tal posicionamento oferecia riscos às suas próprias vidas e a de entes queridos, gerando riscos reais no curto prazo. (PEREIRA, MEDEIROS, BERTHOLINI, 2020).

Ou seja, o estudo revela que há uma parcela de apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro que se manteve fiel a ele em múltiplas frentes de atuação do governo, mesmo a condução periclitante da pandemia, e houve os que optaram por estabelecer gradações para esse apoio, sustando-o quando o interesse privado esteve em jogo. Essas experiências pessoais decerto contribuíram para o enquadramento dado à pandemia de covid-19 por esses indivíduos. É lícito inferir que os leitores do *Estadão* que se manifestaram por meio das cartas ao jornal reproduzindo as linhas de argumentação de Bolsonaro para refutar as vacinas, o isolamento social e outras medidas preconizadas pelas autoridades sanitárias estão mais próximos do grupo de bolsonaristas “identitários” do que dos “pragmáticos” ou mesmo os que não tinham qualquer apreço especial pelo governo de turno. A pesquisa não se propôs a perscrutar a afiliação político-ideológica dos missivistas.

Não se pode desconsiderar ainda que, de fato, há quem tome a palavra oficial da Presidência da República como a voz confiável do governo federal – até mesmo do Estado – como uma fonte de informação segura, norteadada pelo melhor interesse público. Para esse grupo de pessoas, as vacinas podem realmente ter sido vistas como um risco à saúde da população, em especial dos menores de idade, em decorrência do discurso antivacina formulado pelo então mandatário.

Não há evidências científicas que contraindiquem a aplicação das vacinas aprovadas pela Anvisa, seja em adultos, seja em crianças. Mas, inspirados em uma declaração recorrente do ex-presidente Jair Bolsonaro, seus apoiadores que endossam o discurso antivacina afirmam que também não há evidências do contrário, ou seja, de que as vacinas não causam danos ao organismo dos vacinados. O enfoque é enquadrado, tal como formulado por Goffman, nessas manifestações, sobretudo porque elas – embora minoritárias – não são manifestações isoladas. Uma crença pessoal que encontra ressonância em outros indivíduos reforça, para cada um desses indivíduos, o acerto do enquadramento adotado em uma dada situação.

O enquadramento, antes de tudo, tem a ver com a posição que um indivíduo busca ter no mundo, com inserção. “Em momentos de angústia e incerteza”, explica Martino, “às vezes nos agarramos à primeira informação disponível para nos sentirmos mais seguros, mesmo quando temos dúvidas sobre sua autenticidade. Algumas pessoas talvez prefiram acreditar em um enquadramento questionável a não ter nenhum”.

Uma parte do que entendemos por *realidade* é compartilhada com outras pessoas. Nossas experiências pessoais, portanto, não são tão pessoais assim. O que se toma por realidade não é um dado, é uma construção resultante de inúmeras interações sociais orientadas por um sistema individual e interiorizado de referências acumuladas ao longo de toda uma vida. As crenças e vivências de um indivíduo determinarão o que será tomado como verdadeiro por esse indivíduo. Quando essas crenças ou experiências são confrontadas pelos dados de uma realidade objetiva, do ponto de vista factual, tende-se à negação, uma reação fundamentalmente humana.

Do ponto de vista da análise sociológica, não surpreende, pois, que as pesquisas científicas que asseguram a segurança das vacinas contra a covid-19, além das apurações realizadas pelo jornalismo profissional, tenham pouca ou nenhuma importância para a parcela da população que *quer* acreditar – ou não tem um quadro de referências que permita outra interpretação da realidade – que as vacinas são mais maléficas do que benéficas no combate à covid-19. Neste caso, os fatos é que devem se acomodar entre crenças preestabelecidas. É o que Goffman chamou de “fabricação” da realidade, processo que “organiza todos os componentes de um quadro para produzir artificialmente uma experiência nos participantes” (MARTINO, 2021).

Em suma, o enquadramento se apresenta como um desafio às ideias de objetividade e imparcialidade que devem nortear a formulação de políticas públicas, como a vacinação, e, principalmente, à adesão de parcela da população a essas políticas.

2.2. “O tratamento precoce salva vidas” (Jair Bolsonaro)

O início da pandemia de covid-19, como dissemos, foi marcado por um grande fluxo de informações – preliminares e desconexas – que aumentaram sobremaneira a angústia da população diante da ameaça sanitária. Profissionais da área de saúde não estavam imunes à “infodemia”. Além disso, o surgimento da nova patologia motivou médicos e pesquisadores no mundo inteiro a buscarem, o mais rápido possível, formas de tratar os doentes de covid-19.

Muitos medicamentos indicados para outras doenças (uso *off-label*, ou seja, fora das indicações originais aprovadas para determinado fármaco pela autoridade sanitária competente) foram usados contra o novo coronavírus nesse esforço concentrado para combater a ação do Sars-CoV-2 no organismo nas primeiras semanas da pandemia, tanto de forma empírica como por meio de pesquisas científicas.

No Brasil, médicos passaram a prescrever medicamentos *off-label* para pacientes ambulatoriais de covid-19 não apenas respaldados, mas, sobretudo, incentivados por uma decisão do Conselho Federal de Medicina (CFM), emitida em abril de 2020, que autorizou a prescrição de hidroxicloroquina para casos leves de covid-19 como forma de preservar o que o CFM chamou de “autonomia do médico” (FURLAN; CARAMELLI, 2021).

A decisão da instância máxima de representação da atividade médica no país foi acompanhada por um protocolo criado pelo Ministério da Saúde, à época sob gestão do general intendente Eduardo Pazuello, autorizando o uso *off-label* de hidroxicloroquina e azitromicina – fármacos indicados, respectivamente, para o tratamento da malária e de infecções bacterianas – no tratamento de pacientes de covid-19 não hospitalizados, ainda que não houvesse estudos clínicos consistentes estabelecendo umnexo causal entre a administração dessas drogas e uma eventual interrupção da evolução da covid-19 para estados mais graves. O protocolo do Ministério da Saúde vigorou de maio de 2020 a maio de 2021.

A publicação do protocolo do Ministério da Saúde autorizando o uso da hidroxicloroquina e da azitromicina em pacientes acometidos por covid-19 foi fortemente criticado por médicos e pesquisadores, no Brasil e no exterior²². O diretor do departamento de emergências sanitárias da OMS foi taxativo ao dizer que

nem a cloroquina nem a hidroxicloroquina têm sido efetivas no tratamento da covid-19 ou nas profilaxias contra a infecção pela doença. (...) Nós temos agora ensaios clínicos do “Solidarity” (*uma iniciativa internacional em busca de tratamentos para a covid-19*) em vários países, nos quais a cloroquina e a hidroxicloroquina estão incluídas. Como OMS, nós recomendamos que, para a covid-19, essas drogas sejam reservadas para uso dentro desses ensaios.

Estava claro, portanto, que, para a OMS, tanto a hidroxicloroquina como a azitromicina, entre outros fármacos, como a ivermectina, um vermífugo, ainda eram objetos de estudos clínicos que não asseguravam sua eficácia contra a ação do novo coronavírus. Pesquisas

²² Portal G1: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/05/20/veja-repercussao-do-novo-protocolo-de-cloroquina.ghtml> Acesso em 31.jan.23

laboratoriais estavam em andamento, o que não autorizava o uso dessas substâncias fora desse ambiente controlado.

O governo federal, no entanto, usou a falta de estudos conclusivos sobre a eficácia de fármacos como a hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina para explorar, politicamente, sua prescrição a título de “tratamento precoce”. O ex-presidente Jair Bolsonaro adotou um discurso que, como veremos, enquadrou o entendimento de um grupo de leitores do jornal *O Estado de S. Paulo* acerca da administração do chamado “kit covid” como panaceia para as formas mais graves de covid-19. Bolsonaro dizia que, se por um lado não havia estudos comprovando a eficácia daquelas drogas, por outro, também não havia nada que os contraindicasse. Tratava-se de uma falácia, pois havia, sim, muitos estudos²³ que não apenas atestavam que o “kit covid” era ineficaz contra a covid-19 como também representava grande risco à saúde dos pacientes que o utilizavam em regime *off-label*. A seguir, exemplos da ressonância do discurso presidencial sobre “tratamento precoce” em algumas cartas de leitores.

O melhor professor é o tempo. As máximas da ciência em relação à covid-19 confirmam esta regra e não constituíram uma exceção. O *lockdown* foi inútil. Além de prejudicial à vida de muita gente, começando pelas crianças. A vacina (e seus sucessivos reforços), apesar de útil, não impediu o contágio e nem acabou com a doença, além de ter apresentado alguns riscos importantes. As estatísticas estavam todas erradas, pois misturavam pacientes por covid e pacientes também com covid. E agora até a rainha da Inglaterra está se tratando com ivermectina. Só falta aqueles que chamaram Bolsonaro de “genocida” corrigirem as suas palavras e reconhecerem que ele se tratava de um líder com grande visão.

(J.A.N. homem, Campinas/SP, em 21/2/2022)

Todos contra Pazuello, mas ninguém lembra que São Mandetta alertou que os números atingiriam patamares muito maiores. Todos contra a cloroquina, mas ninguém divulga que Kalil tomou cloroquina e Uip também.

(P.M.S., homem, Salvador/BA, em 17/7/2020)

Ninguém pode deixar de reconhecer que Bolsonaro luta bravamente para que o Brasil não venha a falir! Sua luta, porém, esbarra nas suas atitudes violentas e provocativas que destroem tudo que poderia haver de bom nas suas intenções. Ele acha que a cloroquina pode salvar vidas, mas seu apoio ao medicamento gera mil reações contrárias, muitas certamente das pessoas que não gostam dele. A pergunta que se torna fundamental é: qual interesse que Bolsonaro teria nessa história de cloroquina se não fosse para curar a covid-19? Por outro lado, a Anvisa avaliza seu emprego, mesmo sabendo dos seus raros efeitos colaterais. Também a Organização Mundial da Saúde, ao dizer que os estudos a respeito do uso da cloroquina são inconclusivos, e não definitivos. Como médico atuante, já a receitei para cinco pacientes que tiveram contato com portadores da covid-19 e começaram a ter sintomas leves, mas consideráveis, e os cinco ficaram bons.

(G.S.J, assina como “médico”, homem, São Paulo/SP, em 25/5/2020)

²³ “Tratamento precoce” e “kit covid”: a lamentável história do combate à Pandemia no Brasil. Jornal da USP. Disponível em <https://jornal.usp.br/ciencias/tratamento-precoce-e-kit-covid-a-lamentavel-historia-do-combate-a-pandemia-no-brasil/> Acesso em 31.jan.23

A cloroquina quando era prescrita para combater lúpus e malária era vendida nas farmácias sem receita médica e tinha os mesmos efeitos colaterais. Por que somente agora apareceram tantas pessoas contra essas inadequações? Será que é porque ela é barata demais? Ou só agora leram a bula? Aliás, se nós nos dermos ao trabalho de ler bula de qualquer fármaco, não tomamos nenhum deles.

(G.G.V., homem, São Paulo/SP, em 22/5/2020)

Não há a menor dúvida de que a cloroquina e a hidroxicloroquina foram politizadas. De um lado há um grupo defendendo o uso nos primeiros sintomas, outro grupo diz que na fase avançada da doença não há o que fazer. Outros dizem que há efeitos colaterais. Se todo cidadão lesse os efeitos colaterais dos remédios de acordo com a bula, ninguém tomaria remédio algum, pois na bula da Dipirona diz que a pessoa pode ter um choque anafilático. Enquanto se briga pelo uso ou não do remédio muitas as pessoas estão morrendo, como alertou o presidente. O fato que deveria ser objeto de discussão é a grande prova de que os melhores médicos do país se curaram com o uso do remédio em questão. Um remédio tão simples que era dado em posto de saúde como é o caso em Rondônia, virou a joia da coroa. Sempre que vou fazer uma tomografia com contraste sou obrigada a assinar um documento onde autorizo ou não o contraste. Sem contraste a explicação é a de que o exame não fica bom, nessa hora assino meu atestado de óbito em vida, pois qualquer reação que der, eu morro, pois assinei minha sentença de morte, consciente. É pior, cada vez que se usa o contraste o rim é prejudicado. Alguém já pensou em rever essa questão do contraste nos exames sem prejudicar o rim?

(I.A.M., mulher, São Paulo, 22/5/2020)

Muito se tem falado em relação a esse medicamento chamado cloroquina. Seu nome está ligado ao Presidente Trump, dos EUA, e ao Presidente Jair Bolsonaro. Ambos apoiam o seu uso. Trump admitiu que está tomando o Hidroxicloroquina, mais suave, para se prevenir ou, se for infectado, ter maiores chances de sobrevivência à moléstia que esse vírus causa. Se é eficaz ou se cura, há quem duvide. Mas, por aqui, o grande infectologista e ex-secretário da Saúde do nosso estado, DAVID UIP, ao ter os primeiros sintomas da infecção por covid, o tomou, como ele mesmo admitiu, e teve alta em poucos dias. E aí, seguimos o infectologista de fama mundial, em casos iniciais, ou não, só porque Bolsonaro também defende?

(C.B.R., homem, São Paulo, 21/5/2020)



Figura 1 - Jair Bolsonaro exhibe uma caixa de hidroxicloroquina para uma ema no gramado do Palácio da Alvorada (Dida Sampaio/Estadão, 23/7/2020)

O protocolo para “Tratamento Precoce da Covid-19”, autorizando o uso *off-label* do chamado “kit covid”, foi controvertido no âmbito do próprio Ministério da Saúde. A posse do general Pazuello como chefe da pasta, em 16 de setembro de 2020, após cinco meses de interinidade no cargo, deu-se precisamente porque seu antecessor, o médico carioca Nelson Teich, recusara-se a atender ao pedido do ex-presidente Bolsonaro para liberar a administração de hidroxicloroquina e azitromicina em pacientes acometidos por covid-19. A recusa levou à sua demissão. Restava evidente, desde o início, que o interesse político do ex-presidente prevaleceria sobre a saúde dos brasileiros.

A resolução do CFM autorizando o uso do “kit covid” sob o pretexto de defender a “autonomia do médico” e o protocolo de “tratamento precoce” do Ministério da Saúde eram as “evidências” que Bolsonaro precisava para disseminar a ideia segundo a qual a covid-19 tinha “tratamento” e, conseqüentemente, os brasileiros não deveriam recear a exposição ao vírus, vale dizer, não deveriam guardar os devidos cuidados, como o isolamento social, principalmente, e continuar trabalhando para “movimentar a economia”. Esse discurso teve grande ressonância entre um grupo de leitores do *Estadão*, como revelam as cartas a seguir:

No Reino Unido, bastaram alguns poucos dias de tratamento com hidroxicloroquina para que o primeiro-ministro Boris Johnson fosse mandado da UTI para casa, ao invés das três semanas de costume. Será que a hidroxicloroquina funciona como aquelas crendices que só fazem efeito para quem, de fato, acredita nelas, mas acredita mesmo? Agora entendi o porquê da relutância das “autoridades” ligadíssimas em ciência aqui no Brasil.

(O.T., homem, São Paulo/SP, em 12/4/2020)

Não sei por que tanta celeuma com a cloroquina. Meu pai se curou de uma malária, infectado no Vale do Rio Paracatu, no sertão de Minas Gerais, há cerca de uns 60 anos. Febre alta e surtos de tremedeiras incontroláveis, foi o medicamento Aralen, a base de cloroquina, que o salvou. Se a cloroquina é eficaz contra o coronavírus é outra história, mas seus efeitos colaterais já são conhecidos há muito tempo.

(W.M. mulher, São Paulo/SP, em 13/4/2020)

Infelizmente, a cloroquina ficou associada à figura do presidente Bolsonaro e daí ser repelida injustamente como uma das possibilidades de combate à covid-19. Fora isso, imparcialmente, gostaria de ponderar o seguinte: 1) O remédio é usado há muito tempo para doenças como malária, lúpus e artrite reumatoide, apresentando efeitos colaterais pouco frequentes, aliás, como qualquer medicação. 2) É uma medicação barata. 3) Alguém acha que os antibióticos são placebo no tratamento de pneumonia? Quando administrados tardiamente em casos de pulmões gravemente atingidos não impedem a morte e nem por isso não são prescritos. O mesmo vale para cloroquina. 4) Agora, quando muitas pesquisas médicas estão sendo feitas em casos iniciais, teremos a oportunidade de constatar a veracidade dessa possibilidade. Registre-se que é difícil saber essa eficácia, pois muitos infectados melhorariam independentemente do uso da cloroquina. Mas isso acontece em toda pesquisa de eficiência de medicamentos. Entram aí as pesquisas de significância que são altamente confiáveis.

(G.S.F, homem, Rio de Janeiro/RJ, em 19/5/2020)

No discurso de abertura da 76ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 21 de setembro de 2021, ou seja, quando já havia robustas evidências de que o “kit covid” não era seguro nem tampouco era eficaz contra a covid-19, o ex-presidente Bolsonaro insistiu na defesa do “tratamento precoce”. Do alto do púlpito da ONU, o ex-presidente brasileiro disse não entender “por que muitos países, juntamente com grande parte da mídia, se colocaram contra o tratamento inicial da covid-19”. Por fim, Bolsonaro vaticinara que “a História e a Ciência saberão responsabilizar a todos”.

O discurso do ex-presidente na ONU, claramente voltado para seus apoiadores no Brasil, e não para os dignitários internacionais, a um só tempo oferecia argumentos para a defesa do uso massivo da hidroxicloroquina contra a covid-19 e lançava suspeição sobre o trabalho da imprensa profissional e independente. Mais uma vez, o discurso de Bolsonaro, na condição de chefe de Estado à época, pautou as cartas de alguns leitores do *Estadão*.

Resumindo o discurso de Bolsonaro na ONU em uma palavra: liberdade!
(D.S.S., homem, São Paulo/SP, em 21/9/2021)

A imprensa e a esquerdalha toda fazem de tudo para assustar a população com um vírus que sabidamente pode ter seus efeitos reduzidos pelo uso da cloroquina e da

hidroxicloroquina. Basta Bolsonaro dizer umas verdades na ONU para todos ficarem exaltados.

(S.A.R., mulher, Rio de Janeiro/RJ, em 21/9/2021)

Gostaria de sugerir que a ONU fizesse sua próxima reunião geral no Brasil. Comprovem então que este é o país das mentiras.

(P.R.F., homem, Ribeirão Preto/SP, em 22/9/2021)

O presidente Bolsonaro foi perfeito na ONU. Abordou todos os pontos necessários objetivamente, valorizando nosso país, tranquilizando a população em relação ao covid e batendo de frente com a escumalha mundial. Orgulho define.

(M.T.S., mulher, Campinas/SP, em 22/9/2021)

Muitos certamente não de preferir a subserviência ao consenso. Quem ousa ir contra o establishment, como Bolsonaro, enfrenta as consequências de sua ousadia.

(M.R.C., homem, São Paulo, 23/9/2021)

2.3. “Vai comprar vacina na casa da tua mãe” (Jair Bolsonaro)

Uma pesquisa²⁴ realizada no dia 6 de janeiro de 2022 pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Fundação Seade), vinculada ao governo do Estado de São Paulo, revelou que 80% dos pais desejavam vacinar seus filhos entre 5 e 11 anos contra a covid-19 assim que as doses pediátricas do imunizante estivessem disponíveis nos postos de saúde. O resultado é o mesmo capturado por outra pesquisa²⁵, esta realizada pelo Instituto Nacional da Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz), feita em 23 de dezembro de 2021. O PoderData, divisão de estudos estatísticos do portal de notícias Poder360, também aferiu a disposição de pais para vacinar seus filhos menores contra a covid-19 nos dias 2 e 4 de janeiro de 2022. Quando perguntados “você vacinaria um filho seu contra a covid-19?”, 71% dos respondentes disseram que sim, 16% disseram que não e 13% não souberam ou não quiseram responder²⁶. Por fim, o instituto Datafolha publicou os resultados de uma pesquisa²⁷ realizada nos dias 12 e 13 de janeiro de 2022 mostrando que 79% dos brasileiros apoiam a vacinação de crianças de 5 a 11 anos contra o novo coronavírus.

Em audiência pública convocada pela pasta da Saúde para debater a vacinação infantil, o pediatra Marco Aurélio Sáfy, consultor da Organização Mundial da Saúde (OMS) e representante da Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP) na audiência, demonstrou dados

²⁴ Disponível em <https://www.seade.gov.br/80-dos-pais-em-sp-pretendem-vacinar-filhos-contr-a-covid-mostra-pesquisa-do-governo/> Acesso em 31.jan.23

²⁵ Disponível em <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/mais-de-80-dos-pais-querem-vacinar-filhos-contr-a-covid-19-diz-fiocruz/> Acesso em 31.jan.23

²⁶ Disponível em <https://www.poder360.com.br/poderdata/poderdata-71-vacinar-um-filho-contr-a-covid-19/> Acesso em 31.jan.23

²⁷ Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2022/01/79-dos-brasileiros-apoiam-vacinacao-de-criancas-de-5-a-11-anos-diz-datafolha.shtml> Acesso em 31.jan.23

epidemiológicos que atestavam que a covid-19 foi a doença infecciosa que mais matou crianças no Brasil entre todas as doenças contra as quais há vacinas (sarampo, meningite, tuberculose, rotavírus, entre outras enfermidades). Entre 2020 e 2021, a covid-19 foi a segunda maior causa de mortes de crianças entre 5 e 11 anos no Brasil, atrás apenas dos acidentes de trânsito.

O alto percentual de adesão à vacinação infantil se destaca quando consideramos que não houve, por parte do governo federal, uma campanha massiva de comunicação estimulando a vacinação contra a covid-19, como tradicionalmente há em relação a outras doenças infecciosas.

Entretanto, é imperioso registrar que cerca de 17% deles manifestaram disposição exatamente contrária. Em termos percentuais, o número de pais contrários à vacinação de seus filhos contra a covid-19 pode ser baixo, mas em números absolutos trata-se de muita gente, contingente capaz de retardar o fim da pandemia no Brasil, segundo epidemiologistas, e trazer riscos para a saúde e a vida das crianças não vacinadas e daqueles que convivem com elas, em casa, na escola, clubes e centros recreativos.

De alguns anos para cá, a adesão de pais à vacinação de seus filhos contra as mais diferentes doenças – poliomielite e sarampo, principalmente – vem caindo para patamares que preocupam as autoridades sanitárias²⁸. Em outras palavras: o negacionismo científico, sobretudo no que concerne às vacinas, não é um fenômeno novo no Brasil nem tampouco inaugurado pelo governo de Jair Bolsonaro. No entanto, o discurso construído pelo presidente e disseminado por seus apoiadores decerto agravou o problema, não só em relação à covid-19, como também em relação a outras enfermidades imunopreveníveis.

O Brasil voltou a ter de enfrentar doenças que haviam sido erradicadas há muito tempo, como o sarampo e a poliomielite. O discurso antivacina, bastante forte em países como os Estados Unidos, vem ganhando adeptos no Brasil. As redes sociais digitais têm servido de plataforma para disseminação de teorias conspiratórias e mentiras a respeito da segurança das vacinas, dos “riscos” que elas representariam para a saúde das crianças. É tão forte esse movimento anticientífico que, embora não tenha sido capaz de abalar a confiança da maioria dos brasileiros na segurança dos imunizantes, instala dúvidas em parcelas expressivas da população, como aferiram as pesquisas aqui referenciadas.

²⁸ “OMS: vacinação infantil tem a maior queda contínua dos últimos 30 anos”. Agência Brasil/EBC, 15/07/2022. Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2022-07/oms-vacinacao-infantil-tem-maior-queda-continua-dos-ultimos-30-anos> Acesso em 31.jan.23

A campanha antivacina ganhou especial tração quando passou a vir associada à narrativa político-eleitoral do ex-presidente da República. Em nome de uma concepção do que seja “liberdade individual”, Jair Bolsonaro se empenhou pessoalmente em desestimular a vacinação contra a covid-19, tanto de adultos como de crianças, sobretudo destas. A campanha antivacina do ex-presidente brasileiro vai de encontro a uma lei sancionada por ele mesmo – Lei nº 13.979 de 6 de fevereiro de 2020 – e ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que determina que a vacinação seja uma das políticas governamentais de garantia da integridade física e da saúde dos cidadãos.

O ex-presidente Bolsonaro chegou a qualificar o chamado “passaporte da vacina”, comprovante de vacinação contra a covid-19 exigido para o exercício regular de atividades laborais e recreativas durante determinados períodos da pandemia, como uma “coleira que querem colocar no povo brasileiro”²⁹. Subjacente a esse discurso, estava uma interpretação de “liberdade individual” que não se sustenta no contexto de uma pandemia, quando o interesse coletivo, necessariamente, se sobrepõe ao interesse privado. Essa ideia de “liberdade individual” defendido pelo então presidente da República também ressonou nas cartas de leitores de *O Estado de S. Paulo* que compõem o objeto desta pesquisa. Vejamos a seguir.

O STF incompleto, não obstante facilitar a “inocência” de malfeitores (*referência ao então candidato do PT à Presidência em 2022, Luiz Inácio Lula da Silva*) devido aos empates favorecendo aos réus, quer mais. Quer exigir que o governo exija “passaporte de vacinas” quando, constitucionalmente, nem a própria vacina é obrigatória. Constituição é liberdade.

(H.S.S., homem, Vila Velha/ES, em 6/12/2021)

O ministro Luís Roberto Barroso determinou que seja obrigatório o comprovante da vacinação, a não ser que o país de origem de viajantes não tenha disponibilizado vacinas suficientes para sua população. Que eu saiba, nenhum país do mundo tem vacinas para todos os seus habitantes. Conclusão: ninguém deve apresentar passaporte de vacina coisa nenhuma!

(R.M.S., homem, Belo Horizonte/MG, em 12/12/2021)

É preciso entender que vacina não é medicamento. Ela constitui um dos elementos da política de prevenção sanitária destinada a travar a propagação sem controle de males e mortes provocados por vírus. É necessário, portanto, um determinado período de tempo para que o grupo ao qual ela se destina se veja, em percentagem conveniente, livre da ameaça. O vírus que atormenta a humanidade hoje possui características muito particulares, o que faz com que as pesquisas visando à obtenção do antídoto correspondente, mesmo com os avançados recursos tecnológicos da atualidade, sejam dispendiosas, exequíveis somente a partir de empresas farmacêuticas multinacionais, como a americana Pfizer que, naturalmente, cobrará caro pela liberação de seus resultados ou associação com países menos desenvolvidos. Sobreposto a este cenário

²⁹ “Bolsonaro chama passaporte vacinal de ‘coleira’ e diz que prefere ‘morrer do que perder a liberdade’”. *Valor Econômico*, 07/12/2021. Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/12/07/bolsonaro-chama-passaporte-vacinal-de-coleira-e-diz-que-prefere-morrer-do-que-perder-liberdade.ghtml> Acesso em 31.jan.23

surgem agora os grandes problemas da logística de transporte e do armazenamento que exigem condições de resfriamento só disponíveis em grande escala nos países ricos. O Brasil não reúne condições financeiras e tecnológicas para imunizar uma parte considerável da população dentro, talvez, dos próximos cinco anos - a Chanceler da desenvolvida Alemanha, Angela Merkel, vaticinou que "o vírus continuará a dominar nossas vidas por muito tempo". É inconsequente e ineficaz, portanto, exigir da população o tal "passaporte da vacina".
(P.R.G., homem, São Paulo, 15/12/2021)

Alexandre Frota, deputado federal pelo PSDB de São Paulo, reza pela cartilha "pornovacinal" do governador João Doria, o candidato lanterninha à Presidência da República. E já no primeiro dia do ano legislativo protocolou projeto de lei para exigir que os eleitores sejam obrigados a apresentar comprovante vacinal para poder exercer seu direito constitucional ao voto. Já afirmo que estou em dia com as vacinas por vontade própria, mas não apresentarei meu comprovante na hora de votar, pois aqui, neste país, a vacina não é obrigatória, contrariando o desejo dos que tentam controlar a população como a um bando de cordeiros. Livre arbítrio é um princípio bíblico e eterno: "Podes escolher segundo tua vontade, porque te é dado" (Moisés 3.17). Liberdade é princípio constitucional.
(M.M.A., mulher, São Paulo/SP, em 3/2/2022)

Eu vejo que o ato de se vacinar está se tornando um ato de opção política/partidária. Vacina tal não tomo porque Bolsonaro diz que não presta, tomo a outra. Eu já tomei a Coronavac, as duas doses, era o que tinha. Hoje, a Anvisa concedeu registro definitivo para a vacina da Pfizer e fiquei estarecido, como médico que não tem nenhuma ligação com governo ou partido nenhum. O País recebeu uma proposta da Pfizer no ano passado mas não comprou e fez muito bem. Como é que eu, como médico, vou tomar, ou prescrever um medicamento/vacina, e o governo exigir o comprovante da administração, cujo fabricante clara e ostensivamente explicita que NÃO SE RESPONSABILIZA PELOS DANOS QUE POSSA CAUSA.
(F.J.S., homem, "médico e professor", São Luís, 23/2/2021)

Sob o governo de Jair Bolsonaro, uma bem-sucedida ação de saúde pública, o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que desde seus primórdios contou com o engajamento quase total da população brasileira, a ponto de erradicar doenças que, antes dele, causaram a morte de milhões de pessoas, converteu-se em um discurso político que, se não foi capaz de arrebatar a maioria dos brasileiros, foi persuasivo o bastante para, no mínimo, incutir dúvidas infundadas em muitos cidadãos a respeito da segurança e da eficácia das vacinas contra a covid-19, com consequências nefastas para o bem-estar coletivo.

Porém, em que pesem os 17% contrários à vacinação infantil, a análise das pesquisas de opinião já citadas, combinada com os dados de outra enquete, esta realizada em julho de 2021 pelo Instituto Ipsos³⁰, traz um dado que chama a atenção. De acordo com o Ipsos, 96% dos brasileiros concordaram com a afirmação "se o reforço da vacina estivesse disponível para mim hoje, eu o tomaria". A pesquisa Ipsos não traça um recorte por afiliações de natureza político-

³⁰ Disponível em <https://www.ipsos.com/pt-br/8-em-cada-10-brasileiros-acreditam-que-vacina-contra-covid-19-precisara-ser-tomada-anualmente> Acesso em 31.jan.23

ideológica ou religiosa. Entretanto, por um imperativo matemático, é possível concluir que decerto há apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro entre os 96% dispostos a receber o reforço vacinal. Isso sugere que o discurso antivacina parece ter seu sentido orientado a uma manifestação de posicionamento político-ideológico, que não necessariamente passou para o campo da ação.

Nas cartas enviadas por um grupo de leitores do *Estadão*, nota-se a reprodução, quase literal, do mesmo discurso do ex-presidente Bolsonaro a respeito da suposta insegurança das vacinas desenvolvidas contra a covid-19. Com base em um levantamento de reportagens publicadas pelos jornais, enumeramos abaixo algumas declarações de Bolsonaro sobre as supostas ineficácia e insegurança das vacinas contra a covid-19 e, logo em seguida, um conjunto de cartas dos leitores ao Estadão com linhas de argumentação, se não idênticas, muito próximas das do ex-presidente da República.

2.4. Declarações de Jair Bolsonaro sobre as vacinas (em ordem cronológica)

17/12/2020 (184.827 mortos): “Se você virar um jacaré, problema de você [sic]. Se você virar um super-homem, se nascer barba em alguma mulher por aí ou algum homem começar a falar fino, eles não vão ter nada a ver com isso. O que é pior: mexer no sistema imunológico das pessoas”, disse o ex-presidente, lançando dúvidas sobre a segurança da vacina desenvolvida pelos laboratórios Pfizer/BioNTech.

22/01/2021 (215.243 mortos): “Não há nada comprovado cientificamente sobre essa vacina experimental aí”, disse Bolsonaro sobre a vacina Coronavac, desenvolvida pelo Instituto Butantan em parceria com o laboratório chinês Sinovac.

11/02/2021 (236.201 mortos): “Quando eu falei de remédio (para covid-19) lá atrás, levei pancada. ‘Nego’ bateu em mim até não querer mais. Entrou na pilha da vacina. O cara que entra na pilha da vacina, só a vacina, é um idiota útil. Nós devemos ter várias opções”, disse Bolsonaro durante uma live no Facebook.

04/03/2021 (260.970 mortos): “Vai comprar vacina. Só se for na casa da tua mãe”, em resposta a questionamento sobre as ações de combate à pandemia do governo federal formulado por um jornalista durante sua passagem por Uberlândia (MG).

09/06/2021 (479.615 mortos): “A vacina tem comprovação científica ou está em estado experimental ainda? Está (em estágio) experimental!”, afirmou Bolsonaro durante um culto evangélico na cidade de Anápolis (GO).

17/06/2021 (496.004 mortos): “Todos que contraíram o vírus estão vacinados, até de forma mais eficaz que a própria vacina, porque você pegou vírus para valer”, afirmou o ex-presidente durante uma live no Facebook.

02/09/2021 (581.914 mortos): “Falei que meu IgG está 991. Eu estou muito bem, muito melhor que o pessoal que tomou essa Coronavac”, disse durante live no Facebook e retransmitida por outras redes sociais digitais.

02/12/2021 (615.179 mortos): “Deixa eu morrer. Problema é meu. Se (gente da esquerda) quer a minha morte, por que fica querendo exigir que eu tome a vacina? Eu defendo a liberdade das pessoas”.

07/12/2021 (616.018 mortos): “Querem botar uma coleira no povo brasileiro. Cadê nossa liberdade? Prefiro morrer do que perder minha liberdade”, afirmou Bolsonaro sobre o chamado “passaporte da vacina” durante evento público sediado no Palácio do Planalto.

24/12/2021 (618.392 mortos): “Não está havendo morte de criança (em número que) justifique. É o pai quem decide em primeiro lugar (se vai vacinar ou não seus filhos)”, disse o ex-presidente sobre a autorização, pela Anvisa, da vacinação infantil para menores.

06/01/2022 (619.641 mortos): “Qual o interesse da Avisa por trás disso daí? Qual o interesse dessas pessoas taradas por vacinas?”, questionou Bolsonaro em entrevista concedida à TV Nordeste.

12/01/2022 (620.371 mortos): “Dizem que a Ômicron até poderia ser um vírus vacinal. Segundo algumas pessoas estudiosas e sérias, não vinculadas às farmacêuticas, a Ômicron é bem-vinda e pode, sim, sinalizar o fim da pandemia”, afirmou Bolsonaro em entrevista à Gazeta Brasil.

22/01/2022 (622.801 mortos): “Eu lamento profundamente, mas é um número insignificante”, disse o ex-presidente Bolsonaro sobre a quantidade de crianças mortas por covid-19 no Brasil e como forma de se contrapor à necessidade de vaciná-las contra o coronavírus.

2.5. As cartas dos leitores sobre vacinação, “passaporte vacinal” e o chamado distanciamento social

Lockdown não funciona. Infelizmente, pois, o pessoal que trabalha, aproveita esses dias e viajam a praia, fazem festas, churrascos, e não fazem confinamento, e o Brasil quebrou e agora vai ao golpe de misericórdia com esse novo lockdown, eu mesmo não recebo mais um centavo dos alugueis que por décadas minha família e eu trabalhamos para ter.

(R.M.S., homem, São Paulo, 4/3/2021)

No Brasil, atualmente se discute a maneira certa de conviver com a nova pandemia, diferente da primeira que já dura um ano. A questão é como enfrentar a nova pandemia que começou após o Ano Novo, certamente mais grave do que a primeira conforme notícias que circulam atualmente. Pelo que leio e ouço, parece que o povo não aprendeu nada, querem repetir o mesmo sistema de combate, que não deu resultado no passado recente. Lockdown não serve pra nada, já está provado que é coisa do passado.

(T.I., homem, São Paulo, 5/3/2021)

A Covid-19 tirou o mundo dos eixos. Não bastando os lockdowns, quarentenas cujos resultados são absolutamente duvidosos, pois têm aumentado em vez de diminuir os infectados, doentes e mortos, ainda se encontra problemas comportamentais. Começou pelos que querem ganhar pontos para a eleição de 2022.

(D.C.G., homem, “tenente”, São Paulo, 9/4/2021)

Uma coisa é certa: os fabricantes de vacinas estão adorando ganhar dinheiro! Não demora e vão recomendar que a população seja vacinada contra a Covid-19 uma vez por mês!

(R.M., homem, Belo Horizonte/MG, em 10/12/2021)

No início da pandemia, morriam mais de 1000, mas todos eram adultos e nenhuma criança, lembram? Quantas crianças foram intubadas, alguém sabe me dizer? Quantas morreram de Covid-19, alguém sabe? Existe uma estatística? Não ouvi falar nada a respeito, então por que vão vacinar nossas crianças agora?

(F.R.A, homem, São Paulo/SP, em 23/12/2021)

Cansado e decepcionado ao constatar que A TARDE tornou-se oposição radical ao governo federal. Mesmo a seção de leitores vem acolhendo críticas ferinas sem qualquer critério. Jair Bolsonaro parece-me com o cara que banca a festa, enche a geladeira de cerveja, mas diz "Não bebo". Ainda é muito controversa a eficiência da vacina e a eficácia das máscaras, Se suas convicções pessoais se chocam com o coletivo, isto é, se o seu direito ofende o direito do outro, merece censura. Se não, problema seu (dele). Quando digo que montou a festa, quero dizer que o presidente vacinou o Brasil todo. Quando teme pela vacinação de crianças, não está só, muitos casos de miocardite têm sido relatados. Médicos a favor e contra tais medidas acautelatórias não fazem debate científicos, mas dão declarações contra ou a favor, dependendo da mídia que os convoca. Isto é a política da molecagem! Ponham no mesmo palco David Uip (que não disse o que o salvou da COVID, a cloroquina!) e aquela médica de Porto Seguro (zero mortes); convoquem o covarde médico não especialista em coisa alguma Otto Alencar e a Dra. Nise Yamaguchi para um debate em território neutro, não aquela CPI da farsa... Mas não, interessa o que está em segundo plano: o empoderamento do STF, as eleições de 2022, a Veveta e sua vingança pelas tetas secas da Lei Rouanet.

(P.M.S., homem, Salvador/BA, em 14/1/2022)

Eu me reservo o direito inalienável de não tomar vacinas experimentais. Ainda há liberdade nesse país?

(F.J.S., homem, São Paulo, 2/1/2022)

Os efeitos positivos das vacinas contra a covid não estão se confirmando, isto é, cada vez mais um número maior de vacinados testa positivo. E quem irá se responsabilizar pelos efeitos negativos? O sr. João Dória?

(E.J.A., homem, São Paulo, 17/1/2022)

A vacina Coronavac é eficiente ou não? Circula há alguns meses o assunto da vacina Coronavac fabricada pelo Instituto Butantan, mas não usada pelo país porque a ANVISA não liberou. O motivo é o Butantan, até agora, não ter cumprido o protocolo para seu uso. A ANVISA há meses reclama do Butantan, dessa falha, e eles não respondem, fato que permite ao observador ter a impressão de que o instituto paulista é incompetente, mesmo porque o governo de João Doria usa esse centro de pesquisa

como instrumento política para se destacar na sua autopromoção. Cabe ao governador Doria cobrar da diretoria do Instituto Butantan uma resposta definitiva na qual será provado que a vacina pode ser liberada, ou então parar com essa conversa de que ela existe e funciona.

(L.Z., homem, São Paulo/SP, em 18/01/2022)

A vacinação das crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19 apresentou seu primeiro obstáculo. Uma menina de 10 anos, vacinada em Lençóis Paulista, na região central do Estado, sofreu parada cardíaca. O município suspendeu por sete dias a aplicação da vacina nessa faixa etária e espera o resultado da investigação. O incidente requer empenho e ação da comunidade científica para o seu esclarecimento. Anvisa, Ministério da Saúde, Secretaria de Saúde de São Paulo e os centros nacionais do saber nessa área devem ir fundo na prospecção do ocorrido. Essa conclusão, dependendo do seu teor, poderá servir tanto para tranquilizar a população, quanto para suspender ou alterar o esquema de administração da vacina. O ocorrido ganha dimensões internacionais e interessa à OMS (Organização Mundial da Saúde) quanto ao esclarecimento da vacinação de crianças. O fato coincide com a ordem do ministro Ricardo Lewandowski, do STF, que, acionado pelo partido Rede Sustentabilidade, manda o Ministério Público das 27 unidades federativas fiscalizar os pais que não estão vacinando os filhos, inclusive com a eventual aplicação de penalidades. Seria o caso de agora indagar o que fazer na outra ponta, quando os pais vacinaram e os filhos tiveram problemas. Espera-se que o ministro reconsidere e que a questão seja tratada apenas pela Ciência. Que os políticos não se envolvam e jamais acionem o Poder Judiciário nessa questão – o direito de o indivíduo receber ou não um medicamento – e o Judiciário abstenha-se de acolher as demandas partidárias, na maioria das vezes despidas de caráter científico, mas cobertas por claros objetivos político-eleitorais. (Tenente D.C.G., homem, São Paulo, 20/1/2022)

Não há como negar que todas essas vacinas desenvolvidas a toque de caixa para combater o Covid-19 foram um retumbante fracasso. A razão é simples. Vacina de verdade não permite com que o vacinado adoença e não, simplesmente, tenha sintomas atenuados da doença. Alguém já viu alguém vacinado, digamos, contra a poliomielite ficar só um pouco paralisado? Não! Então, papo reto: essas ditas “vacinas” nada mais são do que tratamentos precoces. A esperança está nas próximas gerações de vacinas, que ganharam espaço no Estadão de domingo (A19). Até lá, ou aprendemos a conviver com o vírus, como convivemos no passado com a poliomielite, ou continuaremos confinados como criminosos em regime de prisão domiciliar. (O.T., homem, São Paulo, 23/1/2022)

Uma sugestão ao Estadão: publiquem a bula da vacina da Pfizer ou das outras, como já alertou Bolsonaro. Ali estão todos os alertas. Eu tenho a bula, a carta da Pfizer aos profissionais da saúde e o resumo do estudo de eficácia. Vejam lá os riscos. Quem vai se responsabilizar? O Brasil?

(C.F.A.L., homem, São Paulo, 23/1/2022)

Nunca tantos foram enganados por tão poucos! Já estamos na quarta dose de reforço das vacinas, a maior prova de sua inocuidade.

(E.J.A., homem, São Paulo, 26/1/2022)

Publicidade enganosa (fake news) é a da eficácia das vacinas contra a covid. Estamos na quarta dose de reforço e logo teremos uma quinta dose. Todos esses fatos de alguma maneira já foram conscientizados pelo povo brasileiro.

(E.J.A., homem, São Paulo, 19/2/2022)

O teor das cartas enviadas ao *Estadão* revela que, em um dado momento da pandemia de covid-19, houve um enquadramento da crise sanitária que foi compartilhado entre Jair Bolsonaro e um grupo de leitores do jornal. Não foi o intuito desta pesquisa analisar as razões

subjetivas – notadamente no campo da psicologia social – que levaram a essa confluência de abordagens sobre a pandemia e as medidas sanitárias de contenção à disseminação do coronavírus. O ponto de interesse é focado no aspecto comunicacional do fenômeno. O enquadramento dado à crise pelo então chefe de Estado e de governo ressonou na percepção de alguns de seus governados sobre a gravidade da doença, com possíveis desdobramentos dessa assimilação da pandemia nas ações individuais de cuidado que geram repercussões no campo coletivo.

Capítulo 3 - *A pandemia virou uma guerra contra o presidente, pô: a exploração política da pandemia de covid-19*

A eclosão da pandemia de covid-19, em março de 2020, foi um daqueles choques – como guerras, tragédias naturais ou atentados terroristas – que levam líderes de países no mundo inteiro, mesmo os mais experimentados em funções de governo, a tomar decisões audaciosas, nem sempre populares, e a revelar atributos de liderança nunca antes testados, desses que só são exigidos de alguém em situações dramáticas, as que, em geral, costumam forjar estadistas. A história é pródiga em exemplos de homens e mulheres que se mostraram à altura de liderar seus concidadãos em tempos de crise e, por isso, tiveram seus nomes alçados ao panteão dos grandes líderes políticos. A política é a arte de negociar consensos em torno da miríade de interesses divergentes em dada sociedade, tendo como norte indelével o bem comum. Para chefes do Poder Executivo, em especial, fazer política significa, primordialmente, tomar decisões administrativas com os olhos fixados nesse objetivo geral. Isso ficou ainda mais evidente nos últimos três anos. Em poucas situações, como uma pandemia, o bem comum – no caso, a saúde coletiva – deveria ter ficado tão distante de qualquer controvérsia. Era de esperar que, diante de uma emergência sanitária sem precedentes na história recente, chefes de governo adotassem as melhores políticas públicas com vistas a resguardar a vida e o bem-estar de seus governados, tanto uma como outro ameaçados por um vírus desconhecido, em frequente mutação e potencialmente mortal.

Assim sucedeu em muitos países. Mas não no Brasil.

Desde o início da pandemia de covid-19, o ex-presidente Jair Bolsonaro enquadrava a emergência sanitária não como ela se descortinava na realidade, vale dizer, como a maior ameaça à saúde dos brasileiros desde ao menos a gripe espanhola (1918-1919), mas sim como uma ameaça à sua manutenção no poder e, no limite, à sua reeleição. Ou seja, à luz dos pronunciamentos de Bolsonaro e das ações e omissões de seu governo diante da crise, a pandemia de covid-19, qualificada pelo ex-mandatário como uma “gripezinha”, foi tratada, em última análise, como um revés para os interesses particulares do então presidente da República, não como um mal que se abateria sobre todos os brasileiros, e cuja mitigação dependia fundamentalmente da diligência do governo federal em coordenação com os governos subnacionais.

Minimizar a gravidade da pandemia de covid-19 para levar essa percepção ao maior número possível de cidadãos foi uma tática de Bolsonaro para fazer a realidade parecer menos perturbadora do que era, de fato, e provocar à força a chamada imunidade coletiva, ou “imunidade de rebanho”, por meio da contaminação generalizada da população pelo novo coronavírus. Como demonstrou Campos (2020), a ação político-administrativa do ex-presidente Jair Bolsonaro foi orientada por esse enquadramento da pandemia: uma doença banal, que acometeria fatalmente aqueles indivíduos já vulneráveis pela idade avançada ou por doenças preexistentes, as chamadas comorbidades, e, por meio da disseminação desenfreada do patógeno, fortaleceria o sistema imunológico dos indivíduos mais jovens e resistentes. Por sua vez, Machado, Silva e Machiaveli (2022) analisaram a disputa pelos sentidos da expressão “imunidade de rebanho” no meio comunicacional entre as falas de cientistas e do ex-presidente, demonstrando que a posição de superioridade do presidente da República, ao menos do ponto de vista institucional, contribuiu para imprimir à expressão um sentido antiético, ou seja, voltado ao engano da população que, naturalmente, confia na palavra e nos atos da autoridade máxima do Poder Executivo federal.

Sem intenção de tratar como aceitável a abordagem do governo Bolsonaro no início da pandemia de covid-19, deve-se registrar que, a bem da verdade, o comportamento do ex-presidente brasileiro àquela época não era muito diferente do comportamento de várias de suas contrapartes no mundo. Como registrou em livro o primeiro ministro da Saúde do governo Bolsonaro, o médico e ex-deputado federal Luiz Henrique Mandetta, chefe da pasta entre 1º de janeiro de 2019 e 16 de abril de 2020, no mundo inteiro havia muita reserva em relação à tomada de ações mais enérgicas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) naquele momento inicial da descoberta do Sars-Cov-2, tendo-se em vista suas consequências políticas e econômicas. A China era, então, o país mais afetado pela nova doença. Em *Um paciente chamado Brasil* (2020), o ex-ministro da Saúde revelou que, àquela época, os participantes do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, estavam

curiosos para saber como eles (a OMS) iriam lidar com uma questão que envolvia uma potência como a China e um vírus cujo potencial ainda era desconhecido. As atenções do mundo inteiro se voltaram para a decisão a ser tomada em Genebra (referência à sede da OMS). (MANDETTA, 2020).

Foi nesse contexto de dúvidas e hesitação que grande parte dos líderes mundiais, muitos dos quais reunidos naquela edição do Fórum Econômico Mundial, decidiram não adotar políticas públicas mais drásticas em seus países, como um *lockdown* ou a obrigatoriedade de

uso de proteção facial, por exemplo, acreditando que o grau de letalidade do Sars-Cov-2 poderia não ser tão alto e a imunidade coletiva um caminho relativamente seguro para superar a emergência sanitária em um curto espaço de tempo. Contribuía decisivamente para essa hesitação inicial a opacidade do governo de Pequim, o que levava aquelas lideranças a acreditar que havia muitíssimo mais casos de covid-19 no país asiático, então epicentro da emergência sanitária, do que as autoridades chinesas divulgavam. Portanto, segundo essa lógica, o número de mortos em decorrência da covid-19, naquele estágio, seria proporcionalmente pequeno em relação ao número de infectados. Não é objetivo desta pesquisa avaliar a assertividade das decisões tomadas naquela quadra da pandemia de covid-19. Deve-se registrar, apenas, que Bolsonaro não estava isolado na sua abordagem inicial da emergência sanitária e só se afastaria das políticas de saúde pública adotadas pela maioria de suas contrapartes, no sentido do que se convencionou chamar de negacionismo científico e “necropolítica”³¹, nos meses seguintes, levando o Brasil a se tornar o segundo país com o maior número de mortos por covid-19, atrás apenas dos Estados Unidos.

Pereira, Medeiros e Bertholini (2020), em estudo no qual evidenciaram que o medo da morte durante a pandemia aproximou polos de dissidência política no Brasil no que concerne às decisões que afetam o bem-estar individual, argumentam que a combinação de uma grave crise econômica no período 2014-2016 e a exposição da sociedade a sucessivos escândalos de corrupção gerou em grande parte do eleitorado brasileiro um sentimento de esgotamento da atividade político-partidária como o meio próprio de negociar interesses diversos em prol do interesse coletivo. Nesse contexto, abriu-se espaço, argumentam os autores, para o populismo dito identitário que, logo adiante, alçaria Jair Bolsonaro, um parlamentar de pouquíssima expressão política e programática, à Presidência da República.

Embora tenha exercido mandatos parlamentares ao longo de três décadas – de 1988, quando foi eleito vereador na cidade do Rio de Janeiro, até 2018, quando deixou o Poder Legislativo federal para concorrer à Presidência da República –, Jair Bolsonaro logrou se apresentar ao eleitorado na campanha eleitoral de 2018 como uma liderança política “antissistema”, termo que designa visão ou comportamento críticos a um suposto conluio entre o que tais líderes chamam popularmente de “velha política”, instituições de Estado que estariam “aparelhadas” por interesses ideológicos e partidários, a mídia dita tradicional, as universidades e outras entidades tidas como elitistas ou “inimigas do povo”. Para sustentar essa persona de

³¹ Uma adaptação do conceito desenvolvido pelo filósofo, cientista político e historiador camaronês Achille Mbembe no ensaio *Necropolítica* (2011).

líder “antissistema”, Bolsonaro precisou manter sua base de apoiadores constantemente mobilizada, não raro recorrendo a posicionamentos radicais – e até mesmo por meio de incentivo a comportamentos contraintuitivos, quais sejam, os que expõem a risco a própria integridade física do indivíduo – a fim de estimular a permanência de uma parcela da sociedade em negação da realidade diante de fatos que contrariam crenças preestabelecidas.

Nunes e Pereira (2020), por vez, realizaram um experimento que testou a hipótese da influência do discurso de Bolsonaro sobre a pandemia de covid-19 na opinião pública. Os pesquisadores apresentaram um questionário on-line para uma amostra de mil participantes em todo o país, entre os dias 19 e 23 de março de 2020, ou seja, nas primeiras duas semanas após a OMS declarar que a transmissão do novo coronavírus já caracterizada uma pandemia. Os respondentes foram divididos em dois grupos: um grupo de controle, que respondeu a perguntas gerais sobre o Brasil e a emergência sanitária, e um grupo de tratamento, questionados sobre uma declaração de Bolsonaro dada no dia 10 de março de 2020 segundo a qual a pandemia de covid-19 era “muito mais fantasia do que o que a grande mídia está propagando”. Os resultados da pesquisa mostraram que os respondentes do grupo de tratamento, ou seja, os que foram confrontados com a declaração do ex-presidente minimizando a gravidade da pandemia de covid-19, mostraram-se menos preocupados com os desdobramentos da crise sanitária (queda de 20 pontos em uma escala definida pelos pesquisadores entre 0 e 100) do que os respondentes do grupo de controle. Importante ressaltar que tanto no grupo de controle como no grupo de tratamento havia bolsonaristas ditos identitários ou radicais, de acordo com uma bateria de perguntas feitas pelos pesquisadores a respeito de Bolsonaro. No entanto, mesmo entre bolsonaristas mais radicais do grupo de controle, a preocupação com o avanço da pandemia de covid-19 seguiu alta, enquanto entre os bolsonaristas no grupo de tratamento mostraram-se significativamente menos preocupados após a citada declaração do ex-presidente.

No plano político, Bolsonaro liderou uma cruzada contra a maioria de governadores – algo sem precedentes na história política republicana – por ter uma compreensão *sui generis* da Federação: o presidente manda e os entes subnacionais obedecem³². Bolsonaro tratou com especial hostilidade o ex-governador de São Paulo, João Doria Júnior (PSDB). No segundo turno da eleição presidencial de 2018, ambos foram aliados nos planos federal e estadual. Em São Paulo, o então candidato ao Palácio dos Bandeirantes fez campanha pelo voto

³² “Relembre brigas e polêmicas entre Bolsonaro e governadores: ‘paraibas’, impostos e coronavírus”. *O Estado de S. Paulo*, 23/3/2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/paraibas-marielle-e-impostos-relembre-brigas-e-polemicas-entre-bolsonaro-e-governadores/> Acesso em 31.jan.23

“Bolsodoria”, ou seja, Bolsonaro para a Presidência da República e João Doria para o governo de São Paulo. Tanto um como outro foram eleitos e, embora a relação entre Bolsonaro e Doria não tenha sido particularmente amistosa ao longo de 2019, tampouco foi sobressaltada. Tudo mudou a partir da eclosão da pandemia de covid-19. O então governador de São Paulo apresentou-se à nação como líder dos esforços para desenvolver no Brasil uma vacina contra a covid-19, por meio da parceria comercial e científica entre o Instituto Butantan e o laboratório chinês Sinovac. Doria também se diferenciou de Bolsonaro na relação com a imprensa, concedendo entrevistas coletivas diárias durante a crise sanitária. Sempre ladeado por secretários estaduais e médicos infectologistas que compunham o Centro de Contingência contra a Covid-19, Doria prestava esclarecimentos à população sobre as ações do governo estadual para conter o avanço do coronavírus e seus auxiliares repassavam medidas sanitárias que deveriam ser adotadas pelos cidadãos. Era uma postura diametralmente oposta ao negacionismo de Bolsonaro e à opacidade do governo federal, a ponto de ensejar a criação de um consórcio de veículos de imprensa para levar ao conhecimento do público informações essenciais sobre os desdobramentos da pandemia no Brasil.

A guerra particular de Bolsonaro contra governadores que se postaram ao lado da ciência e do interesse público e de instituições de Estado, como o Supremo Tribunal Federal (STF), chegou ao Fórum dos Leitores do *Estado*. Algumas cartas analisadas para este trabalho revelam que, de fato, é possível observar uma ressonância do discurso político de Bolsonaro nas argumentações de leitores que defenderam pontos de vistas sustentados pelo ex-presidente, seja no que concerne às medidas de saúde pública, como visto no capítulo anterior, seja em relação aos interesses políticos de Bolsonaro que estiveram em jogo no curso da pandemia de covid-19, especialmente a partir da ideia disseminada por ele segundo a qual a emergência sanitária não era “tão grave” e seus “adversários” – incluindo a imprensa profissional, tratada com hostilidade em seu governo – estariam motivados por um desejo de apeá-lo do poder.

A seguir, algumas das cartas nas quais ressonaram os mesmos vieses políticos do ex-presidente, ou deles muito se aproximaram:

Vejo com tristeza que a cada dia mais hipócritas, irresponsáveis, sem caráter e mentirosos vem se escondendo sob o manto de “consórcios”, arranjos sempre nebulosos, feito por gente com essas características para não terem a responsabilidade atribuída a eles mesmos diretamente, assim se escondendo em grupo. Este novo consórcio Brasil Verde é uma vergonha nacional. Os governadores se eximem de qualquer culpa na gestão de seus estados, imputando ao governo federal uma responsabilidade que é deles, a exemplo do famoso consórcio da covid de São Paulo, que de nada serviu à nação durante a pandemia. E ainda acoberta desmandos

“Supremos” e convive com golpes brutais contra a democracia. Eis a nova ORDEM.
Que saudade dos homens de bem.
(G.A.C, homem, São Paulo, 1/3/2022)

Nos dias 17 e 21 de fevereiro de 2022, respectivamente, dois dos mais destacados influenciadores digitais bolsonaristas, a deputada federal Carla Zambelli (Figura 2) e o economista Rodrigo Constantino (Figura 3), então comentarista político da Rádio Jovem Pan, disseminaram a mentira segundo a qual a Rainha Elizabeth II, do Reino Unido, à época acometida pela covid-19, estaria tratando a doença com o fármaco ivermectina. Ambos ecoavam a insinuação feita pouco antes por Bolsonaro em uma de suas *lives* nas redes sociais.



Figura 2 - Twitter Carla Zambelli

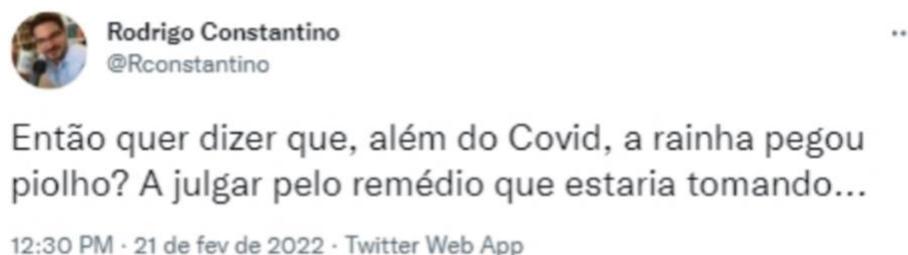


Figura 3 - Twitter Rodrigo Constantino

O tema logo chegou ao Fórum dos Leitores do *Estadão*:

O melhor professor é o tempo. As máximas da ciência em relação à COVID confirmam esta regra e não constituíram uma exceção. O *lockdown* foi inútil. Todos vimos. Além de prejudicial à vida de muita gente, começando pelas crianças. A vacina (e seus sucessivos reforços), apesar de útil, não impediu o contágio e nem acabou com a doença, além de ter apresentado alguns riscos importantes, que as pessoas querem ignorar pra não afrontar suas convicções políticas. As estatísticas estavam erradas, pois misturavam pacientes por COVID e pacientes também com COVID. O presidente Bolsonaro levanta essa questão, mas por ser quem é não lhe dão atenção. E agora até a rainha da Inglaterra está se tratando com ivermectina. Só falta aqueles que chamaram Bolsonaro de “genocida” corrigirem as suas palavras e reconhecerem que se trata de um líder perseguido por sua grande visão. (J.A.N., mulher, São Paulo, 21/2/2022)

Outras cartas analisadas para este trabalho revelam a influência da narrativa do “complô” federativo que teria sido articulado por governadores, prefeitos e STF com o propósito de desestabilizar o governo de Jair Bolsonaro.

A aventura populista do governador de São Paulo começa a cristalizar outros contornos, dessa vez com qualidade do resultado alcançado com o programa de vacinação, que tem o fornecimento de vacinas pelo governo federal, mas sob responsabilidade de execução do governo estadual. O problema é que além da Coronavac ser um produto sabidamente de baixa qualidade, a vacinação tem sido feita invariavelmente fora do protocolo fornecido pelos fabricantes, o que já está levando o governo de São Paulo a considerar uma terceira dose à parcela da população que já recebeu duas doses. E o problema não se restringe à aplicação da Coronavac. A segunda dose da vacina da Pfizer vem sendo aplicada com um mínimo de 84 dias de intervalo quando o protocolo da fabricante (completamente baseado nos estudos científicos realizados na fase III de testes) é de 21 dias. Mesmo tendo a fabricante sendo taxativa que muitos pacientes não apresentarão nenhuma reação à vacina antes da segunda dose, o governo de São Paulo vem aplicando a segunda dose do produto em prazo “apenas” quatro vezes maior do que aquele recomendado pela bula do produto. A baixa efetividade do programa de vacinação de São Paulo não pode ser ignorada na medida que a parcela da população mais frágil ao vírus já foi vacinada, mas continua morrendo. Se o compromisso com o erro de Doria não continuar, não se espantem se o governo convocar todos a reiniciar o programa de vacinação, com a aplicação de mais duas doses de vacina. O problema é que Doria está se revelando um apaixonado por seus erros. Procura-se um estadista. (O.T., homem, São Paulo, 25/5/2021)

Governador Doria, aquele que tem nas suas costas a NÃO solução da vergonha MUNDIAL do narcotráfico, a CRACOLÂNDIA, agora sempre na sua saga de se mostrar o grande MACHÃO do país, afinal é parça do Delegado Frota, outro marqueteiro, fala em passaporte da vacina no aeroporto, algo que não lhe pertence? Mas como enganar é preciso e estar nas MÍDIAS idem, mete-se em tudo. Pena que onde deveria se meter e resolver nada é pior nem dá atenção a quem lhe AVISA (dizem que quem avisa amigo é), a PANDEMIA está aqui em S. PAULO na R. Peixoto Gomide todos os fins de semana é entorno até 7h da manhã com boates funcionando aos SÁBADOS 24hs (A LOKA, R. Frei Caneca, 914). Quem fiscaliza os alvarás desses inferninhos? Milhares de pessoas amontoadas, sem seguir nenhuma regra de proteção contra COVID, com tóxicos, sexo, imundície nas ruas, SOM ALTO, vandalismo, brigas. E os MORADORES, que inclusive alguns votaram nesse marqueteiro, que se virem nos 30 e vão dormir em HOTÉIS, claro, pagando do próprio bolso. Governador, nessa batida o sr não vai conseguir nem 10% dos votos para Presidente, o sr perdeu a moral por NÃO ser HUMILDE, por se achar o NÚMERO UM e por mostrar também a cada dia que só se preocupa com seus parças e com sua aparência de bom moço? Algo que já foi entendido e o sr não é nada disso, é um

GRANDE HIPÓCRITA. Acorde e proteja gente do BEM, trabalhadores e NÃO vândalos que deveriam fazer essas festas e transmitir COVID aos seus parentes nas suas casas. A justiça tarda mas aparece GOVERNADOR, digo ENGANADOR. No seu caso, nem vai poder chamar o BESSIAS.
(Z.B.J, homem, São Paulo, 10/12/2021)

Não foi o Senado que apurou (*referência à CPI da Covid*), e sim um grupo de sete senadores. Alguns, que respondem a diversos processos em andamento na Justiça, conduziram os trabalhos com viés político, em julgamentos especialmente motivados para uma vingança política contra o presidente Jair Bolsonaro. Nesses “julgamentos”, indiciaram e humilharam pessoas honestas, que lá foram tratar de um assunto de saúde pública completamente desconhecido. Humilharam e indiciaram pessoas que vivem estritamente de seus ganhos oficiais e declarados, ao contrário de alguns dos seus “julgadores”. Hipócritas!
(A.S., homem, São Paulo, 11/2/2022)

É prolífica a produção científica sobre raciocínio motivado (*motivated reasoning*). Destaca-se aqui o estudo de Leeper e Slothuus (2014), que evidenciaram que membros pertencentes a um determinado grupo tendem a interpretar informações e dados da realidade factual de forma enviesada, de modo a beneficiar o próprio grupo e amenizar o desconforto emocional causado por um constante fluxo informacional que contraria crenças e valores nos quais se sustentam. Partidos políticos – e, por extensão, as afiliações político-ideológicas – são alguns dos quadros que moldam as opiniões dos cidadãos sobre uma miríade de questões, tanto na esfera público como privada. No que parece a este pesquisador um diálogo com os estudos de Goffman a respeito das interações sociais, da representação do “eu” no cotidiano e enquadramento, os pesquisadores revelaram que a formação da opinião sobre determinado tema depende da acomodação de uma série de motivações externas e internas que, em grande medida, privilegia um sentido de pertencimento ao grupo e à satisfação pessoal, em sacrifício de entendimentos que se contraponham a esses dois amortecedores emocionais.

Nesse sentido, no discurso de Bolsonaro para minimizar a gravidade da pandemia de covid-19 subjazia a necessidade, como apontado por Pereira, Medeiros e Bertholini (2020), de imprimir uma narrativa uniforme sobre a emergência sanitária que, a um só tempo, mantivesse o grupo bolsonarista mais radicalizado coeso e mobilizado e favorecesse os interesses políticos do então presidente da República.

Uma dessas linhas discursivas adotadas por Jair Bolsonaro – diversa, mas não excludente da abordagem da questão da saúde tratada no capítulo anterior – foi a exploração da ideia segundo a qual, em meio à pandemia, formou-se um “complô” entre agentes políticos, sobretudo alguns governadores e prefeitos, instituições de Estado – o “establishment” – como o Supremo Tribunal Federal (STF) e a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), além

de governos estrangeiros, em especial o governo chinês, para desestabilizar o governo de Jair Bolsonaro e evitar a sua reeleição.

No dia 18 de março de 2021, pouco mais de um ano depois de a Organização Mundial da Saúde (OMS) ter declarado a pandemia de covid-19, o então presidente do Brasil pediu a um grupo de apoiadores que o aguardavam na saída do Palácio da Alvorada, em um espaço que ficou conhecido como “cercadinho” – em referência às grades que os separavam de outro espaço contíguo, destinado à imprensa –, que apontassem “qual país do mundo está tratando bem da questão da covid”. Para Bolsonaro, nenhum, pois, em suas palavras à época, “em todo local está morrendo gente”. Naquele dia exato, o Brasil registrava mais de 288 mil mortes causadas pela covid-19 (Figura 4).



Figura 4 - Google Notícias, acesso em 4.jan.2023

Ao longo de toda a condução da emergência sanitária no Brasil, Jair Bolsonaro contrariou as recomendações das autoridades sanitárias, demitiu auxiliares que pautaram o exercício de suas funções públicas pelo conhecimento científico e reduziu a pandemia a uma crise de baixo potencial ofensivo, quando não um ardil de forças ocultas contrárias ao melhor interesse do “povo” do qual o ex-presidente da República se arvorava em ser o único representante. Com esse comportamento, Bolsonaro abriu espaço para a circulação de teorias da conspiração que dificultaram, quando não impediram, a compreensão da gravidade da pandemia de covid-19 por uma parcela da sociedade brasileira.

Capítulo 4 - Pandemia e o discurso teórico-conspiratório

Uma certa popularização do conhecimento científico na área da saúde foi um dos marcos da pandemia de covid-19. Em poucas ocasiões antes da eclosão da emergência sanitária, tantos cientistas tiveram tanto espaço nos meios de comunicação – seja na mídia impressa, seja na mídia eletrônica – e tanto alcance nas mídias sociais digitais para explicar à população, em linguagem inteligível por leigos, a natureza do novo coronavírus, os diversos impactos do patógeno sobre o corpo humano e, principalmente, as medidas adequadas para conter o avanço da doença no Brasil³³.

A quase onipresença de médicos infectologistas, epidemiologistas, biólogos, sanitaristas e divulgadores científicos, entre outros profissionais ligados à pesquisa acadêmica, em canais de TV aberta e por assinatura, nas rádios e nos jornais de maior circulação do país – com os quais alguns desses pesquisadores passaram a colaborar regularmente por meio de colunas de opinião – decerto ajudou muito a esclarecer dúvidas e diminuir a angústia da população diante da ameaça representada por um vírus novo, de fácil contágio e potencialmente mortal. Entretanto, não foi suficiente para deter a disseminação de mentiras, distorções da realidade factual e teorias da conspiração que passaram a circular entre as pessoas com a mesma velocidade do Sars-Cov-2.

Desde a ideia segundo a qual o novo coronavírus teria sido “inventado” em laboratório – e a pandemia de covid-19 seria um “atentado contra a saúde pública mundial” perpetrado pela indústria farmacêutica para vender vacinas – até a possibilidade de transmissão do patógeno por meio da tecnologia 5G, as mais variadas teorias da conspiração circularam mundo afora sem qualquer amparo em dados cientificamente comprovados. Consideradas absurdas, por vezes risíveis, por muitos indivíduos, as teorias da conspiração, para outros, faziam todo sentido. Uma pesquisa realizada pelo YouGov Cambridge Globalism Project, em parceria com o jornal britânico *The Guardian*, realizada com cerca de 26 mil pessoas em 25 países no segundo semestre de 2020, revelou um número significativo de entrevistados que disseram acreditar que o Sars-Cov-2 foi deliberadamente criado em laboratório e que o número de mortes

³³ *Covid-19 aproxima cientistas da mídia de maneira inédita*. Autores: Ana Augusto Odorissi Xavier, Germana Barata, Laura Tercic e outros. Universidade de Campinas (UNICAMP), 14/5/2020. Disponível em <https://www.unicamp.br/unicamp/coronavirus/covid-19-aproxima-cientistas-da-midia-de-maneira-inedita>
Acesso em 31.jan.23

por covid-19 era bem menor do que a imprensa profissional e órgãos governamentais divulgavam³⁴.

A sedução da mentira e o apelo das teorias da conspiração no contexto da pandemia de covid-19 não são surpreendentes. Em situações de medo e incerteza, evidenciam estudos no campo da psicologia social, quando indivíduos sentem estar perdendo o controle sobre suas vidas, prevalece a necessidade de encontrar explicações para essas situações adversas que tragam algum conforto emocional. Teorias da conspiração têm o condão de trazer alívio imediato por oferecerem explicações razoáveis, ainda que desprovidas de comprovação factual, para situações adversas e, sobretudo, identificam claramente os responsáveis pela angústia sofrida – o “inimigo”. Nesse contexto, poucos cenários foram tão propícios à circulação de teorias da conspiração como a pandemia de covid-19. Como destaca Mafalda Anjos no prefácio da edição portuguesa de *A natureza das teorias da conspiração*, de Michael Butter (2022),

a pandemia alterou radicalmente o quotidiano das pessoas. Obrigou a declarações de estados de emergência, a restrições de direitos, liberdades e garantias, a medidas de contenção extrema, à criação, em tempo recorde, de novos medicamentos e a operações à escala global de inoculação das populações. Fechou empresas. Fez evaporar trabalhos, empurrou pessoas para dentro das quatro paredes de suas casas. É, sem qualquer dúvida, o cenário distópico perfeito para alimentar os teóricos da conspiração. (BUTTER, 2022, pág. 13).

No caso brasileiro, o governo de Jair Bolsonaro exerceu papel central na disseminação das teorias da conspiração relacionadas à pandemia. Quando não as criou, reverberou – ou, no mínimo, não agiu para restabelecer a verdade factual por meio de canais oficiais de comunicação – discursos de natureza teórico-conspiratória que já circulavam em outros países, principalmente nos Estados Unidos. Sob Jair Bolsonaro, políticas públicas do governo federal foram orientadas pelo negacionismo científico e pelo conspiracionismo estimulados pelo ex-presidente da República. Desde o início da crise sanitária, Bolsonaro postou-se na posição de vítima de um suposto complô do *establishment* político e econômico com o objetivo de apeá-lo do poder ou impedir o sucesso de sua campanha pela reeleição. A pandemia, dissemos anteriormente, não foi tratada pelo então chefe de Estado e de governo como a maior tragédia sanitária a se abater sobre o país em mais de um século, mas, antes, como uma crise de menor gravidade e que, portanto, não ensejaria a adoção de medidas drásticas, como a paralisação de atividades econômicas, nem tampouco a necessidade de engajar as estruturas

³⁴ *The Guardian: Survey uncovers widespread belief in 'dangerous' covid conspiracy theories*. Publicado em 26/10/2020. Disponível em <https://www.theguardian.com/world/2020/oct/26/survey-uncovers-widespread-belief-dangerous-covid-conspiracy-theories>. Acesso em 31.jan.23

governamentais para a compra, distribuição e aplicação de vacinas para mais de 150 milhões de brasileiros elegíveis a receber o imunizante. Aos olhos do ex-presidente, com base em suas reiteradas manifestações divulgadas pela imprensa profissional e por meio de suas redes sociais digitais, a pandemia poderia ser facilmente debelada caso os brasileiros não mudassem radicalmente suas rotinas, se expusessem ao vírus e, desse modo, levassem o país à chamada imunidade coletiva, ou “imunidade de rebanho”.

Para sustentar esse discurso de minimização da gravidade da emergência sanitária, Jair Bolsonaro e seus apoiadores se engajaram, entre outras ações, na disseminação de teorias da conspiração que, se não mudaram substancialmente a percepção da maioria dos brasileiros sobre a pandemia, serviram para inocular o vírus da dúvida em muitos cidadãos no momento em que o governo federal deveria ser fonte de informações claras, diretas e confiáveis.

Contudo, antes de vermos como o discurso teórico-conspiratório apareceu nas cartas dos leitores do *Estadão*, precisamos responder a uma pergunta singela: afinal, o que é uma teoria da conspiração? O suporte acadêmico para a resposta é o estudo de Michael Butter (2022), a mais moderna abordagem das teorias da conspiração. Segundo o pesquisador alemão, uma teoria da conspiração, além de pressupor a existência de um grupo que agiria subrepticiamente para maquirar a consecução de seus objetivos obscuros, requer a presença de três elementos constitutivos: (i) nada acontece por acaso; (ii) nada é o que parece; e (iii) tudo está interligado. O historiador inglês Geoffrey Cubitt, citado por Butter, define teoria da conspiração de forma semelhante. Segundo ele, “o intencionalismo, o segredo e a dualidade do bem e do mal constituem a essência de uma teoria da conspiração”.

Tem-se, portanto, no cerne do discurso teórico-conspiratório a ação de um grupo particular, que pode ou não ser conhecido, que age em segredo para alcançar objetivos, em geral, contrários ao que seria o melhor interesse público. Que grupos seriam esses, quais os interesses em jogo e, principalmente, que polos representam o “bem” e o “mal” dependerá do tipo de teoria da conspiração de que se esteja tratando.

As conspirações, seguindo a classificação formuladas por Butter (2022), podem ser, primeiro, “de baixo” ou “de cima”. As conspiração “de baixo” são urdidas por grupos que ainda não detêm o poder político institucionalizado e maquiram para obtê-lo. São denunciadas por seus efetivos detentores como um complô contra a ordem política e social estabelecida. Já as conspirações “de cima”, contrariamente, são as maquiradas por grupos que já detêm o controle

sobre o Estado e querem evitar a qualquer custo perdê-lo, agindo sorrateiramente para evitar a ascensão de outras forças políticas e econômicas da sociedade.

Paralelamente à classificação entre as conspirações “de baixo” e “de cima”, é possível falar, ainda, de conspirações “de dentro” e “de fora”. A diferenciação chega a ser óbvia: “de fora” são as conspiratas envolvendo agentes que não pertencem à organização ou país figurantes na teoria; “de dentro”, os que se circunscrevem aos limites territoriais e políticos do Estado envolvido na maquinação. Em geral, sustenta Butter,

as conspirações que são “de fora” são tidas como sendo “de baixo” porque o Estado e as instituições mais importantes do mesmo não se encontram, ainda, nas mãos dos conspiradores. Ao contrário, conspirações “de dentro” podem acontecer tanto a partir “de cima”, como a partir “de baixo”. O governo pode manipular o povo, e partes do povo podem, em segredo, tentar tomar o poder. (BUTTER, 2022, pág. 38).

No discurso teórico-conspiratório que identifica um inimigo externo, como, por exemplo, a China no caso da “invenção” do Sars-Cov-2 em seus “laboratórios secretos”, o país passa a ser tomado como uma “unidade orgânica” (BUTTER, 2022), sem nuances, sem diferenciações, sem dissensos internos, sem as características múltiplas de um povo. Todos os que refutarem o teor da teoria da conspiração ou se voltar contra o grupo de poder instituído, que controla o Estado, é tratado como “inimigo” da nação ou do “povo”. Líderes populistas, como é o caso de Jair Bolsonaro, tendem a lançar mão da dualidade “elite” *versus* “povo” para se apresentar como a encarnação dos interesses e valores de um “povo” constituído por esse todo orgânico que, a bem da verdade, não é mais do que uma mistificação.

Ainda à guisa de classificação, é importante distinguir as teorias da conspiração das conspirações verdadeiras. O fato de as teorias da conspiração serem marcadas pela falsidade não implica dizer, em absoluto, que não existem conspirações. Butter (2022) sustenta que uma conspiração verdadeira, em geral, tem um alcance temporal bastante curto e objetivo muito concreto, ao contrário das teorias da conspiração. Em geral, também são empreendidas por um grupo menor de pessoas, enquanto as teorias da conspiração “lançam cenários em que teriam de participar pelo menos dúzias de pessoas, frequentemente bem mais” (BUTTER, 2022).

Em suma, o discurso teórico-conspiratório, ao fim e ao cabo, parece-nos posto a serviço, em dadas ocasiões, da deslegitimação de posições contrárias a interesses de ocasião do grupo de poder dominante ou para tisonar com a pecha da falsidade pontos de vista divergentes. No caso da pandemia de covid-19, como pode ser observado em algumas cartas enviadas por

leitores ao *Estadão*, isso parece ser verdadeiro, quando o confronto ao conhecimento científico se deu por vezes sob falsos pretextos, em geral de natureza conspirativa.

A partir de agora, passamos à leitura de algumas cartas dos leitores enviadas ao *Estadão* que embutiam em suas linhas de argumentação elementos do discurso teórico-conspiratório. As missivas foram subdivididas em quatro blocos temáticos: (a) a covid-19 como uma doença criada em laboratório e o complô da grande indústria farmacêutica, (b) a articulação de instituições republicanas e entes federativos contra o governo Bolsonaro, (c) a ação insidiosa da imprensa e (d) vacinação e abordagens de cunho religioso. Vejamos.

4.1 A covid-19 como uma doença fabricada, vacinação e distanciamento social

Essa tal de “covid”, nestes dois anos de “pandemia”, revela o quanto nós somos gado como povo. A mentira é dissimulada nas manchetes estampadas pelo *Estadão* por seus “Eichmann articulistas e editorialistas”, todos filhos absolvidos por Hannah Arendt. (C.L.I., homem, São Paulo, 27/1/2022)

Como país mais populoso do mundo, a China deveria ter, a rigor, um número de mortos por esse novo “vírus” muito maior do que as vítimas no Brasil, não lhes parece? Depois querem que acreditemos em tudo o que sai publicado pela “mídia” por ser ela tratada como a grande porta-voz da verdade. (M.C.M., homem, Campinas, 5/3/2022)

A cloroquina, quando era receitada para combater lúpus e malária, era vendida nas farmácias sem receita médica a preço módico e tinha os mesmos efeitos colaterais. Por que somente agora apareceram tantas contraindicações? Será que é porque se trata de um remédio barato demais? Ou só agora passaram a ler a bula? Aliás, se nos dermos ao trabalho de ler a bula de qualquer fármaco, não tomamos nenhum deles. (G.G.V., homem, São Paulo, 22/5/2020)

Dois renomados médicos pesquisadores, Dr. Anthony Wong e Dra. Nise Yamaguchi, em várias entrevistas e artigos, defendem o uso da cloroquina no combate ao coronavírus. Explicam com detalhes em que momento a droga deve ser administrada associada a um antibiótico, que, segundo eles, tem salvado inúmeras vítimas ao redor do mundo. Por outro lado, o que se lê é que testes demonstram a pouca eficácia da cloroquina, contrapondo o que defendem os dois renomados pesquisadores acima. Como a dose da cloroquina custa centavos de dólares enquanto uma outra droga, de um laboratório americano, vale \$5 mil dólares o frasco, fico me perguntando se além do problema político envolvido, o que mais pode estar por trás desta discussão. Certamente há muitos interesses em jogo! E dinheiro! Enquanto isso, a população fica sujeita às mais variadas ações tomadas pelas autoridades sem saber o que fazer aguardando quando será o sua vez de enfrentar o tal coronavírus. (R.L., mulher, São Paulo, 19/5/2020)

Chegam a ser surpreendentes, e ao mesmo tempo impactantes, as cenas recentemente divulgadas na imprensa mostrando intensa aglomeração em Wuhan, China, “origem da pandemia” que ainda angustia boa parte da humanidade. São milhares de pessoas em contacto praticamente físico, divertindo-se em piscinas, animadas por festas populares, dando a impressão de que o vírus por lá está completamente debelado. Não há como contemplar tais flagrantes sem que venham à mente algumas reflexões no mínimo intrigantes. Como se deu repentina transformação numa cidade de mais de 11 milhões de habitantes, a ponto de permitir, pouco tempo após ter sido flagelada por essa terrível pandemia, lá germinada? Por que lá na China boa parte da população se

dá ao luxo de um lazer ainda proibido a muita gente mundo afora? Mesmo que a razão do sucesso para que tal quadro fosse atingido seja justificado pelo completo lockdown da cidade em relação ao restante do território chinês, são de conhecimento geral as constantes advertências oriundas da Organização Mundial da Saúde (OMS) dando conta de que eventos que impliquem em proximidade total, como os mostrados em Wuhan, dificilmente poderiam ser promovidos tão pouco tempo após a eclosão do vírus, sob pena do surgimento de novas ondas. O mundo gostaria de conhecer a razão do tal pulo do gato.

(P.R.G., homem, Rio de Janeiro, 19/8/2020)

Uma coisa é certa: os fabricantes de vacinas estão adorando ganhar dinheiro! Não demora e vão recomendar que a população seja vacinada contra a covid uma vez por mês!

(R.M.L., homem, Rio de Janeiro, 10/12/2021)

O mundo inteiro faz doações para aquisição de máscaras para proteção contra o vírus. Personalidades, empresas, indústrias. Campanhas de prevenção são feitas por todos os meios de comunicação, até os cobradores de boletos de serviços. Já os grandes laboratórios são contra a cloroquina. Claro, por ser um remédio barato, de fácil distribuição, efeito testado e comprovado para casos extremos da covid-19. A única coisa que fizeram no Brasil até agora foi pedir reajuste dos remédios em plena crise, o que foi imediatamente rechaçado, adiado pelo o governo Bolsonaro. Não vi nem li alguma nota ou contribuição de um desses grandes da indústria farmacêutica no mundo e aqui. No mais, continuamos aguardando a “vacina milagrosa” dos pesquisadores dos laboratórios, institutos e universidades para acontecer o milagre da salvação e aplicar milhões de doses maciças em dólares ou euros nos seus balanços e nos braços dos incautos.

(E.R., homem, São Paulo, 05/04/2020)

4.2 A pandemia como fruto de articulação política contra o governo Bolsonaro

A folia da peste! Desacreditado o telejornalismo pautado pelas painelas, o presidente da República resiste a sucessivos complôs. O ministro da Saúde está onde estava. A cloroquina vence a morte nos hospitais. O coronavírus avança em São Paulo, Rio e Ceará, cujos governadores, João Dória saltitante à frente, viveram o carnaval excitados com multidões nos blocos de rua, sob câmeras e holofotes da Globo, bico calado, o coronavírus largado na China, noticiado no mundo. Em São Paulo, Rio e Fortaleza, o enredo era faturar popularidade e grana.

(J.M.L.P., homem, Belém, 10/4/2020)

Era uma vez um vírus mortal que chegou ao Brasil através daqueles que hoje reclamam que estão falindo, ou já faliram. Porque esse vírus chegou através de pessoas que possuem condições financeiras para viajarem ao exterior. Porém, como tudo no Brasil gira em torno de política, o presidente Bolsonaro falou que se tratava de uma gripezinha e mandou todo mundo ir trabalhar. Já alguns governadores, ou pelo menos o senhor governador de São Paulo, resolveu trancar todo mundo em casa. Ai do coitado do povo que ficou perdido igual cego em tiroteio. Por puro capricho da irresponsabilidade de governantes que resolveram fazer birra no play. Como diz o povo aqui do interior, É PAKABÁ.

(R.L., mulher, São Paulo, 20/5/2020)

Pedi ajuda a alguns pop stars da TV, que agora viraram “parças” da Rede Globo e outras emissoras menos cotadas, para, em geral, criticar toda e qualquer atitude do Governo Federal, mas nada em relação ao sr. João Doria, que deve ser amiguinho íntimo de todos eles, afinal a maioria está ligada ao (Hospital) Emílio Ribas e deve estar trabalhando nas sombras para ajuda a eleger o governador de São, “honesto e humilde”, contra Bolsonaro. Desses expertos star, como Paulo Lotufo, Renato Kfour

(que me mandou ir à polícia, à qual já fui e nada), e a Dona Rosana, nada de respostas. É tudo muito estranho, afinal, nos pedem “passaporte da vacina”, mas e nas vergonhosas e longas baladas (verdadeiras orgias) todos os fins de semana na Peixoto Gomide, Augusta e Frei Caneca (nesta, uma boate chamada ALOKA aos sábados fica aberta 24h)? E os alvarás dessas casas, a Prefeitura também é omissa. Pedi ajuda pessoal ao Prefeito na inauguração do Parque Augusta. E, claro, nada. Porque será que só no aeroporto corremos riscos? Liberar geral a libertinagem não traz riscos? Ou, no fundo, todos querem mesmo é aparecer como OTORIDADES e se acham, em contraposição ao Governo Federal? É Lamentável e vergonhoso, mas é mais uma prova que no Brasil todos pouco se importam com o povo e com a PANDEMIA, afinal ela está aqui a 3 quadras da Paulista, a 200 metros do SÍRIO LIBANÊS e a 900 metros do Hospital 9 de Julho, sem esquecer que os moradores ilhados acucados tem que escutar BARULHO até 7 da manhã e os nossos HERÓIS garis recolhem toneladas de lixo deixado por esses vândalos. E claro que para os OTÁRIOS moradores e o povo. (A.J.G.M., homem, São Paulo, 11/12/2021)

Governador Doria, aquele que tem nas suas costas a NÃO solução da vergonha MUNDIAL do narcotráfico, a CRACOLÂNDIA, agora sempre na sua saga de se mostrar o MACHÃO, afinal é parça do Delegado Frota, outro marqueteiro, fala em passaporte da vacina no aeroporto, algo que não lhe pertence. Mas como enganar é preciso e estar nas MÍDIAS idem, se mete em tudo. Pena que onde deveria se meter e resolver nada é pior nem dá atenção a quem lhe AVISA (dizem que quem avisa amigo é), a PANDEMIA está aqui em S. PAULO na R. Peixoto Gomide todos os fins de semana é entorno até 7hs da manhã com boates funcionando aos SÁBADOS 24hs (A LOKA, R. Frei Caneca, 914). Quem fiscaliza os alvarás desses inferninhos? Milhares de pessoas amontoadas, sem seguir nenhuma regra de proteção contra COVID, com tóxicos, sexo, imundície nas ruas, SOM ALTO, vandalismo, brigas. E os MORADORES, que inclusive alguns votaram nesse marqueteiro, que se virem nos 30 e vão dormir em HOTÉIS, claro, pagando do próprio bolso. Governador, nessa batida o sr não vai conseguir nem 10% dos votos para Presidente, o sr perdeu a moral por NÃO ser HUMILDE, por se achar o NÚMERO UM e por mostrar também a cada dia que só se preocupa com seus parças e com sua aparência de bom moço? Algo que já foi entendido e o sr não é nada disso, é um GRANDE HIPÓCRITA. Acorde e proteja gente do BEM, trabalhadores e NÃO vândalos que deveriam fazer essas festas e transmitir COVID aos seus parentes nas suas casas. A justiça tarda mas aparece GOVERNADOR, digo ENGANADOR. (Z.B.J., homem, São Paulo, 10/12/2021)

Histeria! As providências necessárias à preservação de vidas diante da ameaça da pandemia, como as campanhas de vacinação, associadas a medidas restritivas determinadas pelos governos, prejudiciais à economia, como tem demonstrado Bolsonaro, são exageradamente infladas, no entanto, por uma perceptível tendência originada em parte da imprensa mundial no sentido de gerar um ambiente alarmista que beira, em alguns casos, a histeria. É mais ou menos o que ocorre hoje em relação à recente variante ômicron que, apesar da alta taxa de transmissão, está longe de apresentar a letalidade das anteriores. A mídia global, com este posicionamento, não se mostra solidária nem cooperativa com os países africanos, onde presumivelmente nasceu a nova cepa e contribui, assim, para, de certa forma, legitimar o desumano isolamento a eles imposto, principalmente pelos estados europeus. A impressão que fica é que, apoiados pelos meios de comunicação, aqueles governos aproveitam o clima emocional criado, não para enfrentar o vírus com a estratégia mais útil e empática mas para consolidar a forma mais barata de exercer o controle sobre suas populações e, em consequência, conduzir com mais eficiência e por mais tempo o seu poder político. (P.R.G., homem, Rio de Janeiro, 28/12/2021)

Vejo com tristeza que a cada dia mais hipócritas, irresponsáveis, sem caráter e mentirosos vem se escondendo sob o manto de “Consórcios”, arranjos sempre nebulosos, feito por gente com estas características para não terem a responsabilidade atribuídas a eles mesmos e assim se escondendo em grupo. Este novo consórcio Brasil

verde é uma vergonha nacional, os governadores se eximem de qualquer culpa na gestão de seus estados, imputando ao governo central a responsabilidade, ou melhor a suas próprias irresponsabilidades, a exemplo do famoso consórcio da COVID, que de nada serviu à nação durante a Pandemia, e ainda acoberta desmandos “supremos” do STF e convive com golpes brutais contra a Democracia. A nova ORDEM, que saudade dos homens de bem.

(G.A.C., São Paulo, 1/3/2022)

4.3 A ação insidiosa da imprensa

No Brasil existem mais de 2000 (dois mil) médicos reumatologistas, que é quem usa a cloroquina diariamente e há anos (para tratar lúpus, artrite reumatoide, artrite simples), que são as maiores “autoridades” para falar dos efeitos colaterais e mortes (???) da vilã cloroquina hoje, e não os médicos imunologistas. Com a palavra a Sociedade Brasileira de Reumatologia. Obs: A Globo já noticiou o tratamento com a vilã cloroquina para Chikungunya há mais ou menos uns 3 ou 4 anos. Que tal? Mudaram de posição porque?

(C.R.G.F, assina como “médico”, homem, São Paulo, 13/4/2020)

O presidente do STF, que não conseguiu por duas vezes passar no exame para magistratura, suspende o processo de impeachment do governador do Rio e processo na justiça contra o senador Serra; o prefeito de SP, até então defensor férreo do não uso da cloroquina, agora diz que a droga está no cardápio para o tratamento do covid; o procurador-geral da república se junta ao grupo de advogados e ataca a Lava Jato, abertamente, quando poderia fazê-lo de forma mais restrita, se fosse o caso; um ministro do STF faz um live com um youtuber, que produz comentários baixos e desconexos sob o ponto de vista da sociedade familiar; o presidente continua a não usar a máscara quando em contato com a população; a polícia continua a ser atacada pela imprensa, sob o argumento de que mata demais bandidos mas não contabiliza as mortes dos policiais; o trabalhador da iniciativa privada perde emprego ou tem salário reduzido conforme lei aprovada e o STF (parece que julgando em causa própria) diz que salário de funcionário público não pode ser retroagido; o presidente concede benefícios monetários a Força Armada enquanto as despesas do governo explodem e a população tem que viver com \$ 600,00 mensais porque a relação despesas/PIB está atingindo o limite máximo para um bom gerenciamento deste país; o presidente do STF (outra vez ele) é denunciado por uma empreiteira, por receber um dinheirinho por fora, e a mídia se faz de desentendida; o foco no ataque ao presidente. Ah, ele também recebia uma ajuda da esposa de \$ 100mil reais/mês!!! E tudo continua como antes; um outro ministro se sente ameaçado e decreta que ninguém pode falar mal dele ou da turma dele; querem aprovar uma lei anti fake news quando já existe legislação sobre o assunto; e para finalizar o ministro Toffoli (ele de novo) acha que ex-ministros da justiça e procuradores devem ter uma quarentena de 8 anos (!!!) pra entrar na política num momento em que um certo ex-ministro da justiça de quem não gostam é cotado para as próximas eleições. E isto acima é somente parte do que se lê e se vê nesta República, tudo publicado por essa imprensa que temos enquanto se curte uma quarentena. Viva o Brasil! Casa de loucos!

(A.A.R., homem, São Paulo, 30/7/2020)

Já prevendo uma segunda onda da pandemia, tal como já está acontecendo na Europa, o governo pretende realizar um "Dia D" de enfrentamento à Covid19 em outubro, abrindo Unidades Básicas de Saúde (UBS) para passar orientações sobre o tratamento precoce e medicar pacientes que, após a realização de testes, comprovarem estar contaminados. Nas UBS serão encontrados medicamentos como cloroquina, hidroxicloroquina, azitromicina e ivermectina. Muito bem! Antes prevenir do que não ter mais remédio, certo? Errado. A mídia, que não pode nem de longe pensar que esta medida possa ter bons resultados, pois já politizou o uso destas medicações definindo que "Não há eficácia comprovada sobre o uso dessas drogas contra a doença". Diga-

me, então, senhor jornalista responsável pela matéria no Estadão, se existe hoje uma medicação de eficácia comprovada pelos órgãos responsáveis pela saúde. A ação preventiva, mesmo sem eficácia comprovada pelos “cientistas” mundiais, é melhor do que tentativa nenhuma, ainda que a eficácia já tenha sido comprovada em tratamentos precoces, e só não foi admitida pela mídia porque sua única preocupação é destruir a imagem de Bolsonaro. Que papel sujo!

(M.M.A., mulher, São Paulo, 26/9/2020)

Embora eu ainda considere o *Estadão* como um dos esteios do bom jornalismo – entre os grandes, o único – decepciono-me quando não abre o espaço para COMENTÁRIO dos seus leitores em importantes reportagens. Hoje, lendo Supremo e Lei sob Ataques, não pude rechaçar o descabro de culpar o presidente Jair Bolsonaro pelas reações às ações sem limites do STF. E tudo é público: na prática, ao permitir que Lula se candidate, inocentam-no; prendem deputados e/ou os mantêm silenciosos sob ameaças; impedem que se faça o "recibo" do voto e assim a sua prova dos nove; impedem que o presidente designe auxiliares, invés de mandar processá-los caso tenham conduta ilegal! E tudo que o jornal faz é denunciar rachadinhas e reações indignadamente justas de Bolsonaro. É a isso que a grande imprensa serve? Para desestabilizar Bolsonaro, como na pandemia? Não são ações, minha gente, são reações! Tenham a santa paciência, caro redator-chefe, não se mire no exemplo da Rede Globo, que nunca vê o todo, só a parcela de erros e excessos do presidente Jair Bolsonaro. Um leitor mostra falsa indignação com a demora de seguir adiante com os dados “levantados” pela CPI da COVID. Mas todo o Brasil viu os vergonhosos procedimentos dos seus condutores mafiosos! Randolfe, o menorzinho deles, agigantou-se e ficou do tamanho de Aziz e do reizinho das Alagoas, seu Calheiros. Cana neles, Supremo, é o que deve ser pedido! O governador da Bahia, que pagou 48 milhões pelos respiradores que nunca recebeu, vem a público e se jacta de ter sido ressarcido em 8 milhões pela empresa de fachada. E a imprensa baiana aplaude, mas não se fala nos 40 milhões restantes. Estão pensando o quê? Que nós todos somos idiotas e não vemos a que se presta a imprensa?

(R.M., homem, Salvador, 8/2/2022)

Nunca tantos foram enganados por tão poucos! E com a ajuda da imprensa! Já estamos na quarta dose de reforço de vacinas, a maior prova de sua inocuidade. O que está por trás disso?

(E.J.A., homem, São Paulo, 26/1/2022)

4.4 Vacinação e a abordagem de cunho religioso

Especialistas corajosos dos Estados Unidos, da Rússia e da República Tcheca compartilham a verdade sobre a vacinação. Os primeiros meses do ano de 2020 foram marcados pelo surto de infecção que causou menos mortes do que a gripe sazonal comum. A pandemia artificial não apenas afetou o setor da saúde, mas também paralisou a economia, a educação, a vida privada e abalou a moral. O Vaticano participou ativamente dessa pandemia artificial. O pseudo-papa pavimentou o caminho com a idolatria da Pachamama e promoveu incansavelmente a legalização da sodomia. Deus colocou diante da humanidade o fogo temporal (2P 2,6) e eterno (Judas 1,7) como exemplo de advertência de punição pela sodomia. Através de suas atividades criminosas, Bergoglio conscientemente trouxe uma maldição sobre a Igreja e a humanidade. Este pseudo-papa boicotou cinicamente as urgentes advertências dos especialistas contra a vacinação com RNA mensageiro. Ele forçou todo o Vaticano a vacinar-se. Todos, exceto três guardas suíços, sucumbiram.

O Patriarcado Católico Bizantino (BCP), por outro lado, apoiou a posição verdadeira dos cientistas morais incorruptíveis, que levantaram sua voz em defesa da verdade contra o sistema de mentiras. Recordemos sua voz. Entre eles estão cientistas

americanos de alto nível, como a Dra. Judy Mikovits e o Dr. David Martin, a microbiologista tcheca Soňa Peková e o Prof. Alexander Redko, da Rússia. Vale destacar a conferência científica em São Petersburgo realizada de 20 a 21 de outubro de 2021 e a cúpula de médicos em Roma de 12 a 14 de setembro de 2021, onde mais de 12.700 médicos e cientistas assinaram a “Declaração dos Médicos”. Eles se referiram à vacinação experimental forçada como um crime contra a humanidade, conforme definido pelo Código de Nuremberg.

Como os especialistas americanos David Martin e Judy Mikovits avaliam a vacina?

Dr. David Martin: Isso não é uma vacina. Trata-se de RNA mensageiro empacotado em uma envoltura lipídica que é introduzida em uma célula. É um dispositivo médico desenhado para estimular a célula humana a se tornar uma fonte de patógenos. Não é uma vacina. Vacina é na verdade um termo legalmente definido. É um termo legalmente estipulado na lei de saúde pública e nos padrões dos CDC (Centros para Controle e Prevenção de Doenças) e da FDA (Administração de Medicamentos e Alimentos).

Advogado Rocco Galati: Então, como deveria me referir a ela? Substância química?

Dra. Judy Mikovits: Você está correto. É um patógeno sintético. Eles literalmente injetaram a parte patogênica do vírus no corpo.

Rocco Galati: Se é um patógeno, isso me diz que vai me deixar doente.

Dra. Judy Mikovits: Sim, isso mesmo.

Dr. David Martin: Injetam uma substância química em você para induzir a doença, não para provocar uma resposta imunitária que proteja contra a infecção. Em outras palavras: nada disso vai impedir que você transmita qualquer coisa. Isso foi desenhado para deixá-lo doente e para que suas próprias células causem sua doença.

Advogado Rocco Galati: Então isso vai desencadear uma resposta autoimune?

Dr.^a Judy Mikovits: Sim, pode fazê-lo e o fará.

Dr. David Martin: Entre muitas outras coisas...

Dr.^a Judy Mikovits: Pode causar diretamente esclerose múltipla, esclerose lateral amiotrófica, doença de Alzheimer, porque essa é a expressão desse envoltório patogênico... pode acelerar o desenvolvimento do câncer... Sabe-se há décadas que isso é resultado da expressão deste pedaço de vírus. Eles literalmente injetam a doença em você.

Os especialistas americanos dizem sobre a vacina de RNA mensageiro que esta substância química nem sequer pode ser chamada de vacina segundo os padrões dos CDC e da FDA e pela lei de saúde pública. É necessário saber que todo cristão é obrigado em consciência e pela lei de Deus a não obedecer à autoridade eclesiástica ou ao papa se eles lhe mandarem cometer um pecado grave.

Hoje, o papa e a hierarquia eclesiástica se abriram às heresias e se opuseram publicamente à lei de Deus. Se esses apóstatas forçam as pessoas a se vacinarem, então é literalmente verdade que: “Devemos obedecer antes a Deus do que aos homens!” (Atos 5, 29). O apóstolo Pedro enfatiza: “Julgai-o vós mesmos se é justo diante de Deus obedecermos a vós mais do que a Deus”.

O que o especialista em Imunologia, professor Alexander Redko de São Petersburgo, na Rússia, pensa sobre o assunto?

Prof. Alexander Redko: Costumo visitar hospitais para doentes com covid, acompanho de perto este trabalho, estou a par do que está ocorrendo ali... E são sobretudo os vacinados que adoecem. Eles desenvolvem todos os sintomas óbvios do coronavírus. De acordo com dados de anatomopatologistas individuais, 62% das internações em enfermarias de covid são pessoas completamente vacinadas. Os

códigos QR determinam quem são os bons e quem são os maus. Os saudáveis são os maus, os doentes e vacinados são os bons. Isso é o que o código QR indica, nada mais.

Não há pandemia. Para declarar o estado de pandemia é necessário que a epidemia afete todos os países. Mas aqui não há epidemia. Para epidemia é necessário que 5% (da população) adoça ao mesmo tempo.

O teste PCR foi desenhado para os vírus de cadeia longa. E este é um vírus de cadeia curta. Significa que é de uma esfera completamente diferente. Estes testes não podem detectar o coronavírus.

Todos seremos extintos por causa de uma mentira total. Porque onde quer que você vá, verá a mentira.

É um crime receitar antivirais sem tê-los contra o vírus SARS-COV-2. E isso pode-se encontrar nos métodos do Ministério da Saúde! Então, o que se deve fazer com o Ministério da Saúde? Decidam vocês mesmos.

Agora transformam todos nós em bichos esquisitos isolados. Trancar-nos-ão em casa e transferirão as crianças à aprendizagem à distância para isolar-nos e causar deterioração imunitária.

Isto não é uma pandemia, mas uma infodemia. E tudo isto que está ocorrendo é só política e um experimento socioeconômico com nossa população.

Sputnik V: não é Sputnik “v”, mas “cinco”, porque é a quinta vacina que estiveram desenvolvendo na história de sua empresa. E não conseguiram fabricar nenhuma.

Acho que é necessário vacinar-se A) se há uma vacina, B) se o vírus não muta, isto é, se a vacina pode ajudar a lutar contra o que está presente no meio ambiente.

O vírus que estava aqui há muito tempo, não está mais. Aquilo contra o que querem desenvolver a vacina — cujo desenvolvimento geralmente leva seis anos — esse vírus não está mais aqui. Há algumas variantes delta, podem chamá-la como queiram, mas isso já é algo totalmente diferente. E você diz que está se vacinando contra algo que esteve aqui há dois anos... Isso é uma fraude. É uma fraude criminosa. Dizem que a vacina não funciona mais, porque agora temos uma nova variante. E por que continuam vacinando? Se de verdade lhes importa tanto, fabriquem a vacina contra esta variante!

Assim, o que estão nos oferecendo não é uma vacina. É o adenovírus 26 e o adenovírus 5, no qual colocaram a proteína Spike, e por quê? Isso não está claro. É que o SARS-CoV-2 nunca foi isolado. Oferecem uma recompensa de 1,5 milhões de euros para aquele que o isole. E se ninguém o havia isolado nunca, contra o quê estão vacinando na realidade? Por que enganam as pessoas? Este é um projeto comercial.

E insisto em que nem sequer é possível discutir sobre este tema, já que a) o vírus não foi isolado, b) não existe vacina contra ele, c) os ensaios clínicos de fase III se completarão no dia 31 de dezembro de 2022, e agora estamos em 2021. Os ensaios não se completaram, os resultados da primeira fase, quando todos os ratos morreram, não foram publicados. Os resultados da terceira fase tampouco foram publicados porque os ensaios não se completaram. Não se determinou o título de anticorpos, não se avaliou o efeito da vacinação sobre a evolução da epidemia nem a resposta imunitária. Que tipos de resultados são estes? Em caso de resultados como estes, é preciso fechar o projeto e não iniciara a vacinação em massa.

Mas as pessoas não o sabem. Dizem: “Eu me vacinei e estou bem”. Em 25% das pessoas injetam-lhes placebo, e é por isso que se sentem bem e por isso voltam a adoecer. Mas aqueles que realmente se vacinaram adoecem mais gravemente. E contraem um coronavírus completo com todos os sintomas posteriores ao covid, com dano pulmonar, com dano ao sistema nervoso central, com síndrome de Guillain-Barré e todos os outros problemas. Tudo o que acompanha o covid, o mesmo se

apresenta depois da vacinação. E tenho muitos conhecidos e conhecidos de conhecidos que a) adoeceram e b) não estão mais entre os vivos — depois da vacinação. Justamente depois da vacinação? Sim, justamente depois da vacinação. Segundo dados de anatomopatologistas individuais, 62% das internações em salas de covid são completamente vacinados.

Os mentirosos profissionais nos principais meios de comunicação, bem como os mentirosos religiosos, promovem vacinas não comprovadas e perigosas. Pelo contrário, um verdadeiro especialista, que é a voz de advertência da verdade e uma reprovação viva para muitos, clama: “Por que vocês enganam as pessoas?” 1) O vírus nunca foi isolado; 2) não há vacina contra ele; 3) os ensaios clínicos não terminaram. Os golpistas não disseram que todos os ratos morreram na primeira fase dos testes. O especialista adverte contra o terror inconstitucional da vacina: “Todos seremos extintos por causa de uma mentira total. Porque onde quer que você vá, você verá a mentira”.

O pseudo-papa Bergoglio é o maior mentiroso. Ele é muito consciente de que esta pseudo vacina altera o genoma humano, o que é uma rebelião contra Deus, o Criador. Contém nanopartículas e faz parte do plano de implantação de microchips do qual a Bíblia adverte falando do lago de fogo! Além disso, contém óxido de grafeno que leva um identificador. O pseudo-papa também sabe que a vacina contém tecido arrancado sadicamente dos pulmões ou rins de bebês não nascidos ainda vivos, que depois são assassinados. Isto é satanização. O sangue dos bebês assassinados em um ritual satânico vem sobre as pessoas que recebem esta pseudo vacina. É o antibatismo do diabo através do qual este mentiroso e homicida reclama as almas dos vacinados.

E estes crimes de rebelião contra Deus e a humanidade são promovidos cinicamente pelo arqui-herexe que ocupa o papado. Utiliza slogans demagógicos e criminosos como: “A vacina (deve ser) para todos!” e sem um só argumento científico e em contradição com a lei de Deus, diz a sangue frio: “É preciso fazê-lo!”. Chamar “ato de amor” a este crime indignante é o cúmulo da sem-vergonhice, da obstinação diabólica e da impenitência. Perguntamos: Um ato de amor a quem? A Satanás? Além disso, este arqui-herexe provoca, com mentiras, o ódio e o linchamento dos inocentes, acusando-os de ser uma ameaça para os saudáveis! Mas a realidade é completamente o contrário. Os vacinados enganados tornam-se laboratórios para a produção de novos vírus perigosos.

O arqui-mentiroso, Judas e impostor religioso, é seguido por muitos bispos e padres traidores, tanto católicos como ortodoxos. Inclusive estão exigindo a vacinação como condição para entrar nas igrejas! Este é um gesto de traição a Cristo e a serviço de Satanás. Um cristão não deve mais entrar em uma igreja assim, porque isso pô-lo-ia no caminho que leva à perdição eterna. O professor Redko fala com uma voz profética de advertência: “Todos seremos extintos por causa de uma mentira total”. E nós acrescentamos: É sobretudo a mentira dos políticos corruptos, dos meios de comunicação e do clero traidor. Oxalá haja bispos corajosos, como o bom pastor Carlo Maria Viganò. Ele tem a mesma atitude em relação ao coronavírus que os médicos corajosos, chamando verdade a verdade e mentira a mentira.

Vamos citar brevemente a microbiologista chega Soňa Peková: “Na primavera de 2020, abordamos isso de frente, refiro-me a nosso laboratório, porque é meu trabalho detectar doenças infecciosas em pessoas e animais. Tenho trabalhado intensamente neste campo desde 2006. Abordamos essa situação de forma profissional e estávamos entusiasmados por ajudar no diagnóstico. Estivemos trabalhando nisso a primavera toda, estivemos muito envolvidos, quase ao ponto de não ser mais saudável. Continuamos no verão e, claro, no outono de 2020.

Naquele momento eu entendi o que estava acontecendo. Essencialmente, minhas suposições de que algo obscuro estava acontecendo foram confirmadas. Então nos retiramos dos testes, pois percebemos que todo o objetivo do que estava acontecendo não passava de uma séria intimidação das pessoas e da sociedade, e que, na realidade, o objetivo era provocar constantemente um sentimento de medo na população e

mantê-lo vivo de qualquer maneira possível. Então eles continuam testando e novos focos de casos positivos são declarados aqui e ali... No entanto, atualmente existem poucos casos positivos. Eu tenho as informações dos Departamentos de Anestesia, Ressuscitação e Terapia Intensiva em Praga... Então isso não é uma pandemia. Na verdade, já deveríamos ter batido em retirada há muito tempo e dito: Ok, todos nós entramos em pânico um pouco, agora voltemos, trabalhemos e vamos à escola e continuemos a viver uma vida normal, sem mais máscaras nem nada parecido.

O Covid é apenas uma ferramenta de algo que provocará mudanças na sociedade e, como a ferramenta que escolheram usar é a mais forte, atacaram o instinto mais forte, que é a sobrevivência. Eles os assustam dizendo que morreriam de um vírus, mas todos nós vamos morrer, alguns em 30 anos, alguns em 2 anos, alguns hoje. Ninguém sabe quando isso vai acontecer, mas as pessoas não percebem esse fato. No entanto, todos começaram a temer terrivelmente morrer de um vírus. E isso é guerra psicológica.”

Ano passado, Soňa Peková e seu laboratório diagnosticaram 30.000 pessoas e chegaram à conclusão de que isto não é uma pandemia, e o covid é só uma ferramenta de guerra psicologia para a mudança na sociedade. O instinto de sobrevivência foi atacado para assustá-los com a perspectiva de que morram de um vírus, mas cedo ou tarde todos nós morreremos. E as pessoas não se dão conta disso. Que mais há para dizer? Que as pessoas comecem a dar-se conta de que no fim morrerão! Esta é uma realidade da qual ninguém pode duvidar. Sim, alguém morrerá antes, alguém mais tarde. A verdadeira sabedoria é pensar no final da vida, contar com a morte, o julgamento de Deus e a eternidade. Que as pessoas comecem a dar-se conta disto, especialmente neste tempo de mentiras coronavíricas e pressões com o objetivo de acelerar a morte! A solução não é cair no desespero; a solução é a Verdade, isto é, Jesus, o Filho de Deus e o Salvador. Ele ganhou a vida eterna para nós. Ele é a ressurreição e a vida. Só temos que recebê-Lo: “a todos aqueles que o receberam, deu-lhes o poder de se tornarem filhos de Deus”. Para poder recebê-Lo e para que Ele possa viver em nós, temos que chamar verdade a verdade e mentira a mentira, hoje em dia especialmente no que diz respeito ao tema da fraude da vacina. Que todos os profissionais médicos corajosos e verdadeiros sejam um exemplo para nós no caminho da verdade. Hoje em dia eles são a voz profética salvadora para toda a humanidade.

(Carta assinada apenas por “Elias, Patriarca do Patriarcado Católico Bizantino, 11/4/2022)

Todas essas variações do discurso teórico-conspiratório que chegaram ao Fórum dos Leitores do *Estadão* por meio de cartas dos leitores ao longo da pandemia de covid-19, à exceção da carta assinada pelo autointitulado “Patriarca do Patriarcado Católico Bizantino”, foram difundidas também pelo ex-presidente Jair Bolsonaro e por seus filhos no período avaliado por esta pesquisa. Na contramão dos principais líderes políticos do mundo à época, Bolsonaro insinuou, em maio de 2021, que a China teria criado o Sars-Cov-2 em laboratório no contexto de uma “guerra bacteriológica” com objetivo de alcançar um patamar de hegemonia geopolítica e econômica³⁵. Publicações nas redes sociais, em especial o Twitter, feitas pelo

³⁵ Bolsonaro insinua que China pode ter criado vírus na esteira da “guerra bacteriológica”. *Valor*, 5/5/2021. Disponível em <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2021/05/05/bolsonaro-sugere-virus-feito-em-laboratorio-e-desinteresse-em-suposto-remedio-para-covid-19.ghtml> Acesso em 31.jan.23

deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-sP) e pelo ex-ministro da Educação do governo Bolsonaro Abraham Weintraub, sugerindo a manipulação do vírus em laboratórios chineses, chegaram a provocar um incidente diplomático entre o Brasil e a China³⁶.

É oportuno distinguir os tipos de teoria da conspiração, como proposto por Butter (2022), e identificar o caso brasileiro de acordo com esses critérios de classificação.

As pesquisadoras Marília Gehrke e Marcia Benetti, ambas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), realizaram um estudo, publicado pela revista *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, no qual escrutinaram o processo de disseminação de mentiras e desinformação sobre a pandemia de covid-19 no Brasil. O resultado da pesquisa revelou que mentiras sobre a atuação do governo federal no combate à pandemia, ataques contra adversários do ex-presidente Jair Bolsonaro, defesa de medidas absolutamente ineficazes contra a covid-19, como o chamado “tratamento precoce” e informações falsas, contraditórias ou conspiracionistas sobre as vacinas foram disseminadas, principalmente, quando não pelo então presidente da República, por familiares e membros do entorno de Jair Bolsonaro.

Nesse estudo, foram analisados 407 textos publicados nas redes sociais de Bolsonaro, de seus filhos e de um grupo de apoiadores, entre 15 de março e 21 de julho de 2020. As autoras, que contaram com o apoio da Latam Chequea Coronavirus, um consórcio formado por agências de checagem na América Latina, optaram por designar o conteúdo falso ou distorcido como *desinformação*, definindo-a como “o conteúdo falso criado e disseminado com a intenção de enganar o público, tanto para prejudicar a reputação de pessoas e instituições quanto para obter vantagens financeiras ou ideológicas”, em vez de usar *fake news*, tanto por considerarem que esta expressão encerra um paradoxo – “já que as notícias apresentam, por definição, uma base factual” – como pelo fato do termo *fake news* “ter sido largamente empregado por políticos para atacar a credibilidade da imprensa”.

O conteúdo analisado por Gehrke e Benetti foi dividido em sete categorias: China, contágio, cura, dados, economia, política e “outros”. Seus achados se coadunam com a observação das linhas temáticas abordadas pelas cartas dos leitores enviadas ao *Estadão*, objeto desta pesquisa. Os temas prevalentes foram a exploração política da pandemia de covid-19 pelo

³⁶ Embaixada da China reage a acusações de Eduardo Bolsonaro sobre coronavírus. Folha de S.Paulo, 18/3/2020. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2020/03/embaixador-da-china-no-brasil-reage-a-eduardo-e-diz-que-deputado-nao-tem-visao-internacional.shtml>. Embaixada da China repudia tuíte irônico de Abraham Weintraub: “Cunho fortemente racista”. O Estado de S. Paulo, 10/4/2020. Disponível em <https://www.estadao.com.br/politica/embaixada-da-china-repudia-tuite-ironico-de-abraham-weintraub-cunho-fortemente-racista/>. Acesso em 31.jan.23

então presidente Jair Bolsonaro (25,55%), abrangendo também atos de seu governo, seguido pela falsificação ou distorção de informações relacionadas à saúde propriamente dita, como “cura” da covid-19, “tratamento precoce” e vacinas (20,64%). Na terceira posição, ficaram os conteúdos relativos a dados e estatísticas (19,66%), enquanto em quarto figuram postagens sobre contágio e distanciamento social (18,43%). Em quinto lugar, vêm as publicações relativas aos impactos das medidas de contenção da pandemia sobre economia (7,13%), e em sexto o papel da China (6,39%) na crise sanitária. Na última posição, com 2,21% das publicações, ficaram os conteúdos que as pesquisadoras não enquadraram em nenhuma das categorias pré-definidas para o estudo, classificando-as como “outros”.

Se houve, como visto, correspondência entre a difusão e aceitação de teorias da conspiração por Jair Bolsonaro e o grupo de leitores que manifestou essa relação nas cartas enviadas ao Fórum dos Leitores do Estadão, é preciso avançar, resumidamente, na análise das razões que levam o discurso teórico-conspiratório a ter tanto apelo ainda hoje, em plena era da informação.

Em primeiro lugar, a aceitação desse discurso não pode ser dissociada de um evento político de escala global: a ascensão de lideranças de viés populista a partir da segunda metade da década de 2010. Pugnando pela comunicação “direta” com o “povo”, sem a mediação de instâncias como a imprensa profissional e, em alguns casos, dos partidos políticos, esses líderes populistas fizeram da hostilidade ao jornalismo profissional, como guardião dos fatos, e às universidades, como guardiãs do conhecimento científico, uma política de governo. Elevar o grau de desconfiança de parcelas da sociedade em relação ao trabalho da imprensa e da academia abriu espaço para a circulação de teorias da conspiração. O que antes circulava em nichos passou a circular para audiências cada vez maiores.

Segundo, a teoria da conspiração oferece conforto em cenários de dúvida e angústia provocadas por fatos ou acontecimentos sobre os quais não são conhecidas as causas ou, quando são e se contrapõem a crenças preestabelecidas, precisam imediatamente ser substituídas por explicações que acomodem a realidade dentro da percepção da realidade que o indivíduo deseja ter. Nesse sentido, Butter (2022) argumenta que dados e fatos que são aceitos ou refutados, o são também por uma questão de ponto de vista, depende primordialmente de pressupostos fundamentais do indivíduo. O que é isso, afinal, se não o enquadramento da realidade pela atribuição de um sentido ao que é ou não *real*?

Por fim, deve-se registrar que nem toda informação falsa é uma teoria da conspiração e, como advertiu o estudioso dos meios de comunicação Jack Z. Bratich, citado por Butter, em *Conspiracy Panics: Political Rationality and Popular Culture* (2008), o termo “teoria da conspiração” pode muito bem ser usado como arma para deslegitimar ou rotular como falsos o que são apenas pontos de vista diferentes. No caso da pandemia de covid-19, por exemplo, é rigorosamente falacioso o argumento segundo o qual todos os que se opõem à vacinação são, necessariamente, adeptos do discurso teórico-conspiratório envolvendo o desenvolvimento dos imunizantes. Há aqueles que nutrem fundadas dúvidas em relação à velocidade com que as vacinas foram desenvolvidas – em tempo recorde – e outros, estes, sim, conspiracionistas, que sustentam que as consequências fatais da inoculação dos imunizantes foram deliberadamente ocultadas da população por interesses escusos de governos ou empresas.

Considerações finais

A pandemia de covid-19 se descortinou no Brasil como uma crise a um só tempo sanitária e informacional. A pesquisa mostrou que o ex-presidente Jair Bolsonaro, desde o início da pandemia, adotou um discurso orientado para a negação de sua gravidade como meio de influenciar a percepção de seus governados sobre os riscos do novo coronavírus, que seriam, de acordo com essa orientação discursiva, relativamente baixos. Bolsonaro pretendeu evitar reveses de ordem política decorrentes da paralisação das atividades econômicas, a fim de mitigar os riscos à sua permanência no poder e, principalmente, fortalecer a sua campanha pela reeleição, ao fim e ao cabo, malsucedida.

Em nome de seus interesses particulares, Bolsonaro maquinou um arcabouço narrativo que foi de encontro ao conhecimento científico e à verdade factual e, assim, expôs milhões de cidadãos brasileiros ao risco de morte ao pugnar, publicamente, pela construção arbitrária – e, portanto, antinatural – da chamada “imunidade de rebanho”.

A construção da retórica de negação da ciência no governo Bolsonaro tem o signo do enquadramento tal como proposto por Goffman (2012). Para o sociólogo canadense, os “quadros” (*frames*) formam o conjunto de referências a partir das quais um indivíduo percebe a realidade que o cerca e, a partir dessa compreensão muitíssimo particular da vida e do mundo, molda o seu comportamento diante das situações cotidianas. O enquadramento de uma mensagem, de um fato ou de um acontecimento, portanto, depende de um conjunto de elementos que permitem a apreensão de seus significados pelo indivíduo.

Sem o intuito, nesta pesquisa, de perscrutar as razões de ordem psíquica ou neurocientífica que subjazem ao alinhamento de posições, diante da pandemia de covid-19, entre Jair Bolsonaro e um grupo de cidadãos, procurou-se evidenciar neste trabalho que houve, de fato, um compartilhamento do enquadramento dado pelo então presidente da República à crise sanitária e questões a ela correlatas, como vacinação, uso de medicações *off label* contra a covid-19, distanciamento social, entre outras, com um grupo de leitores do jornal *O Estado de S. Paulo* por meio da leitura das cartas que enviaram ao veículo jornalístico durante dois anos de pandemia: entre abril de 2020 e abril de 2022.

A carta do leitor foi considerada nesta pesquisa como um subgênero do jornalismo opinativo (MARQUES DE MELO, 2003), um instrumento por meio do qual os cidadãos buscam não apenas firmar posições sobre assuntos de interesse público noticiados pelos jornais,

como também influenciar a formação de opinião de seus concidadãos e, em última análise, as próprias decisões do governo que alteram os rumos da sociedade da qual são parte.

Em grande medida, essas cartas que formam o objeto da pesquisa, e que não foram publicadas por não preencherem requisitos objetivos e subjetivos definidos pela direção do jornal, revelaram que os argumentos empregados pelos leitores para sustentar determinados pontos de vista durante a pandemia se coadunaram, em alguns casos literalmente, com as posições defendidas por Bolsonaro em manifestações públicas por meios de canais oficiais e extraoficiais de comunicação. Procurou-se estabelecer, por meio de uma abordagem cronológica, quando possível, a relação entre essas falas do então presidente da República – que se confundem com a voz oficial do Estado brasileiro – e sua ressonância nos discursos do grupo de missivistas.

A escolha do objeto de análise nesta pesquisa teve o propósito de observar o posicionamento de indivíduos que, em tese, tinham acesso a informações confiáveis, apuradas de acordo com os rigores técnicos e éticos do jornalismo profissional – haja vista que se dispuseram a escrever para um jornal de grande circulação – para embasar a formação de suas opiniões sobre a pandemia de covid-19 e, conseqüentemente, orientar as suas ações no sentido do resguardo da saúde individual e coletiva. Ainda assim, porém, esse grupo de leitores do jornal optou por se alinhar ao discurso de maquinação da realidade adotado por Bolsonaro, tomando como “real” o que era fabricado ou distorcido e como “ardil” ou “complô” de “elites”, “a grande indústria farmacêutica”, a imprensa profissional e instâncias de poder institucional o que eram críticas e contraposições legítimas ao discurso do então presidente da República. As razões subjetivas desse alinhamento entre parte dos leitores do *Estadão* ao enquadramento dado à pandemia por Bolsonaro, como foi dito, não foram objeto de estudo desta pesquisa.

Além de tentar influenciar a percepção do maior número possível de indivíduos sobre a pandemia de covid-19 por meio de mentiras e distorções da realidade factual no campo da saúde pública, o ex-presidente Jair Bolsonaro também utilizou um estratagema retórico para explorar politicamente a crise sanitária. Nesse sentido, provocou em parte da sociedade animosidades e desconfianças em relação ao Supremo Tribunal Federal, aos entes federativos e à imprensa profissional. Na fabricação de Bolsonaro, compartilhada por alguns dos missivistas, todos estariam reunidos em um complô para desestabilizar politicamente o governante e minar suas chances de reeleição.

Por fim, malgrado o aumento significativo da presença de médicos, autoridades sanitárias e pesquisadores acadêmicos nos meios de comunicação de massa e nas redes sociais digitais, a pandemia de covid-19 deu azo à circulação de uma sorte de teorias da conspiração, tendo instalado no Palácio do Planalto, quando não um formulador, um disseminador de seu conteúdo falacioso. Crises como uma pandemia, que trazem consigo incerteza e medo, são propícias ao discurso teórico-conspiratório, que traz conforto emocional para muitos indivíduos por oferecer, a um só tempo, explicações plausíveis para eventos extremos e identificar “inimigos”, a causa-raiz de todos os males.

As teorias da conspiração difundidas pelo governo de Jair Bolsonaro e por seus apoiadores também apareceram nas linhas de argumentação dos leitores que escreveram para *O Estado de S. Paulo*, ainda que em menor grau do que o discurso pautado pelo negacionismo científico e pela exploração política da pandemia de covid-19.

À guisa de conclusão, o enquadramento de uma dada situação ou fato decorre, primordialmente, de um arcabouço de referências que são acumuladas pelo indivíduo ao longo da vida e que podem ser acionadas no momento em que este se depara com situações do cotidiano que impõem um posicionamento – como cidadão, profissional, amigo, familiar etc. Não é desprezível a força que tem a palavra do presidente da República, que se confunde com a voz oficial do Estado, como um dos gatilhos de acionamento dessas referências. No caso específico da pandemia de covid-19, Jair Messias Bolsonaro usou esse poder – que, a bem da verdade, decorre do cargo, não de sua persona – para influenciar negativamente, no sentido de expor indivíduos a risco de morte, a percepção e o comportamento de muitos brasileiros em um dos momentos mais dramáticos da história nacional.

Referências

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo opinativo*. Editora Sulina, Porto Alegre, 1980.

BUTTER, Michael. *A natureza das teorias da conspiração: quando nada é o que parece*. Edições Saída de Emergência, Porto Salvo, Portugal, 2022.

CAMPOS, Gastão W. S. *O pesadelo macabro da covid-19 no Brasil: entre negacionismos e desvarios*. Trabalho, Educação e Saúde, Rio de Janeiro, v. 18, n. 3, 2020.

CARVALHO, Carlos Alberto de. *Sobre limites e possibilidades do conceito de enquadramento jornalístico*. Contemporânea, Vol. 7, nº 2, Dezembro de 2009.

ENTMAN, Robert. *How the media affect what people think: an information processing approach*. *The Journal of Politics*, Vol. 51, Number 2, May 1989.

ESPÍRITO SANTO, Patrícia. *O que informam as cartas de leitores e leitoras enviadas a jornais impressos: os casos do Estado de Minas e do Le Monde*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2012.

FURLAN, Leonardo; CARAMELLI, Bruno. *The regrettable story of the “Covid Kit” and the “Early Treatment of Covid-19” in Brazil*. *Viewpoint/The Lancet*, Vol. 4, 100089, December of 2021.

GARCIA, Leila Posenato; DUARTE, Elisete. *Infodemia: excesso de quantidade em detrimento da qualidade das informações sobre a covid-19*. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, Vol. 29, nº 4, Brasília, Setembro de 2020.

GEHRKE, Marília; BENETTI, Marcia. *A desinformação no Brasil durante a pandemia de covid-19*. *Fronteiras – Estudos Midiáticos*, Vol. 3, nº 2, Maio-Agosto 2021.

GOFFMAN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis/RJ, Ed. Vozes, 2012.

LEEPER, T. J.; SLOTHUUS, R. *Political parties, motivated reasoning and public opinion formation. Political Psychology*, 35 (S1), 129-156, 2014.

LOPES, Bruna de Jesus. *Entendendo as crenças em teorias da conspiração: contribuição dos traços de personalidade e valores humanos*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2019.

MACHADO, Carolina de Paula; SILVA, Sueli Schreiber da; MACHIAVELI, Gabriel. *O equívoco, a resignificação e o ético: a disputa pelos sentidos de imunidade de rebanho*. Revista Conexão Letras, Porto Alegre, v. 17, nº 27, p. 49 - 68, Janeiro-Junho 2022.

MANDETTA, Luiz Henrique. *Um paciente chamado Brasil*. Ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2020.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *10 lições sobre Goffman*. Petrópolis/RJ, Ed. Vozes, 2021.

MATHEUS, Letícia Cantarela. *O leitor e o cotidiano na história do jornalismo*. Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano, nº 1, p. 44-59, Janeiro-Abril 2013.

MARQUES DE MELO, José. *Jornalismo opinativo: gêneros opinativos no jornalismo brasileiro*. Ed. Mantiqueira, Campos do Jordão, 2003.

NUNES, Felipe; PEREIRA, Frederico Batista. *Presidential influence and public opinion during crises: the case of covid-19 in Brazil*. International Journal of Public Opinion Research, Volume 34, Issue 2, Summer 2022.

OPAS. Organização Pan-Americana da Saúde. *Entenda a infodemia e a desinformação na luta contra a covid-19*. Relatório do Departamento de Evidência para Ação em Saúde, 2020.

PEREIRA, Carlos; MEDEIROS, Amanda; BERTHOLINI, Frederico. *O medo da morte flexibiliza perdas e aproxima polos: consequências políticas da pandemia de covid-19 no Brasil*. Rev. Adm. Pública 54 (4), Julho-Agosto de 2020.

PEREIRA, Israel Vieira. *Teorias da conspiração: Funcionamento discursivo e efeitos de verdade*. Tese de doutorado. Universidade do Sul de Santa Catarina (Unisul), Tubarão, 2021.

PIERRO, Bruno de. *Epidemia de fake news: Organização Mundial da Saúde chama a atenção para grande circulação de notícias falsas sobre o novo coronavírus*. Revista Pesquisa Fapesp, 7 de abril de 2020.

SILVA, Solange Nascimento da. *Argumentação no gênero carta de leitor de jornal*. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2012.

SODRÉ, Muniz. *O monopólio da fala*. Ed. Vozes, Rio de Janeiro, 1977.

Outras fontes de consulta

Acervo online dos jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S.Paulo*, *O Globo* e *Valor Econômico*. Portais da CNN Brasil, Poder360 e BBC Brasil.

Portais institucionais: Governo Federal, Governo do Estado de São Paulo, Ministério da Saúde, Instituto Butantan, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Fundação Getúlio Vargas (FGV), Organização Mundial da Saúde (OMS), Organização Pan-Americana da Saúde (Opas).